

Aula 00

ABIN (Oficial de Inteligência - Área 1)

História do Brasil

Autor:

**Equipe Sergio Henrique 4, Sergio
Henrique**

07 de Setembro de 2023

Sumário

A Primeira República	4
Novo Regime de Governo, Novos Símbolos	4
O Encilhamento.....	6
A Constituição de 1891	6
A República da Espada	8
A Revolução Federalista	10
Coronelismo, Clientelismo e Cidadania.....	13
O Darwinismo Social e as Políticas de Branqueamento	15
A Belle Époque e as Ideais de Modernização	18
São Paulo: Ciclo do Café, Imigração e Modernização.....	19
A Industrialização na República.....	19
Minas Gerais: A Transferência da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte	20
Os Bota Abaixo	22
O Ciclo da Borracha (1879-1912).....	23
A Anexação do Acre pelo Tratado de Petrópolis	26
O Tratado de Petrópolis em 1903.....	27
A Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	27
O Governo Prudente de Morais (1894-1898): Instabilidade Interna, Ameaças Externas e a Oligarquia do Café.	28
A Guerra de Canudos 1906.....	30
O Governo Campos Sales (1898-1902) e o Pacto Federativo.....	33
O Primeiro Governo Rodrigues Alves (1902-1906) e a Revolta da Vacina	34
Os Inimigos da Vacina	34
O Governo Afonso Pena (1906-1909): A Modernização Positivista e a Comissão Rondon.....	36



O Governo Nilo Peçanha (1909-1910).....	37
O Governo Hermes de Fonseca (1910-1914): A Revolta da Chibata e a Política das Salvações	37
A Revolta da Chibata (1910).....	38
O Estopim.....	38
A Revolta.....	39
A Revolta na Ilha das Cobras	41
A Guerra do Contestado (1912)	42
Vitória Catarinense no STF.....	43
A Sedição de Juazeiro (1912).....	45
O Catolicismo Popular	45
O Governo Wenceslau Braz (1914-1918) e a Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.....	49
A Epidemia da Gripe Espanhola	49
Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Arthur Bernardes (1922-1926).....	50
Mapa Mental: (Primeira República).....	52
Cronologia.....	52
Questionário de Revisão	53
Questionário - Somente Perguntas.	53
Questionário - Perguntas e Respostas.....	54
Questões Comentadas	57
Lista de Questões	109
Gabarito.....	133
Resumo.....	134
Primeira República.	134





A Primeira República

Chamamos de Primeira República os governos que vão da derrubada da monarquia até o golpe civil-militar, que levou Vargas ao poder presidencial. Seus primeiros anos chamamos de República da Espada numa alusão aos dois primeiros presidentes, que eram militares.

Em seguida os grandes proprietários rurais chegaram ao poder através de arranjos arquitetados pelas duas mais influentes oligarquias rurais do país na época, São Paulo, a maior economia do país, líder na produção de café, e Minas Gerais, o maior colégio eleitoral e com os maiores rebanhos de gado do país.

A cada constituição, adicionamos uma república. Vargas foi a Segunda e Terceira República, pois em seu governo tivemos duas constituições. A Constituição Federal de 1946 inaugura a Quarta República. A Constituição de 1976 foi a Quinta, e desde a Constituição Federal de 1988 estamos na Sexta República.

Novo Regime de Governo, Novos Símbolos

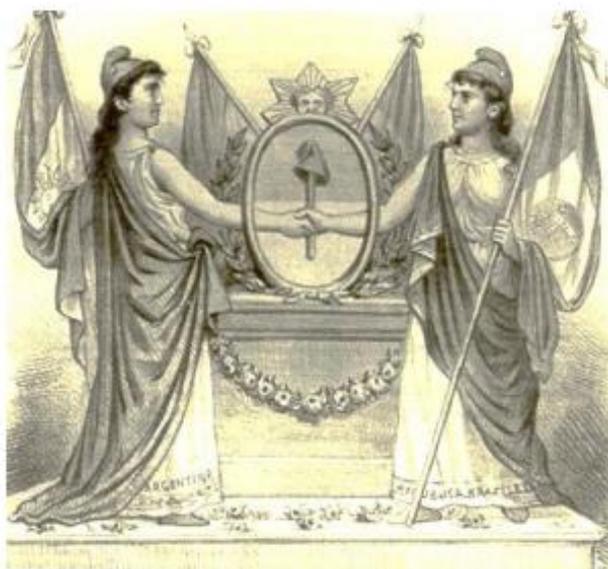
Com a Proclamação da República, a produção intelectual e as artes voltaram-se à **produção de novos símbolos nacionais**: Hino, Bandeira, história. A bandeira do Brasil traz o lema positivista: Ordem e Progresso. Suas estrelas reproduzem o céu no dia 15/11/1889.



Nas imagens publicadas nos jornais republicanos a nova forma de governo era representada por uma musa, de nome Mariane, que recebe a coroa das mãos do Visconde de Ouro Preto, último ministro do Império. A musa traz em suas mãos uma espada e um escudo, que assim como seu gorro (barrete frígio), são símbolos republicanos usados desde a Revolução Francesa. Ela segura a bandeira nacional, com “louros”. Ao fundo vemos a caricatura de Deodoro da Fonseca.

Glória à pátria! Honra aos heroes do dia 15 de novembro de 1889

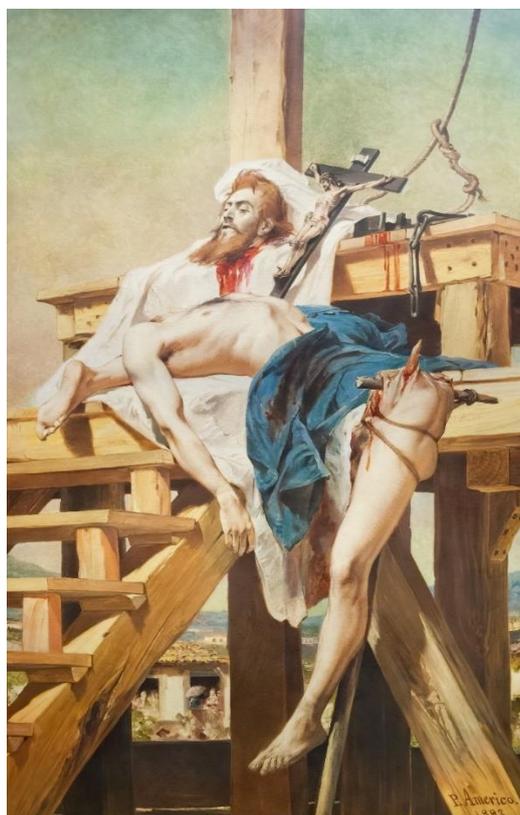




Ângelo Agostini. À esquerda Brasil e França, à direita Brasil e Argentina

Na imagem à esquerda, o gravurista Ângelo Agostini celebra o reconhecimento da nova forma de governo pela República da França, representada como uma mulher adulta enquanto o a República dos Estados Unidos do Brasil foi representada como uma jovem. Na imagem à direita representa a Argentina como uma República “na mesma faixa etária”, equivalente ao Brasil. A Argentina tornou-se República em 1810.

Tem início ao culto dos **“heróis republicanos”** como Tiradentes e Frei Caneca. Tiradentes principalmente, associado pela produção historiográfica do início da República, foi transformado em herói, pois a inconfidência mineira era também republicana.



A capital de MG era Vila Rica, e foi transferida para Belo Horizonte, que foi projetada nos princípios positivistas republicanos. Dois argumentos fundamentavam a transferência e todas as cidades que passaram por grandes reformas tinham-nos na ponta da língua: Primeiramente os projetos sanitaristas, muito importantes durante o início da República, defendiam planos urbanos amplos, com avenidas largas, para aumentar a salubridade do ambiente e facilitar a circulação de ar. Em segundo lugar as grandes cidades deveriam reproduzir a aparência de modernidade que o Estado Brasileiro queria transmitir.

O Encilhamento

Foi uma política realizada pelo ministro da economia do governo provisório, **Ruy Barbosa**. Era uma política pública com o objetivo de acelerar a indústria no país. Criou bancos para distribuir créditos a todos aqueles que tivessem interesse. Era exigido um projeto simples do empreendimento. Passou a emprestar dinheiro sem o Estado Brasileiro possuir lastro.

Lastro é a medida correspondente em riqueza circulante que há no banco central do país. Por exemplo, se tiver 1.000.000.000 (um bilhão) em moedas circulando, deve existir um lastro de um bilhão no banco central. Os depósitos do lastro hoje são em dólares, na época do encilhamento o lastro da economia era em ouro.

De acordo com Boris Fausto “A explicação mais plausível é a de que se tomou um dos sentidos da palavra “encilhamento”: Local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida antes de disputarem os páreos. Por analogia, teria sido aplicada à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a ideia de jogatina.

A iniciativa pretendia expandir o crédito e gerar a ideia de que a República era o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras falsas. O valor da nossa moeda era cotado pela Libra e começou a despencar.

A política de Rui Barbosa criou uma enorme espiral inflacionária, e a desvalorização da moeda foi fortíssima. Ele acreditava que a inflação inicial seria compensada pelos impostos e riquezas geradas pelas indústrias nascentes. O que ocorreu foi uma corrida especulativa, em que disputavam maiores fatias de recursos públicos, que em sua maioria foram desviados para outras atividades.

Rui Barbosa candidatou-se contra o marechal Hermes da Fonseca em 1910, denunciando uma presença constante e autoritária do exército na nascente República em sua obra “Campanha Civilista”.

A Constituição de 1891

Foi estabelecido um governo provisório e eleições para um congresso constituinte. Foi esse congresso que elegeu indiretamente Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente e Floriano Peixoto com vice, em plena crise do encilhamento.



A República brasileira foi vista com desconfiança na Europa. A França foi o primeiro país europeu a reconhecê-la, enquanto Londres via a situação com desconfiança. Para Rui Barbosa era necessária uma constituição ao país, para garantir o reconhecimento da República e obtenção de créditos no exterior.

Uma comissão de cinco pessoas foi encarregada de redigir um projeto de Constituição submetido a uma profunda revisão por parte de Rui Barbosa. A seguir encaminhou-se o projeto à apreciação da Assembleia Constituinte, que, após muitas discussões e algumas emendas, promulgou o texto da primeira Constituição Republicana em 24/02/1891.

Ela foi inspirada no modelo norte-americano, consagrando uma República Federativa liberal, ou seja, com ampla autonomia para os estados. Assim, as unidades da federação ficavam autorizadas a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos estaduais e organizar forças militares próprias, as polícias estaduais, na época chamadas de forças públicas, além de poder organizar a justiça estadual.

A autonomia para adquirir empréstimos era interesse de São Paulo, pois foi vital para pôr em prática seus planos de valorização do café. Decretou um imposto de exportação de suas mercadorias, que garantia uma importante fonte de renda, que possibilitava o exercício da autonomia

A União ficou com os impostos de importação, com os direitos de criar bancos emissores de moeda, de organizar as forças armadas nacionais, e ainda com o poder de intervir nos estados para restabelecer a ordem, para manter a forma republicana federativa e em situações diversas.

Foram estabelecidos três poderes independentes, equivalentes. O poder executivo passou a ser exercido por um presidente com mandato de 4 anos. Assim como era no Império, o congresso era bicameral, dividido em **Parlamento** e **Senado**. O senado deixou de ser vitalício e foram estabelecidos 3 senadores por estado, com mandato de 9 anos. Os deputados eram eleitos em número proporcional ao de habitantes, por um período de 3 anos.

Para as eleições foi estabelecido o voto direto e universal masculino, ou seja, foi abolida o censo econômico (voto censitário). Foram considerados cidadãos com direito ao voto todos os brasileiros maiores de 21 anos, exceto praças militares (soldados), analfabetos e mendigos. Excepcionalmente, o primeiro presidente e o primeiro vice-presidente seriam eleitos pelo voto indireto da Assembleia Constituinte, transformada em Congresso Comum.

A Constituição Federal de 1891 não fez menção às mulheres, mas foi considerado implicitamente que elas estavam impedidas de votar.

Com a **separação entre Estado e Igreja** foi instituído um **Estado Laico**, e deixou de existir uma religião oficial no país. A partir de então, só seria reconhecido o casamento civil, e os cemitérios passaram às mãos da administração municipal. Neles o culto seria livre o culto a todas as religiões e passaram para a administração pública municipal.

Essas medidas refletem a convicção laica dos dirigentes políticos da época, a necessidade de aplacar os conflitos entre Estado e Igreja e para facilitar a integração dos imigrantes. Os alemães eram na maioria protestantes luteranos.



Outra medida destinada a integrar os imigrantes foi **a grande naturalização**. Os estrangeiros aqui presentes em 15/11/1889 tornaram-se brasileiros. Tinham seis meses para declarar o interesse em manter sua nacionalidade de origem.

Uma lei complementar de 1893 instituiu o registro civil para o nascimento e falecimento das pessoas, pois até então eram feitos principalmente pela Igreja Católica.

Por volta de 1850 foi decretada uma lei imperial que estabelecia o registro civil das pessoas. No Nordeste, a partir da Paraíba, se espalhou para Pernambuco e Rio Grande do Norte uma revolta popular, que ficou conhecida como a **Revolta do Ronco da Abelha**.

Há pouco tinha sido aprovada a lei Eusébio de Queiroz, que aboliu o tráfico de escravos. A população desconfiada achava que estavam fazendo o levantamento das pessoas pobres para reduzi-las a escravidão, por isso, popularmente foi chamada de **Lei do Cativo**.

A primeira constituição foi **promulgada** em 1891, ou seja, **foi aprovada pelo congresso nacional republicano**. Em síntese, as principais características para nossos estudos são:

- ✓ **O Brasil é uma República Presidencialista**. Apesar das diferenças, fomos inspirados profundamente pelo modelo dos Estados Unidos.
- ✓ **O Estado é laico** (Há separação entre Estado e Igreja e deixa de existir religião oficial. Foi o fim do regime de padroado, a associação das duas instituições no processo de colonização da Ibérica, que durou até então.
- ✓ **Cartório de registro civil**. Era principalmente a Igreja Católica que fazia os registros de nascimento, casamento e morte.
- ✓ **Federalismo** (autonomia relativa dos Estados. A principal diferença entre os Estados e as Províncias, é que as primeiras não têm grande autonomia, pois apesar de elegerem deputados, os governos e os altos cargos eram indicados pelo imperador. Os Estados elegem todos os representantes.
- ✓ **Cidadania**. O voto era proibido para mulheres, analfabetos, padres, soldados e menores de 21 anos.

A República da Espada

A República foi proclamada com a tomada do poder pelo exército, influenciados pelos ideais da filosofia positivista e liderados por Deodoro da Fonseca. A consolidação da República foi cheia de sobressaltos e revoltas entre as forças armadas, que não possuíam uma unidade tão grande assim, e era patente a rivalidade entre o exército e a marinha (armada).

Ao redor de Deodoro reuniam-se os tarimbeiros, quase todos **veteranos da Guerra do Paraguai**. Muitos desses oficiais não frequentaram a Escola Militar e distanciavam-se do positivismo. Ajudaram a derrubar a monarquia para salvar a honra do Exército e não havia uma visão política elaborada sobre a República, somente a convicção de que ele deveria ter um papel mais importante do que tivera na monarquia.

Pessoalmente, Floriano não era um positivista e era veterano da Guerra do Paraguai, mas seus apoiadores eram jovens que frequentaram a Escola Militar que receberam a influência do pensamento positivista. Entendiam-se como soldados-cidadãos, com a missão de dar um sentido aos rumos que o país tomava. A República devia ter ordem e progresso, lema positivista que foi para a nossa bandeira.



Para os positivistas a ordem significava um **Estado centralizado e autoritário, regido pela ciência**, por uma elite instruída e com **valores baseados no mérito**. O **progresso significava a modernização da sociedade** pela ampliação dos conhecimentos técnicos, da industrialização e expansão das comunicações.

Entre 1891 e 1895 o panorama político nacional foi muito agitado e polarizado, pois ocorreram revoltas na marinha contra as medidas autoritárias e inconstitucionais do Exército no governo. O Marechal Deodoro fechou o congresso nacional, o que provocou a **Primeira Revolta da Armada**, que o obrigou a renunciar.

Florianópolis assumiu de maneira inconstitucional, pois a Constituição de 1891 previa que se o presidente não cumprisse dois anos de mandato seriam convocadas novas eleições. A marinha de novo se revoltou através da **Segunda Revolta da Armada**, enquanto no Sul eclodiu a **Revolução Federalista**, ou da Revolta da Degola.

INDO MAIS FUNDO!



O regime republicano sobreviveu à força até 1894. Em vinte e quatro de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição da República e nela constava que o primeiro presidente e seu vice seriam escolhidos indiretamente, e em caso da falta do chefe do executivo em prazo menor que dois anos, deveria ser convocada uma nova eleição.

Art. 42 - Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.

Art. 43 - O Presidente exercerá o cargo por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período presidencial imediato.

§ 1º - O Vice-Presidente que exercer a Presidência no último ano do período presidencial não poderá ser eleito Presidente para o período seguinte.

§ 2º - O Presidente deixará o exercício de suas funções, improrrogavelmente, no mesmo dia em que terminar o seu período presidencial, sucedendo-lhe logo o recém-eleito.

§ 3º - Se este se achar impedido, ou faltar, a substituição far-se-á nos termos do art. 41, §§ 1º e 2º.

§ 4º - O primeiro período presidencial terminará a 15 de novembro de 1894

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

O que motivou o fechamento do Congresso por Deodoro? A oposição estava descontente com a grave crise econômica devido à grande inflação. A primeira Revolta da Armada foi liderada pelo almirante Custódio de Mello, e os revoltosos exigiam a reabertura do Congresso, do contrário, bombardeariam o Rio de Janeiro. Para não enfrentar um combate em que a marinha tinha grandes possibilidades de vencer, e evitar que o país caísse numa guerra civil, Deodoro renunciou em vinte e três de novembro.



O vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto, assumiu o posto e não convocou novas eleições, como estabelecia a Constituição.

O governo de Floriano Peixoto trouxe um ingrediente novo no panorama político: O **jacobinismo**, compreendido como os radicais positivistas, chamados de republicanos, que queriam a permanência da república centralizada e autoritária.

O positivismo era um pensamento muito influente nas elites dos Estados, mas destacou-se nesse sentido o Rio Grande do Sul, governado pelo positivista republicano **Júlio de Castilhos**, que foi o primeiro governador republicano do RS. Ele foi derrubado do poder por ter apoiado o fechamento do congresso por Deodoro, mas voltou ao cargo de governador em 1893, por uma eleição sem concorrentes. Neste intervalo, passaram dezoito governadores no cargo, o que demonstra uma profunda **instabilidade política**. Todos eles eram republicanos castilhistas obedientes ao líder.

Castilhos foi deputado constituinte em 1891 e defendia que o país consolidasse a República através de uma ditadura altamente centralizada, como era a típica visão política do positivista. Não conseguiu implantar suas ideias em nível federal, mas redigiu a constituição estadual nestes moldes, praticamente sozinho, sem dar atenção às outras correntes políticas. Na constituição estadual de 1891 estava previsto que o poder executivo, o governador, poderia reeleger-se indefinidas vezes e faria as leis.

A Marinha continuava indócil. Em 1892 oficiais da Marinha lançaram um manifesto contra a posse de Floriano, mas foram presos e reformados (aposentados). Em setembro de 1893, um grupo de oficiais exigiu a convocação de novas eleições presidenciais e novamente se sublevaram através da segunda revolta da Armada.

O almirante Luís Felipe Saldanha da Gama aderiu ao movimento. Ele era abertamente monarquista e o movimento passou a ter contornos monarquistas. A capital do Brasil ficava na Baía da Guanabara e a do Rio de Janeiro em Niterói, que foi bombardeada. A capital fluminense foi transferida por 10 anos para Petrópolis. Após o bombardeio e a impossibilidade de tomar a capital federal, partiram para a capital de Santa Catarina, cujo nome era **Desterro**. A cidade foi tomada pelos federalistas e tornou-se núcleo maragato, com quem tentou ensaiar um acordo, que não prosperou. Foram derrotados em março de 1894.

Floriano Peixoto teve que enfrentar duas revoltas militares, tanto a **Revolução Federalista**, que enquanto estava sendo combatida, eclodiu a segunda **Revolta da Armada**. Floriano reprimiu as duas revoltas com força e governou em estado de sítio.

As tropas legalistas (do governo federal) foram combater ao lado do governador Júlio de Castilhos e debelar os avanços territoriais dos Maragatos, que saíram do RS em direção ao RJ com a intensão de tomar o governo federal. Eles tomaram a cidade de Desterro, que se tornou sua principal sede. Após as tropas federais conquistarem a cidade, Floriano a batizou com seu nome, daí, Florianópolis.

A Revolução Federalista

Foi uma das guerras civis mais sangrentas do Brasil. Ficou conhecida como a **Revolta da Degola**, pois os maragatos a praticavam nos inimigos. De modo geral era uma prática comum nas forças armadas e policiais também. Antônio Conselheiro foi degolado pelo exército e o bando de Lampião pela polícia. Não causaram espanto, ao contrário, orgulho. As cabeças de ambos foram expostas.



Os dois primeiros governos da República foram autoritários e centralizadores, assim como propunha o pensamento positivista. Os federalistas, ao contrário, defendiam ideias liberais e autonomia para os Estados.

Essa polarização ajudou a promover no Sul do país a chamada Revolução Federalista, que foi um conjunto de batalhas, que ocorreram no Brasil, entre os anos de 1893 e 1895. Começou pelo Rio Grande do Sul e os revolucionários federalistas avançaram até regiões de Santa Catarina e Paraná.

Foi à **primeira guerra civil** ocorrida na República, e foi o resultado das disputas entre as oligarquias sulinas: De um lado o grupo dos republicanos estaduais positivistas, liderados por Júlio de Castilhos, que defendiam um governo centralizado no DF, na época a Guanabara, no RJ, enquanto os liberais Maragatos eram federalistas e defendiam a descentralização política em nível nacional, e maior autonomia estadual, além de uma República Parlamentarista.

Republicanos – Positivista	Federalistas - Liberais
<ul style="list-style-type: none">✓ Júlio de Castilhos✓ Hipólito Ribeiro (enviado por Floriano)✓ Antônio Ernesto Gomes Carneiro	<ul style="list-style-type: none">✓ Gaspar Martins da Silveira✓ Gumercindo Saraiva✓ Joca Tavares- Barão de Itaqui✓ João Nunes da Silva
Ditadura Centralista	Parlamentarismo e Autonomia Estadual
Pica-Paus/Chimangos	Maragatos
Lenço Branco	Lenço Vermelho

De acordo com Ruy Christovam Wachowicz, os chefes dos Maragatos nunca tiveram uma unidade política e suas tendências eram as mais variadas possíveis. E essa falta de objetivos comuns dos mais prestigiosos chefes federalistas, fez com que nunca houvesse um comando realmente unificado e, em consequência, grande foi a dispersão de sua força.

O conflito tomou dimensões nacionais, mas seu estopim foram conflitos regionais envolvendo a disputa de poder entre pica-paus e maragatos no RS e a pretensão dos liberais federalistas, os maragatos, de derrubar o positivista Júlio de Castilho. Seus opositores, os aliados de Gaspar Silveira Martins, compostos em sua maioria por estancieiros que possuíam propriedades no Rio Grande do Sul e no Uruguai, que os dava cidadania política em ambas as regiões. Organizaram tropas no Uruguai para invadir a região Sul do Brasil, e assim destituir os Republicanos do poder.

Durante o conflito Argentina e Uruguai apoiaram direta ou indiretamente os Maragatos, permitindo a circulação de mercadorias e o tráfico de armas nas fronteiras, e concedendo asilo político ou refúgio em momentos desfavoráveis.

Até então a economia era baseada no comércio e criação de gado, contudo o governo do Sul passou a proibir o contrabando ligado à fronteira com o Uruguai, fato que provocou desavenças entre grupos locais.

Famílias federalistas de estancieiros, como a de Zeca e Joca Tavares, e a de Aparício e Gumercindo Saraiva, foram contra a medida do governo, o que provocou a organização e revolta desse grupo, que em 1893 invadiu o Rio Grande do Sul promovendo saques, estupros, roubos e assassinatos instalando assim o pânico na região.



Os federalistas exigiram a saída de Castilhos, alegando que sua eleição havia sido manipulada. Solicitaram um plebiscito popular que foi mediado por Floriano Peixoto, que apoiou Castilhos. Esses fatos provocaram a aliança entre Gumercindo Saraiva e os homens do general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, o barão de Itaquí, dando assim início à Revolução Federalista.

Sob a liderança de Joca Tavares os revoltosos organizaram suas tropas compostas por civis (coronéis e chefe locais) armados, com armamento precário, utilizavam como estratégia ataques rápidos e surpresas.

Como aliados tiveram apoio da província de Corrientes na Argentina e do Uruguai, na qual recebiam armas na região fronteira além de várias vezes se refugiarem nesses países em momentos de dificuldades. No lado oposto os republicanos foram apoiados pelo poder central e por chefes locais, pois a revolta colocou em risco não só a estabilidade do governo do Rio Grande do Sul, mas também a possível desestruturação do regime republicano.

Floriano Peixoto enviou tropas sob o comando de Hipólito Ribeiro em apoio a Castilhos, formadas por três divisões, a do Norte, a da capital e a do Centro, compostas por membros pagos e recrutados. Eram chamados pelos federalistas (maragatos) de **pica-paus** ou **chimangos** devido a sua farda azul com detalhes em vermelho e lenço branco.

No mês de fevereiro de 1893 localidades de Dom Pedrito e Alegrete foram ocupadas pelos grupos de Joca Tavares e Gumercindo Saraiva onde promoveram diversos ataques. Posteriormente os revoltosos se direcionaram para o norte chegando no mês de novembro à Santa Catarina. Ao mesmo tempo o então almirante Custódio de Melo que havia participado da Revolta da Armada no Rio de Janeiro contra Floriano se deslocou para o sul para compor as tropas federalistas. Nesse momento os revoltosos liderados por Gumercindo Saraiva tomaram a cidade de Desterro (atual Florianópolis) e posteriormente Curitiba. Já as resistências nas regiões de Tijuca e Paranaguá no Paraná não duraram muito, restando um único foco, o da Lapa.

Sob o comando das operações dos pica-paus estava o general Antônio Ernesto Gomes Carneiro. Em janeiro de 1894 os revoltosos são detidos na cidade da Lapa, essa a 60 quilômetros de Curitiba, no episódio chamado de “Cercos da Lapa” que durou 26 dias. Impediu que os revoltosos continuassem caminhando sentido norte forçando-os a se retirarem para o Rio Grande do Sul. Nesse momento Floriano Peixoto direcionava para Santa Catarina o tenente-coronel Antônio Moreira César conhecido como o Corta-cabeças.

Assim, em 24 de junho de 1895 no combate de Campo em Osório próximo a Santana do Livramento, a Revolução Federalista foi derrotada, logo após a morte do almirante Saldanha da Gama perante as tropas do general Hipólito Ribeiro. Enfraquecidos os maragatos assinaram em 23 de agosto de 1895 na cidade de Pelotas o acordo de paz foi assinado no governo de Prudente de Morais.

Os conflitos no decorrer da guerra deixaram cerca de dez mil vítimas, dentre essas mil mortas pela degola, técnica utilizada em gado que foi transferida para as ações de combate. A justificativa para tal tais atitudes tomadas pelos dois lados envolvidos, é que foi devido à incapacidade das forças de combate de fazer prisioneiros, manter e alimentar os mesmos, o que não condizia com as condições materiais dos envolvidos na guerra. Outro motivo da degola foi o de poupar munição. As disputas entre federalistas e republicanos dividiram a sociedade principalmente no Sul, por muitos anos.



Coronelismo, Clientelismo e Cidadania

A consolidação da República ocorreu sob o poder dos grandes proprietários rurais, por isso a Primeira República também é chamada de República Oligárquica (*oligos* = poucos).

É a época do auge do **Coronelismo**, quando os grandes fazendeiros impunham seu poder através de seus exércitos particulares de jagunços, e competiam pelo poder político em todos os níveis da federação - União, Estados e Municípios.

O voto era aberto e os eleitores que moravam nas grandes fazendas eram forçados a votar no candidato do coronel. Isso era chamado voto de cabresto, e a área de influência do coronel era chamada de curral eleitoral. As eleições eram manipuladas e notoriamente corruptas.



STORNI, 1927. In: LEMOS, Renato. Uma história do Brasil através da caricatura

A constituição de 1891 previa bastante autonomia aos estados. Na monarquia predominava uma organização do Estado centralista, e com a Proclamação da República, as elites locais passaram a controlar a máquina pública de acordo com seus interesses. Predominavam formas de poder baseadas no controle do coronel local mais forte, por isso também falamos que havia um forte localismo político.

No federalismo há maior autonomia administrativa dos estados e municípios. Isso explica por que apesar de termos uma elite republicana e abolicionista representativa no final do século XIX, ela era **minoritária**.

Por que a República teve rápida adesão? Uma das razões que podemos aventar para que o golpe republicano vingasse, eram as vantagens propostas pelo novo regime, que dava aos coronéis autonomia de cuidar do orçamento público e controlar a polícia em suas regiões. Outra razão foi a censura e a perseguição dos inimigos políticos.



FIQUE ATENTO!



O coronelismo é um fenômeno social que não envolve somente o uso da força. Bandos de jagunços vigiavam a votação e faziam emboscadas para os inimigos políticos, mas também existia uma **relação carismática**: É o coronel quem dá as ordens, manda dar sovas, oferece trabalho na roça e cargos públicos “no governo”. O coronel também dá presentes como dentaduras, dá caronas para a cidade e é só com a ajuda do coronel que se conseguia algum tipo de atendimento médico e remédios.

O coronel é um homem muito respeitado, influente e poderoso. Como no início da República a maioria da população vivia na zona rural, a população pobre e mestiça era submetida ao silêncio diante de tanta pobreza. Não podia reclamar, pois não estar jogado à própria sorte, como era o destino de muitos negros após a abolição, já era excelente.

Ofertar o trabalho na lavoura, era entendido pelos fazendeiros como uma caridade e como uma oferta de oportunidade, apesar dos relatos das durezas das atividades. Esta situação social é fértil para as **práticas clientelistas**. O espaço pertence à poucos, predominam os grandes latifúndios e a maioria não vivia em condições dignas e não tinham cidadania. Surgiram **relações de convivência baseadas da dependência do fazendeiro**. Não havia direitos sociais e sim uma rede de dependência dos presentes e favores do coronel, e as pessoas pobres eram clientes destes favores.

Eleitorado potencial do Rio de Janeiro, 1890

População fixa total	515.559
Excluindo menores de 21 anos, ficam	299.827
Excluindo as mulheres, ficam	174.565
Excluindo os analfabetos, ficam	118.704
Excluindo as praças de pré e frades, ficam	190.421

A nossa sociedade no começo da república foi extremamente desigual e estratificada. O trabalho manual no Brasil era desprezado pelas elites e considerado coisa de negro, ou dos mulatos e caboclos em geral.

A pobreza era vista com certa naturalidade, e associada a ideia de que africanos, indígenas e asiáticos eram racialmente inferiores e propensos a cometer crimes. Uma sociedade formada pelas práticas de uma sociedade escravista, possui **códigos sociais silenciosos**, como vemos nos ditados populares “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, ou quando se pretende desfazer do trabalho de alguém e o classificava como “serviço de preto”.



A elite política da época era irretocavelmente ilustrada. Os coronéis não eram necessariamente homens rústicos. Os mais ricos principalmente eram encantados com a “civilização europeia”, e principalmente os mais jovens e modernos estavam sempre por dentro das manifestações artísticas e culturais francesas, as mais influentes da época.

As novidades da modernização eram divulgadas em eventos como as “**Exposições Universais**”, nas quais os países apresentavam suas principais tecnologias, como a eletricidade, o telefone, a fotografia, telégrafos, eletrificação, bondes e elevadores urbanos.

Os entretenimentos da época, hoje soam bem estranhos e evidentemente racistas, como a exibição de indígenas e tribos africanas em jaulas, como exemplares do “homem primitivo”, por exemplo. O mundo estava se modernizando e a segunda revolução industrial avançava rapidamente.

As cidades começaram a crescer, e as diferenças sociais são diretamente refletidas neste processo de urbanização. Ter imóvel na cidade era ou coisa de rico ou de gente remediada. O grosso da população vivia em casebres sem a mínima condição de higiene e saneamento básico. As cidades começaram a crescer e as epidemias proliferaram-se.

Os surtos epidêmicos eram comuns e um dos grandes problemas da época era como lidar com o crescimento da população urbana minimizando os riscos de epidemias, que atingiam a todos. Era comum morrer jovem, de tuberculose, de varíola, peste bubônica, malária e febre amarela. Inclusive tivemos presidentes da República e personalidades políticas e artísticas importantes, que morreram de doenças como a sífilis, tuberculose, gripe espanhola entre outras enfermidades.

Era muito grande a quantidade de pessoas desvalidas e vivendo na miséria, e era grande a quantidade de “vagabundos”, como eram tratados aqueles que não estivessem empregados nas duras condições da roça ou em qualquer ofício urbano. Eram vistos como malandros, vadios, preguiçosos e perigosos.

Uma das primeiras leis decretadas por Deodoro da Fonseca da República foram as **leis anti-vagabundagem**, bem como a proibição da capoeira e do candomblé.

O Darwinismo Social e as Políticas de Branqueamento

O darwinismo social foi uma corrente de pensamento do século XIX, profundamente racista e eurocêntrica, que tentava explicar os comportamentos sociais baseados na ideia de raça.

Alguns intelectuais consideravam ser possível superar as limitações do negro e da mestiçagem através do sistema educacional, principalmente em escolas agrícolas, controle da saúde pública, vacinação em massa e reforma dos hábitos higiênicos, enquanto outros, de acordo com Mary Del Priori:

“Defendiam a noção de sobrevivência do mais forte, chegando a ver na pobreza um elemento purificador da sociedade brasileira. Ela se encarregaria de eliminar os elementos tidos como inferiores, ou seja, os egressos do cativo que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho [...] Na Primeira República foi impressionante o descaso diante da tuberculose, principal causa de morte entre os negros e mestiços.”



No século XIX aumentaram as políticas de Estado de **estímulo à imigração estrangeira**. Desde a independência do Brasil foram feitas experiências de colonização europeia para povoar as fronteiras e o litoral do Sul do país.

A **Lei Eusébio de Queiroz** aboliu o tráfico de escravizados africanos. A partir daí, surgiu um problema: Como substituir o trabalho escravo? Salvo exceções, não passou pela cabeça de ninguém do poder a ideia de empregar a população negra e pagar salários, ou colonizar o território com nossa própria população. Não empregaram o negro e o mestiço brasileiro.

A Inglaterra era o maior império colonial do século XIX e possuía muitas terras na Ásia. Povoou o território da Guiana com pessoas vindas da Índia, Malásia entre outros lugares. A Holanda seguiu o mesmo caminho, povoando seu território com populações vindas da Indonésia.

É possível vermos com clareza as políticas de Estado que proibiam ou dificultavam a imigração de africanos e asiáticos, enquanto estimulava a imigração europeia, principalmente nas terras do café e no Sul do país. É o **ideal do branqueamento** da sociedade brasileira.

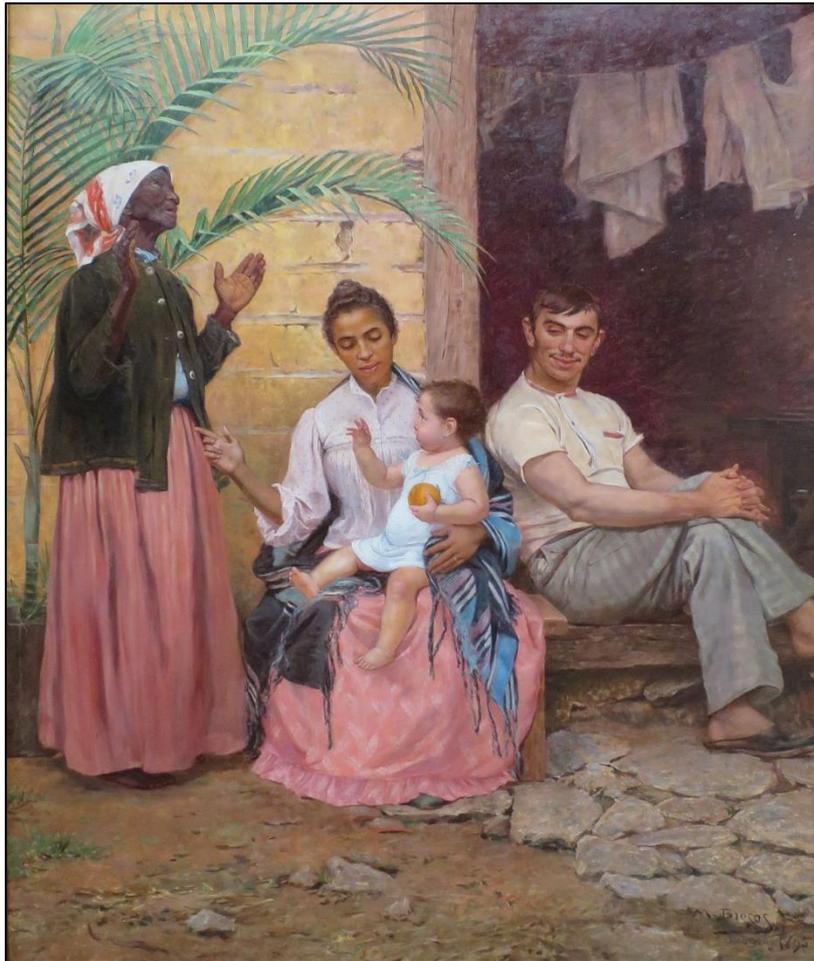
Aproveitando-se deste fluxo de asiáticos para as Guianas, o Império permitiu a imigração de chineses, mas eles eram atacados violentamente. Eram chamados pejorativamente de chins, e vistos como o fim da linha da civilização, assim como os africanos. A maioria dos parlamentares era contra por razões racistas. Os abolicionistas e os positivistas eram contra, pois consideravam que seria introduzida uma nova forma de escravidão. Em pouco tempo foi suspensa.

O **Barão de Mauá** chegou a sugerir que empregassem os negros e mestiços libertos, pois ele era totalmente contrário à escravidão, porém, foi uma ideia dramaticamente recusada, pois os negros e mestiços seriam portadores dos piores vícios, de acordo com o pensamento da época.

A criminologia, baseada no pensamento darwinista e eugenista (de purificação racial), considerava os delinquentes como um gênero humano singular, uma manifestação de formas biológicas inferiores. O médico e cientista baiano **Nina Rodrigues** era negro e defendia que a miscigenação deveria branquear a população, e que a mestiçagem negra era um dos principais problemas para o desenvolvimento do país. Defendia que criminalmente a raça ariana tinha que ser protegida de atos antissociais, cometidos por raças inferiores, e que existissem legislações específicas para cada raça.

Para Del Priori, essa visão de que os negros e mestiços eram criminosos em potencial levou à ampliação dos poderes das polícias e a priorização de políticas de encarceramento muito atentas aos crimes cometidos por descendentes de africanos, sobretudo a vadiagem, o crime de capoeiragem e os cultos nos terreiros de candomblé. As crianças abandonadas, que antes eram vistas como anjinhos e que deviam ser cuidadas pela Igreja e pelas irmandades, passaram a ser vistas como membros mirins das classes perigosas, que deviam ser isoladas do convívio social.





1895 – Modesto Brocos – óleo sobre tela - (199X166) - Museu de Belas Artes.

O quadro “**A redenção de Cam**”, de Modesto Brocos, foi apresentado pela comitiva brasileira numa conferência sobre raças, em 1911. Ele sintetiza a tese do branqueamento da população brasileira, que aconteceria em três gerações de imigração de europeus.

As colônias de europeus concentraram-se na região Sul do país, onde foram feitas como política de povoamento e defesa do território, e nas terras do café principalmente no interior de São Paulo. Os primeiros imigrantes sofreram todos os rigores dos fazendeiros acostumados ao trato escravista. Foram super explorados. Alguns ficaram para o trabalho nas lavouras cafeeiras, e outros enviados para o Sul, inicialmente sem nenhuma condição técnica, longe das estradas e das cidades.

Ao longo da segunda metade do século XIX o sistema de colonato europeu foi aperfeiçoado. Além das preocupações logísticas, de terras boas, proximidade dos principais núcleos urbanos e principalmente das estradas, **grandes empreiteiras de colonização** construía loteamentos de chácaras e os vendiam para os colonos europeus, com o financiamento à longo prazo.

Na região Sul era comum que essas grandes empreiteiras construíssem as colônias e recebessem o direito de exploração da madeira, que sempre foi um recurso muito valioso. Também os grandes investidores que construía ferrovias recebiam o direito de exploração da madeira, e esse sim, era o grande negócio dos investidores. Recebiam por metro, por isso eram feitas com tantas curvas. Surgiram muitas **pequenas**



propriedades familiares, que caracterizam a região Sul, e isso é uma variável que conta muito no desenvolvimento e na qualidade de vida da região.

A Belle Époque e as Ideais de Modernização

Os primeiros presidentes da República e o alto escalão do governo era formado por eruditos de ideais modernizadores. Foi quando foram tomadas medidas higienistas, construíram capitais e investiram em ferrovias e comunicações, por exemplo, telégrafos e estradas.

O Brasil experimentou o início de um processo de urbanização e modernização e foram feitas grandes obras, como a transferência da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, e as reformas urbanas no Rio de Janeiro. Nas capitais brasileiras proliferaram monumentos, como obeliscos e palácios em homenagem à República.

O monumento a seguir foi construído em 1907, em Belém. Era o antigo largo Dom Pedro II e foi rebatizado como “Praça da República”. Desse jeito foram inaugurados monumentos republicanos pelas capitais do país. A estátua é a representação feminina e romântica da república, com um ramo de oliveira simbolizando a paz. Na base do obelisco um ser alado se apoia num leão e ergue o estandarte republicano evocando a liberdade.



Antônio Parreiras- óleo sobre tela- Praça da República - Belém 1905.

A malha ferroviária se expandiu bastante. Foram construídas principalmente por grandes investidores internacionais, como o norte americano Percival Faquhar, que construiu a Ferrovia Madeira Mamoré, em Rondônia, e a Ferrovia São Paulo-Rio Grande (Ferrovia do Contestado), no Sul.

Por todo o país proliferaram ferrovias e bondes, num processo de modernização conservadora, e elitista, que afastava os pobres do acesso à cidadania. Eles eram tratados como entulho social, haja vista as políticas dos “**bota abaixo**”, que derrubavam os cortiços e moradias precárias sem criar políticas de acomodação das populações removidas, além das formas violentas que o Estado agiu nos massacres dos sertanejos nas guerras de Canudos e do Contestado.



Na roça apareciam arados americanos, as caixas d'água ganhavam encanamento, na época feito de chumbo, e torneiras. Nos anos de 1920 aumentou a oferta de água encanada e o uso do fogão a gás. O asseio era o principal instrumento na luta contra as epidemias que variam nas grandes cidades.

Os principais intelectuais da época eram formados principalmente na França, que era a grande referência de “país civilizado”, e modelo de modernização e arquitetura. Todas as grandes reformas urbanas eram referenciadas na arquitetura e urbanismo francês.

Foi uma época de grandes descobertas científicas, e no campo da biologia foram enormes os avanços nesta época. Os mananciais urbanos foram canalizados, brejos e mangues foram aterrados. As cidades foram eletrificadas e passaram a ser pensadas com grandes avenidas para que o ar circulasse melhor.

São Paulo: Ciclo do Café, Imigração e Modernização

As plantações de café começaram a ser cultivadas no Vale do Paraíba, devido ao seu solo de terra-roxa, e depois seguiram em direção ao interior paulista, possibilitando o desenvolvimento de várias cidades, como Taubaté, Bragança Paulista e Campinas.

A fim de escoar os grãos de café do interior do estado para Santos, é criada, em 1867, a São Paulo Railway (a primeira ferrovia paulista). Foi, então, nas primeiras décadas do século XX, que São Paulo transformou-se no principal polo industrial do país, graças a sua posição estratégica favorável como elo entre a malha de ferrovias, que adentrava o oeste cafeeiro de Minas Gerais e o porto de Santos.

O impulso da economia cafeeira atraía imigrantes (dentre eles principalmente italianos, espanhóis, árabes, japoneses) e permitia a colonização de novas áreas, enquanto cidades se formavam ao redor das ferrovias e nelas a industrialização avançava e abria espaço para novas classes sociais, o operariado e a classe média.]

As ferrovias significaram um salto na modernização do espaço brasileiro da época, que além de integrar regiões dinamizou extraordinariamente o escoamento da produção para os padrões da época e a imigração italiana deu origem ao primeiro grande mercado consumidor, que estimulou a produção e o desenvolvimento.

A Industrialização na República

São Paulo reunia todas as condições necessárias para iniciar seu processo de industrialização, que foi pioneiro. A primeira fase ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Possuía capitais disponíveis, mercado consumidor e infraestrutura de transporte. Foi uma industrialização por substituição de importações.

Os investimentos vieram principalmente de pequenos proprietários de origem italiana, pois os grandes produtores tinham sua safra comprada pelo Estado. As primeiras fábricas eram de bens não duráveis, ou seja, indústria alimentícia, têxtil e produtos de higiene.

A riqueza gerada nos cafezais e por uma indústria ainda incipiente sustenta a liderança paulista no primeiro momento da República (1889-1930). No entanto, a opção pela defesa do café por ocasião da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, ocasiona um período de instabilidade em São Paulo, refletido no rompimento da política do café-com-leite entre São Paulo e Minas Gerais e dando margem a ascensão de Getúlio Vargas no



poder, que rompeu a hegemonia política paulista e da produção cafeeira. A oposição paulista à Vargas culminou com uma Guerra Civil, a Revolução Constitucionalista de 1932.

A crise do café faz com que o estado entre em uma nova fase de desenvolvimento, com a expansão da agricultura (cana-de-açúcar, milho, trigo e laranja, além do próprio café) e de grandes indústrias fabris, indústrias de transformação (aço, cimento, máquinas e componentes) e, principalmente, a de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e não duráveis (tecidos, alimentos, remédios, higiene e limpeza).

Lembre-se que o café permitiu a acumulação de capitais que serviram para implantar toda a infraestrutura necessária ao impulso da atividade industrial. A força de trabalho industrial era também um subproduto dessa economia: muitos imigrantes deixavam as fazendas nas épocas de crise para se tornarem operários, outros já desembarcavam em Santos em busca de empregos urbanos. Os barões do café, que residiam nos centros urbanos, sobretudo na cidade de São Paulo, para cuidar da comercialização da produção nos bancos e investir na Bolsa de Valores, aplicavam enorme quantidade de capital no sistema financeiro, capital esse que ficou em parte disponível para a implantação de indústrias e infraestrutura.

Todas as ferrovias, construídas com a finalidade principal de escoar a produção cafeeira para o **porto de Santos**, interligavam-se na capital paulista e constituíam um eficiente sistema de transporte. Além desses fatores, o colapso econômico mundial causou a diminuição da entrada de mercadorias estrangeiras, que poderiam competir com as nacionais. A associação desses fatores constituiu a semente do processo de industrialização, que passou a germinar notadamente na cidade de São Paulo, onde havia maior disponibilidade de capitais, trabalhadores qualificados e a infraestrutura básica.

Minas Gerais: A Transferência da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte

A razão da transferência, é que Ouro Preto era uma das principais capitais políticas do país, no entanto sua origem colonial portuguesa, nos morros íngremes, de grande altitude e umidade, ruelas e becos úmidos, sujos e sem saneamento, era um lugar onde frequentemente as epidemias ocorriam e dificultava o crescimento e modernização da cidade. Sua arquitetura barroca e rococó remete à colonização do império português e a família real. Era preciso uma nova capital para expressar os ideais de modernidade que a República pretendia expressar.

Minas era um dos principais centros econômicos e o maior colégio eleitoral do país. O primeiro governador foi Afonso Pena, que mais tarde ocupou a vice-presidência no mandato de Rodrigues Alves e o sucedeu na presidência da República.

Ouro Preto, logo na instalação da República, tornou-se um símbolo do republicanismo, devido à inconfidência mineira, então, na praça central, a praça Tiradentes, inauguraram um obelisco em homenagem a ele, mas os republicanos positivistas preferiram a mudança da capital.

Várias cidades foram cogitadas para ser a sede do governo, mas todas tinham os problemas de infraestrutura urbana mencionados em algum grau. Foi escolhido um pequeno arraial, numa região bastante plana, o que permitia a construção de uma capital a partir do zero, com grandes ruas largas, para que o ar circulasse e epidemias fossem evitadas.

Em 1893 foi decidida a transferência da capital, que foi construída de acordo com os ideais do positivismo, sanitarismo e da modernidade. Tinha luz elétrica, bonde e cresceu intensamente, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial. Sofreu profundamente com a Epidemia de Gripe Espanhola, se bem que menos que o Rio de Janeiro e Salvador.



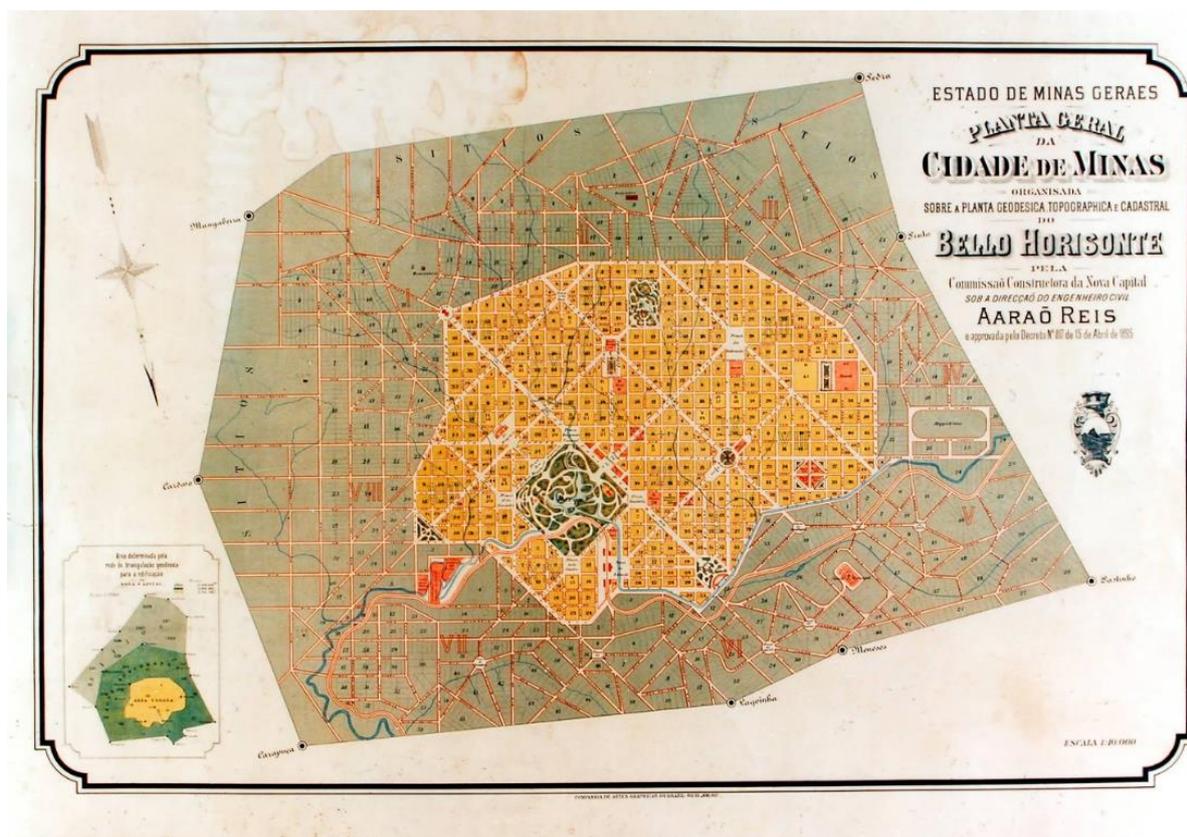
TOME NOTA!



Considere o pensamento da época, e perceba que ele aparece no planejamento de Belo Horizonte. A cidade é toda geométrica e suas avenidas largas. O centro da cidade planejada é circular e dentro ficam as grandes avenidas e palácios de estilo arquitetônico neoclássico e belas casas.

Nessa época foi planejada a avenida contorno, que contorna a capital. Perceba que no projeto original, ela era uma fronteira social, pela lógica segregacionista.

A zona urbana era destinada aos bairros ricos e planejados, de empresários, fazendeiros e altos servidores públicos, foram construídos praças e palácios neoclássicos incríveis, mas tudo além do contorno era a “zona suburbana” e essa era cheia de pobreza e sem infraestrutura. A zona rural foi planejada para possuir pequenas propriedades, produtoras de alimentos para a cidade, funcionando como um cinturão verde.



Projeto da cidade de Minas, depois Belo Horizonte, pelo engenheiro Aarão Reis



Os Bota Abaixo

O final do século XIX e o início do século XX foi de grande crescimento populacional, tanto pela alta fecundidade, quanto pela imigração. De acordo com José Murilo de Carvalho:

“Em 1890 28,7% da população do Rio de Janeiro era nascida no exterior, 26% vinham de outras regiões do país e 45% era nascida na cidade. Esse rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornalheiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, as vezes participando simultaneamente de ambas. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes – palavra da época- e é claro, a figura do carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República e eram essas pessoas que mais compareciam na estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo. Em 1890 essas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas a cada de detenção.”

Carvalho, José Murilo de. Os bestializados

As condições sanitárias eram terríveis e o ano de 1891 foi particularmente trágico pois ocorreram **epidemias de varíola, febre amarela, a malária e a tuberculose**. O Rio de Janeiro era a maior cidade do país na época e reunia todas as contradições e problemas da primeira república: Uma grande população, sem cidadania, que vivia em cortiços e casas coletivas.

A república não era popular entre os pobres e marginalizados, que eram simpatizantes da monarquia. Um caso muito interessante foi a **Guarda Negra**, um grupo capitaneado pelo abolicionista José do Patrocínio, que formaram uma milícia de negros e capoeiras, para homenagear e defender a família real.

Os políticos do alto escalão eram cultos e instruídos com pensamento e cultura europeia. Eram autoritários e que viam o povo como incapaz de participação política. Não significa que o povo não tinha opinião, mas existia uma visão de súditos, que dependem e obedecem ao Estado, do que cidadãos, que pressupõem o direito e participação política e a possibilidade de interferência nos rumos do país, ou sua localidade.

A vida social e o comportamento do povo não se encaixavam nas teorias anarquistas do movimento operário, que estava no seu embrião, e no pensamento da elite ilustrada da época, que queriam transformar as capitais, especialmente o Rio de Janeiro, numa cidade moderna, com arquitetura francesa, que expressasse a grandiosidade da República.

A elite política republicana era eurocentrista e autoritária, e para cumprir os projetos de urbanização e saneamento, passou a destruir os cortiços que tomavam conta das regiões centrais do rio, sem re-abrigar as pessoas desalojadas.

Em 1893 o prefeito do Rio de Janeiro mandou derrubar o cortiço Cabeça de Porco, numa autêntica operação militar. Esse cortiço ficou famoso ao ser descrito na obra literária “**O Cortiço**” de Aluísio Azevedo.





1893 - Capa da Revista ilustrada – Ângelo Agostini - referência à destruição do cortiço cabeça de porco.

A população se refugiou onde deu. Meses depois, os soldados egressos da Guerra de Canudos tiveram uma desagradável surpresa: Foi prometido aos praças um terreno para morar, mas na volta descobriram que foram enganados. Foram para o morro da providência e construíram seus casebres, e ali se aglomerou toda a população marginalizada e **assim surgiu a primeira favela, no morro da providência**. Espalharam-se favelas, uma planta típica da caatinga, que dá favos, e o apelido pegou. A favela, ou morro da providência foi um dos principais lugares de conflito na Revolta da Vacina.

O Ciclo da Borracha (1879-1912)

No final do século XIX o mundo passava por uma profunda revolução tecnológica: a Segunda Revolução Industrial. Os países pioneiros foram os europeus – Itália e Alemanha – e Japão, mas o grande centro foi o nordeste dos EUA. Lá surgiu o processo de eletrificação urbana e a hidroeletricidade, a invenção da fotografia e telefone, a indústria petroquímica, a produção do aço e a principal invenção, o automóvel.

Muitas possibilidades começaram a ser desenvolvidas para o uso da borracha. A mais importante foi a descoberta pela indústria petroquímica da Goodyear (Estados Unidos) e Hancock (Inglaterra) do processo de **vulcanização** da borracha, em 1842, o que a tornava dura o suficiente para a produção de vários produtos, entre eles pneus para os automóveis (antes os usos eram restritos, pois era muito mole).



Nos anos de 1850, com a difusão do automóvel em toda a Europa, a borracha entrou em um período de demanda crescente. A partir daí, ocorreu uma explosão na demanda e a matéria prima era encontrada somente na Amazônia brasileira. Os primeiros momentos da extração ocorreram a partir de 1840, mas seu auge foi entre 1879 e 1912.

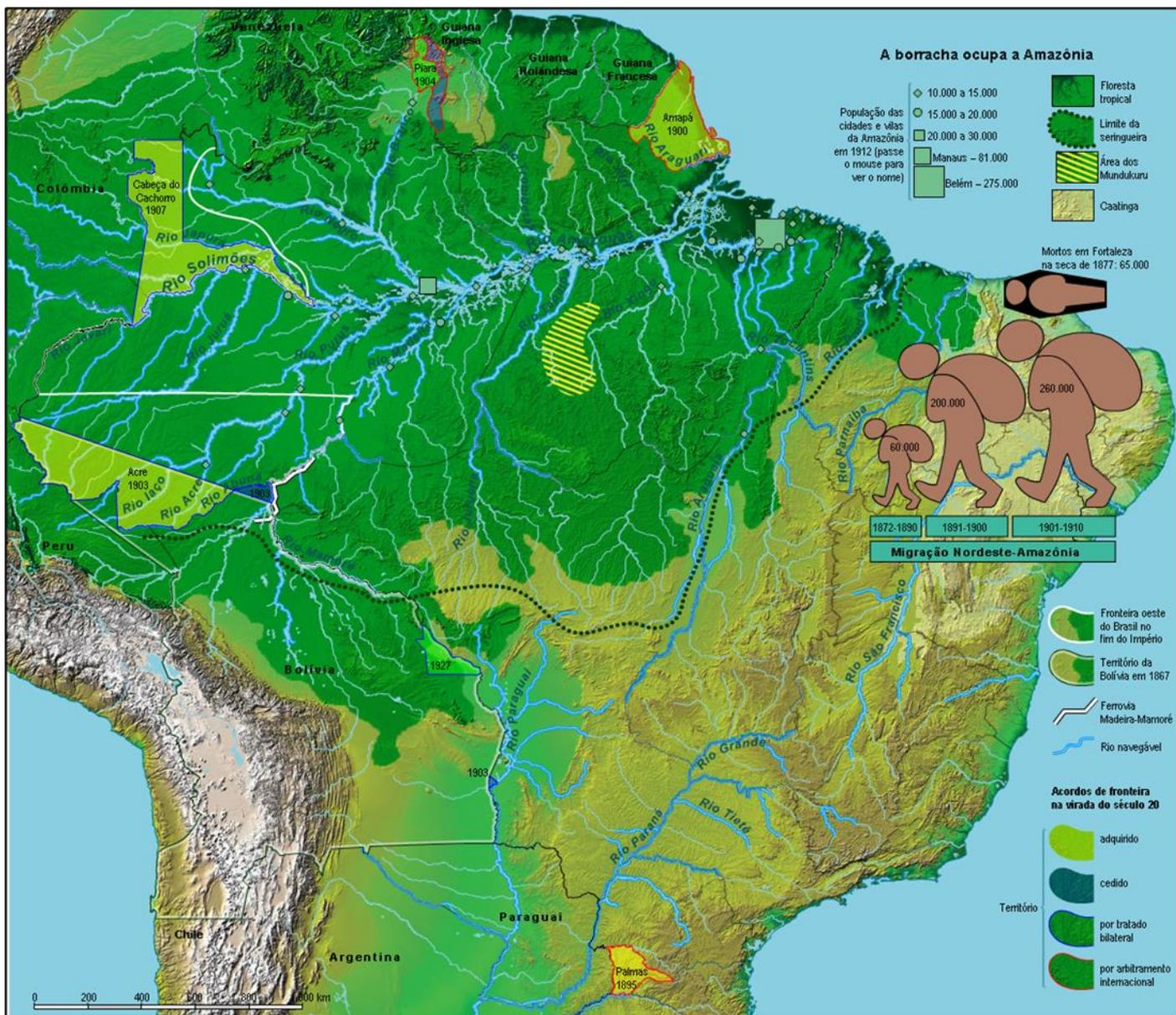
INDO MAIS FUNDO!



A borracha já era utilizada nas aldeias indígenas antes da ocupação europeia e, desde o século XVI, já compunha o conjunto das chamadas Drogas do Sertão. A população cabocla que trabalhava na agricultura, inicialmente, trabalhou na extração da borracha – eram os seringueiros caboclos, que também coletavam óleo de copaíba, castanha e cacau. Nesse período, a coleta da borracha era parte de uma produção de subsistência.

Dessa forma, o vale amazônico, de forma geral, e os vales do rio Madeira e Guaporé-Mamoré, atualmente território rondoniense, foram sendo inseridos, de forma rápida, nesse processo econômico. Um vertiginoso aumento na produção ocorre em poucas décadas, principalmente, em razão da chegada da mão de obra nordestina tornando-se fundamental para esse aumento na produtividade.





<https://atlas.fgv.br/marcos/economia/mapas/borracha-ocupa-amazonia>

Com a exploração da borracha, a região Amazônica passa a ter destaque no cenário econômico mundial. A borracha passou a ter uma importância no desenvolvimento da indústria internacional. Dessa maneira, a borracha, *Hevea brasiliensis*, passou a ser considerada uma matéria-prima de grande utilidade para a indústria nascente. Tornava-se, assim, um dos mais importantes produtos comercializados no Brasil.

Contudo, a borracha estava na floresta, espalhada em longas distâncias, habitadas por índios. Era necessário colhê-la nas árvores, ainda líquida, defumá-la até ficar sólida, transportá-la até as margens dos rios e daí para o comércio nas cidades, um trabalho penoso e perigoso, que só poderia ser realizado por um exército de homens acostumados à vida mais ruda.

Esse exército **veio do Nordeste do Brasil, empurrado pela miséria e pelas grandes secas**, como as de 1877 e 1878. Antes que o século findasse, mais de 300 mil nordestinos, principalmente do sertão do Ceará, migraram para a Amazônia.



Além dos imigrantes nordestinos, foram submetidos a trabalhos forçados os indígenas da Amazônia, na região do rio Beni (afluente do rio Madeira, que nasce na Bolívia)

Nos seringais, esses homens valiam menos que os escravos. Na outra extremidade da sociedade regional, os seringalistas e grandes comerciantes usufruíam da riqueza fácil proporcionada pela borracha. Essa evidente contradição no quadro social do Ciclo da Borracha, se devia a um perverso sistema de exploração, que consumiu a vida de milhares de homens. O **sistema de aviamento** se constituía numa rede de créditos e se espalhou nos imensos seringais que foram abertos em todos os vales amazônicos.

Por esse sistema, os **seringueiros (trabalhadores da extração da borracha)** eram obrigados a comprar a crédito somente dos seus **seringalistas (os donos dos seringais)**, tudo de que necessitavam para sobreviver: alimentos, roupas e ferramentas. Pagavam suas dívidas com a borracha produzida.

Os seringalistas compravam a crédito (aviavam) das casas aviadoras, todas as mercadorias que vendiam para os seringueiros. Pagavam com a produção anual do seringal. As **casas aviadoras**, estabelecidas principalmente em Belém e Manaus, compravam das firmas exportadoras as mercadorias que forneciam aos seringalistas e pagavam as exportadoras com a produção dos seringais.

Por fim, as **exportadoras**, na maioria de origem inglesa ou alemã, se capitalizavam nos bancos europeus e norte-americanos para financiar o sistema de aviamento e obtinham um extraordinário lucro com a venda da borracha nos mercados industrializados.

FIQUE ATENTO!



Fim do Primeiro Ciclo da Borracha: A Biopirataria dos Ingleses

A euforia econômica proporcionada pela borracha amazônica – que chegou ao posto de segundo produto da pauta de exportações brasileira, só perdendo para o café – foi efêmera. Em menos de três décadas a velha pirataria europeia conseguiu destruir todos os sonhos de grandeza amazônica. Um biopirata inglês contrabandeou da Amazônia grande quantidade de sementes de seringueiras para o Jardim Botânico de Londres.

Rapidamente se descobriu que as mudas de seringueira obtidas das sementes contrabandeadas, se adaptavam perfeitamente na Ásia. Logo os ingleses implantaram enormes seringais de cultivo no sudeste asiático, racionalizando e modernizando a produção da borracha. Assim, conseguiram reduzir de forma drástica os custos de produção, que, na Amazônia, eram extremamente altos, e derrubaram os preços internacionais.

A Anexação do Acre pelo Tratado de Petrópolis

Por todo o período da extração, seringalistas e seringueiros avançaram sobre o território da Bolívia. Ela tentou marcar presença na região, mas não adiantou. Colocaram um posto militar e concederam o monopólio de exploração da borracha em seu território a uma companhia norte americana, a **Bolivian Syndicate**, com a expectativa de afastar os brasileiros.



A situação tornou-se cada vez mais sensível, e eclodiram conflitos armados entre os seringueiros brasileiros e as autoridades bolivianas, cujos soldados foram vencidos e expulsos pelos trabalhadores da borracha, liderados pelo seringalista espanhol **Luiz Galvez**, que proclamou a “**República do Acre**” em 1899.

Expulsaram os bolivianos da cidade de Puerto Alonso e foi decretada a sede do governo da República do Acre com o nome **Porto Acre**. O então presidente da República o paulista Campos Sales prendeu Galvez e o território devolvido, mas em 1902 sob o comando do gaúcho **Plácido de Castro** eclodiu a “**Revolta do Acre de 1902**”.

O Tratado de Petrópolis em 1903

É o tratado mais cobrado nos exames, pois resolveu pacificamente os litígios fronteiriços, nas áreas que levaram aos conflitos liderados por Galvez e Plácido de Castro. O principal diplomata que intermediou o acordo foi o “**Barão do Rio Branco**” que conseguiu apaziguar os ânimos antes de um conflito armado entre os países. O tratado de Petrópolis foi assinado em 17/11/1903, no governo do presidente Rodrigues Alves, e previa:

- ✓ A Bolívia cedia os territórios que hoje compõe o Acre e parte norte de Rondônia.
- ✓ Intercambiamos territórios e concedemos terras do Mato Grosso, mas como saímos na vantagem, nos comprometemos com o pagamento de uma indenização e a construção de uma ferrovia, para a Bolívia escoar seus produtos pelo rio Amazonas.
- ✓ Pagamento pelo Brasil de uma indenização no valor de 2.000.000 (dois milhões) de libras esterlinas.
- ✓ Construção da Ferrovia Madeira-Mamoré para fornecer uma saída para o oceano atlântico a Bolívia, via bacia amazônica.

Através do **Tratado de Petrópolis**, o Brasil incorporou ao território nacional uma extensão de terra de 191 mil km², referente ao atual Estado do Acre, que foi entregue a 60 mil seringueiros e suas famílias para que lá pudessem exercer as funções extrativas da borracha.

A Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré



Canteiro de obras de Porto Velho, em 1909, margem direita do Rio Madeira, durante a construção da Ferrovia.



No percurso da Ferrovia deveria ter um ramal passando por Vila- Murtinho ou em outro ponto próximo (no Estado de Mato Grosso) para que chegasse a Villa-Bella (na Bolívia), na confluência dos rios Beni e Mamoré.

O Governo boliviano escolheu o engenheiro George Earl Church, do Exército americano para canalizar os trechos encachoeirados do rio Madeira e para construir a ferrovia.

Como muitos trechos estavam em território brasileiro, o Coronel pediu a Dom Pedro II a concessão da Ferrovia por 50 anos. Dessa forma, o Governo brasileiro tornou-se parceiro de Church e o Governo boliviano, o fiador da obra.

A construção foi difícil e complexa. Desde o final do século XIX foram feitas pela Bolívia tentativas fracassadas. Foi o grande investidor norte americano, Percival Farquhar, que tomou para si o desafio de construir uma obra que até então foi vista como quase impossível.

O empreendimento custou a vida de inúmeros operários trazidos de vários lugares, como asiáticos e centro-americanos, por isso, a ferrovia passou a ser conhecida popularmente por “**Ferrovia do Diabo**”. As obras ocorreram entre 1907 e foi entregue 1912.

As condições sanitárias eram precárias e ocorreram epidemias de Malária. Em 1910 contratado o médico sanitarista **Oswaldo Cruz**, para combatê-las, o que permitiu a conclusão das obras.

“Apesar da crise, entre 1905 e 1906, Oswaldo Cruz empreendeu uma expedição a 30 portos marítimos e fluviais de Norte a Sul do país para estabelecer um código sanitário com regras internacionais. A luta contra as doenças ganhou reconhecimento internacional em 1907, quando Oswaldo Cruz recebeu a medalha de ouro no 14º Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim, na Alemanha, pelo trabalho de saneamento do Rio de Janeiro. Oswaldo Cruz ainda reformou o Código Sanitário e reestruturou todos os órgãos de saúde e higiene do país.

Em 1908 o sanitarista foi recepcionado como herói nacional e, no ano seguinte, o instituto passou a levar seu nome. Com a equipe do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) fez o levantamento das condições sanitárias do interior do país. Em 1910 combateu a malária durante a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré (viajou a Rondônia com Belisário Penna), e a febre amarela, a convite do governo do Pará.”

<https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia#:~:text=Em%201910%20combateu%20a%20mal%C3%A1ria,rebatisado%20com%20o%20seu%20nome.>

O Governo Prudente de Morais (1894-1898): Instabilidade Interna, Ameaças Externas e a Oligarquia do Café.

Em 1894 o Brasil estava em guerra civil na região sul, a “Revolução Federalista”, e silenciosamente ocorreram as eleições em 15 de novembro. Floriano Peixoto, apesar de sua popularidade e desejo de continuar, preferiu não disputar as eleições e o paulista Prudente de Morais foi candidato com mais vinte e nove concorrentes, e foi eleito pelo voto direto.

Foi a primeira eleição e como a constituição permitia, votava-se para presidente em separado do vice. O presidente eleito do PRP (partido republicano paulista) e o vice Manuel Vitorino era um florianista jacobino



da chapa da oposição. Floriano se negou a passar a faixa presidencial. Havia a expectativa de que tentasse continuar no comando, mas não. Quando Prudente chegou para sua posse, não ocorreram grandes recepções, solenidades, e ele encontrou o palácio do Itamaraty, primeira sede do governo, todo bagunçado.

O governo de Prudente de Moraes foi um grande desafio, tanto pela grave crise econômica que se arrastava desde o encilhamento, quanto pela instabilidade política. Foi em seu governo a pacificação da Revolução Federalista, e anistiou ambos os lados em 1895.

Em 1896 começou a Guerra de Canudos e Prudente estava afastado por problemas de saúde. Seu vice Manuel Vitorino que declarou Guerra ao arraial. A população brasileira era essencialmente concentrada nas regiões próximas ao litoral e às margens dos rios, e no sertão (interior) amazônico, nordestino ou sulista tinha uma população cabocla miserável, e todas as terras controladas pelos coronéis, e a Igreja mantinha sua forte influência no cotidiano político e social, mesmo que tenha acabado o regime de padroado com a constituição republicana.

O catolicismo popular era cheio de práticas consideradas pagãs e os padres desta geração tinham a missão de tornar o catolicismo mais romano e menos sincrético (misturado), então se posicionavam contra o curandeirismo e contra os beatos, homens influentes e respeitados e pelo povo, que rezavam missa e realizavam os ritos católicos.

Em 1895 as disputas de nossas fronteiras vieram à tona e Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco foi uma figura central para que consolidássemos as fronteiras pacificamente. A França invadiu o território do Amapá e a **Inglaterra invadiu a ilha de Trindade** no litoral nordeste.

A invasão feita pelos franceses da Guiana Francesa foi uma aventura de especuladores. Foi fundada uma “República de Cunany” e foram vendidos títulos e terras. Foram repelidos pelo exército brasileiro pelo “Cabralzinho” e não tiveram o apoio militar da França.

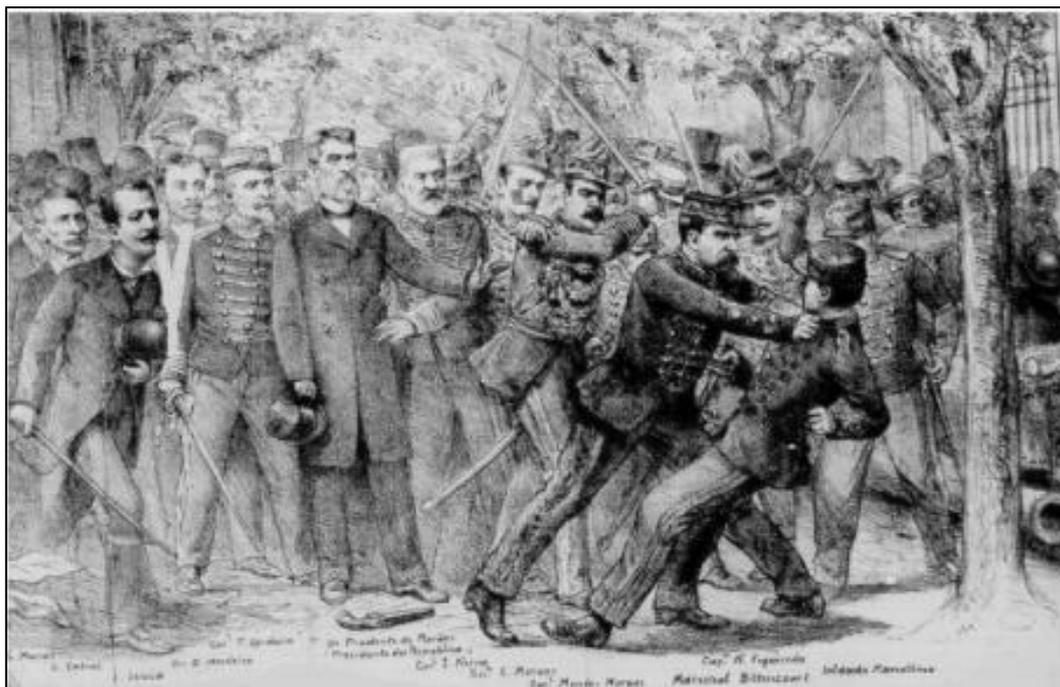
A fronteira com a Argentina era indefinida e nos três casos Prudente de Moraes, prudentemente aconselhado por Juca Paranhos, recorreu à arbitragem internacional. Enquanto isso os seringueiros brasileiros avançavam sobre o território boliviano. Os grandes seringalistas eram muito ricos e poderosos, e controlavam o lugar.

Em 1899 Luís Galvez proclamou a República do Acre, o então presidente Campos Sales prendeu Galvez e devolveu o território. Em 1902 O seringalista gaúcho Plácido de Castro entrou em confronto com as tropas bolivianas e venceu. O problema foi mais uma vez resolvido pelo Barão do Rio Branco através do Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre ao Brasil. Foi através deste tratado que anexamos o Acre, pagamos uma indenização e nos comprometemos a construir uma ferrovia que permitisse que a Bolívia escoasse seus produtos pelo rio Amazonas.

Em 1897 Prudente de Moraes sofreu um atentado político de um florianista jacobino, numa solenidade em que recebia os soldados egressos de canudos. Morreu o ministro da guerra Marechal Bittencourt num ato de heroísmo, entrou na frente do presidente e levou uma punhalada em seu lugar. Após o atentado fechou o clube militar e foi decretado o estado de Sítio no DF (Rio de Janeiro e Niterói). As suspeitas sobre o mandato do atentado recaíram imediatamente no vice-presidente, que chegou a ser preso, mas não foi provado seu envolvimento direto.

O atentado contribuiu para enfraquecer o jacobinismo dos florianistas e foram feitos diversos acordos em alianças políticas que viabilizaram um arranjo estável, que conteve os conflitos regionais. Apesar disso eram absolutamente alheios ao bem estar da população.





1897 – Revista Dom Quixote – Ângelo Agostini – atentado contra Prudente de Moraes

A Guerra de Canudos 1906.

Nos anos que se seguiram à Proclamação da República, a estrutura social do país era extremamente desigual. O contraste era mais violento do que nos dias de hoje, sobretudo na região do Nordeste brasileiro, terra marcada por latifúndios e coronelismo.

É importante lembrarmos que o coronelismo foi um período no qual os poderes econômico e político estiveram diretamente ligados ao latifúndio e aos mandos e desmandos do coronel, que dominava pelo seu carisma, pela posse da terra e pelos seus jagunços. A miséria da população era, portanto, muito grande.

Naquela época, a relação do latifundiário com o camponês nordestino ainda não era do tipo capitalista (assalariada). Em troca da permissão para plantar na terra do fazendeiro, o camponês deveria trabalhar de graça, ao longo de vários dias, para o proprietário. Era um sistema chamado **camhão**, no qual pagava-se uma espécie de aluguel (foro) ou, no esquema da parceria, entregar metade ou a terça parte de tudo o que tinha sido produzido na roça.

Para agravar mais a situação, ainda havia o caso de alguns fazendeiros criadores de gado, que ampliavam as suas propriedades expulsando as famílias camponesas de suas terrinhas. Quem não quisesse sair, era “convencido” pelo argumento da espingarda do jagunço a mando do coronel.

Imaginem como era difícil a situação dos camponeses: trabalhando sob o forte sol do sertão, dando um duro miserável, sem nunca ter visto um médico ou uma escola para seus filhos; passando fome, enquanto viam o coronel tomando os seus refrescos na varanda da “casa grande”.

Além destas condições terríveis, somam-se os impactos da crise econômica que ocorreu entre 1850 e 1890, em que o preço do açúcar caiu significativamente. Este contexto levou a uma das maiores revoltas camponesas da história do continente, a revolta de Canudos (1896-1897).

Ela ocorreu no sertão da Bahia, em uma região de uma fazenda abandonada e perto do rio Vaza-Barris. Aos poucos começaram a surgir alguns posseiros. Uma rocinha aqui, um barraco ali, uma cerca para a criação de



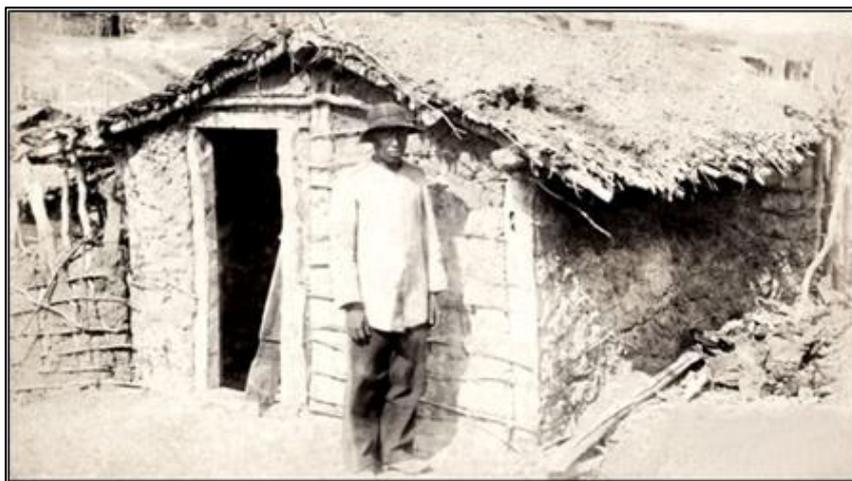
bodes. Mais e mais famílias chegavam para plantar feijão e milho, criar umas galinhas e cabritos. Outros chegaram para abrir uma pequena oficina de sapateiro ou uma vendinha. Em pouco tempo, milhares de famílias estavam morando na comunidade chamada pelos moradores de Belo Monte. A região ficou tão grande que, no estado da Bahia, somente Salvador era maior.

O povo sertanejo era muito religioso. Nas práticas sociais religiosas, os elementos como procissões, romarias e celebrações leigas (realizadas por religiosos sem formação no seminário) eram muito fortes. São práticas típicas do que é classificado como catolicismo popular. Neste cenário, surge uma figura conhecida como **Beato**. Os beatos eram pessoas que contavam com o maior respeito da comunidade em que viviam. Como existiam poucos padres, as celebrações religiosas eram feitas pelos beatos (não tinha um sentido pejorativo e sim muito respeitoso).

Nas vilas da região, nas praças e nas feiras, um beato barbudo de olhar profundo rezava e dava sermões muito profundos que tocavam no coração dos sertanejos: era Antônio Conselheiro, que anunciava que, em breve, Jesus Cristo retornaria à terra para separar os homens bons dos homens maus. Os homens maus seriam queimados em fogo e em enxofre. Os homens bons seriam salvos.

Mas, quem eram os homens maus, para o Conselheiro? O pregador não precisava dizer diretamente, contudo, qualquer caboclo intuía: eram os fazendeiros, os exploradores do povo, as autoridades da República, que jamais se importavam com os humildes.

E quem eram, por sua vez, os homens bons? Aqueles que viviam com os primeiros cristãos, em comunidade, repartindo tudo. Isso era encontrado na caatinga, no arraial de **Belo Monte**.



Era uma revolta social contrária ao latifúndio e à Primeira República, dominada pelos coronéis. No entanto, a maneira de ver as coisas não era política, mas religiosa. Antônio Conselheiro dizia que era guiado pelo retorno do Messias, de Jesus Cristo.

Os movimentos de protesto social dos pobres, que assumem uma linguagem e uma visão religiosa, recebem o nome de **messiânicos** (a palavra vem de messias). Os coronéis, por sua vez, também eram muito religiosos, mas se preocupavam com o movimento messiânico que se alastrava pelo arraial, visto como uma aglomeração de fanáticos religiosos, como noticiavam os jornais da época. A Igreja não apreciava que um simples beato pregasse no lugar dos padres. A Santa Sé romana nessa época, combatia práticas do catolicismo popular, consideradas pela Igreja Católica, como pagãs, como as folias, congadas entre outras celebrações do catolicismo popular.



Na capital da época, o Rio de Janeiro (desde 1763), na recém- proclamada República presidida por Deodoro da Fonseca, o presidente recebia duras críticas, acusando-o de não ser capaz de conter uma rebelião manipulada pelos monarquistas.



Não há dúvidas de que não eram monarquistas, porém, em algumas pregações, Conselheiro dizia que Deus é rei e fazemos parte do seu reino. O suficiente para distorcer suas pregações e acusá-lo de monarquista, e para dizer que ele e seus seguidores representavam um perigo para a República. No universo mental dos sertanejos, distantes das grandes cidades, o que menos contava era o regime político, mas eles se queixavam de que a República tinha criado novos impostos.

Os jornais do Rio de Janeiro e de Salvador acusavam e alardeavam sobre o *perigoso* movimento de fanáticos religiosos monarquistas no sertão. Várias expedições policiais foram enviadas à região. Canudos passou a se defender do jeito do povo: ciladas, emboscadas e táticas de guerrilha.

O coronel Moreira César, famoso pelas impiedades contra os inimigos, comandou a terceira expedição do exército Baiano, e morreu em combate. Na quarta expedição, o exército brasileiro mandou cerca de 8 mil homens acompanhados de canhões alemães e comandados por um General, ocasionando um grande massacre à população.



O jornal Folha de São Paulo enviou um correspondente para narrar a expedição: Euclides da Cunha. A partir de sua observação do conflito nasceu o livro “Os Sertões”.

Milhares de pessoas foram trucidadas e nem as crianças escaparam. Após tomarem Canudos, ninguém se rendeu. Sobraram apenas um idoso, um homem e uma criança armados e que atiraram até o fim. Canudos não se rendeu e foi dizimada.

A cabeça de Antônio Conselheiro foi decepada e levada como prêmio de Guerra. Muitos conseguiram fugir descendo pelo Rio São Francisco e seguindo as Bordas da Chapada Diamantina até chegar em Minas Gerais, mas o resultado do massacre foi enorme.

O Governo Campos Sales (1898-1902) e o Pacto Federativo

A república do café com leite era fundamentada em um “Pacto Oligárquico”, ou como chamado por seu articulador Campos Sales, o quarto presidente do Brasil e o segundo civil, “pacto federativo”, também conhecido como política dos governadores. É uma política de troca de favores, bastante patrimonialista (que trata o público como privado) e fisiologista (políticas voltadas aos interesses pessoais e o controle da máquina pública através de distribuição de cargos) Enquanto os estados garantiam as eleições dos candidatos de MG e SP, os estados mais ricos e do país, e em troca ganhavam em troca a liberdade de fazer o que bem entendessem sem uma fiscalização regular.

Campos Sales reunia a oligarquias em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada um. Como era constante as disputas entre as diferentes facções políticas, a ideia de Campos Sales era formar então um grande partido de governo com sustentação nas oligarquias estaduais e resumiu assim seu objetivo:

“É de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitada, nas ruas da capital e da União [...] a política dos estados, é a política nacional.”

Carvalho, José Murilo. *Os bestializados*



Esse arranjo político permaneceu até a deposição de Washington Luís na Revolução de 30, e o governo federal foi dominado principalmente por São Paulo e Minas Gerais. O período também ficou conhecido como República do Café com leite, mas apesar da expressão, não existia uma aliança política claramente definida entre os dois estados, que disputavam e brigavam muito. Também as oligarquias dissidentes, ou seja, as lideranças regionais dos estados menos influentes no contexto, mas que brigavam pelo poder político federal.

Campos Sales foi o presidente responsável pelo *Fundig Loan*, uma tentativa de contornar a séria crise econômica que vinha desde o Encilhamento. Tomou empréstimos dos bancos ingleses e deu como garantia nossos portos e alfandegas. Instituiu novos impostos e com eles passou a pagar a dívida externa, procurando recuperar a confiança dos investidores estrangeiros.

O Primeiro Governo Rodrigues Alves (1902-1906) e a Revolta da Vacina

No governo Rodrigues Alves que estourou a Revolta Vacina. Seguiam os “Bota Abaixo” no centro da cidade. O Rio de Janeiro foi transformado numa cidade moderna, as ruas foram alargadas, avenidas foram abertas e o porto remodelado.

O presidente para cumprir seu projeto de modernização urbana e combate às epidemias, nomeou e deu poderes quase ditatoriais para o prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos, e para o jovem médico sanitarista Oswaldo Cruz, que foi nomeado Diretor do Serviço de Saúde Pública.

Em 1904 terminaram de abrir a Avenida Central do Rio de Janeiro e foram derrubados em torno de 640 prédios, a maior parte cortiços, na região mais habitada da cidade.

Oswaldo Cruz teve muitos desafios. Era um cientista e sanitarista versado nas mais modernas tecnologias sanitárias da época com as vacinas e a compreensão de que os vetores transmissores das doenças eram mosquitos e pulgas de rato, o que era difícil na época, para a maioria das pessoas entender que estavam relacionados. Acreditava-se que as doenças eram provocadas pelos “maus ares” dos lugares sujos.

Ele primeiro enfrentou a febre amarela combatendo os mosquitos e isolando os doentes em hospitais. Em seguida combateu a peste bubônica, que exigia a exterminação de ratos e pulgas, a limpeza desinfecção das ruas e das casas, por fim o combate à Varíola através da vacinação obrigatória.

Foram criadas brigadas sanitárias e os “batalhões mata mosquitos” e militares e operários da saúde e limpeza pública. Faziam um controle sanitário rigoroso e isso provocou um rebuliço, nos donos dos cortiços desapropriados, ou obrigados a reformá-los, e nos inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, sair das casas para desinfecções, ou mesmo abandonar a habitação, quando condenada à demolição.

O prefeito proibiu cães e vacas leiteiras nas ruas, mandou recolher a asilos os mendigos, proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Proibiu cuspir nas ruas e nos bondes e que não urinasse fora dos mictórios.

Os Inimigos da Vacina

Já existiam leis sobre que obrigavam à vacinação desde a presença da família real no Brasil em 1808, mas essas leis não pegaram e governo republicano decidiu fazer uma nova lei que foi aprovada pelo senado. O



maior opositor da vacinação obrigatória era o Tenente-Coronel Lauro Sodré, positivista e florianista. Seus correligionários se juntaram em oposição ao governo de Rodrigues Alves e começaram os ataques nos jornais. Eram contra a intromissão do governo no domínio da saúde pública, que era reservado ao poder espiritual (religioso). Eram irritados pelo monopólio dos médicos sobre a saúde pública e privada e para eles a intromissão do governo era um “despotismo sanitário”, expressão largamente usada.

O projeto de vacinação de Oswaldo Cruz era muito rigoroso e teve críticas até de correligionários. Fechou o cerco: Os mais abastados até poderiam até escolher médicos particulares, mas o atestado deveria de ter firma reconhecida e do resto ninguém podia escapar, pois o atestado era exigido para tudo, com matrícula em escolas, emprego público, emprego doméstico, emprego nas fábricas, hospedagem em hotéis e cortiços, viagens, casamento, voto etc. Antes mesmo de ser aprovado a proposta de projeto, ele vazou, foi publicado nos jornais, e a agitação estourou.

Tanto os positivistas florianistas, quanto as lideranças do movimento operário se uniram e fundaram a liga contra a vacinação obrigatória. Estudantes e jovens operários foram o estopim. Ensaivavam teatros com críticas políticas e humorísticas e foram reprimidos pela polícia, e nos dias seguintes, os jovens continuaram, e a atuação violenta da cavalaria militar.

Entre os dias 10 e 18 de novembro as ruas da cidade foram tomadas por revolta e manifestações, de estudantes, operários e os positivistas florianistas contra o Estado, e os jovens da Academia militar da Praia Vermelha também se rebelaram contra a vacina. A cada dia a revolta se tornava mais violenta e a cidade estava sendo depredada e a população se juntou contra a polícia, e daí foram tiros e garrafadas e quebradeira.



1904 - Jornal O Malho. Rodrigues Alves está pendurado à direita e no chão, Oswaldo Cruz com o boné das brigadas de vacinação.





1904 - Jornal O Malho: As três grandes pestes da época, a febre amarela, a bubônica e a varíola.

Podemos entender como uma manifestação popular numa sociedade estratificada e sem cidadania para a maioria da população. O povo se manifestou diante dos abusos do autoritarismo de Oswaldo Cruz, que apertou o cerco de toda a forma e a desinformação da população em geral, ricos e pobres, que desconheciam as novidades científicas, e tiveram dificuldade de associar ratos e mosquitos às doenças, e ainda, o sensacionalismo da mídia. A maioria dos envolvidos eram vadios, operários e trabalhadores urbanos em geral. Muitos negros, pardos e imigrantes italianos.

O Governo Afonso Pena (1906-1909): A Modernização Positivista e a Comissão Rondon

Afonso Pena era mineiro, estudou e doutorou-se em São Paulo, e advogou em Minas, onde construiu sua carreira política. É um dos expoentes do pensamento positivista e da modernização nacional. Foi em seu cargo de Governador do estado de Minas Gerais, entre os anos de 1882 e 1884, que a capital foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, iniciando o processo de planejamento e construção da nova capital.

Na presidência da República expandiu a malha ferroviária pelo país, e podemos destacar a FMM em Rondônia, que foi construída como parte de um acordo feito com a Bolívia, pela anexação do Acre, pois o vizinho escoaria sua produção pelo rio Amazonas. Também podemos citar a interligação das ferrovias do Sul até São Paulo, e a Comissão Rondon, cuja missão, foi traçar linhas de telégrafos entre Cuiabá e Porto Velho. O presidente faleceu antes de concluir o mandato e foi substituído pelo vice-presidente, o carioca Nilo Peçanha.

INDO MAIS FUNDO!



Cândido da Silva Mariano Rondon era coronel do Exército do corpo de engenharia militar e em 1907 recebeu a missão de interligar os territórios do Acre, Amazonas, Alto Juruá e Alto Purús à capital através de Cuiabá, que neste momento já era conectada com a capital. Os pontos extremos seriam Cuiabá e Santo Antônio do Madeira. O fio cruzaria o grande divisor das águas platinas e amazônicas, a chapada dos Parecis. Cumpriu sua missão de forma notável e chegou a ser indicado ao prêmio Nobel da Paz.

Durante as expedições foram várias vezes atacados pelos indígenas, especialmente os Nambikuara. Rondon foi um grande indigenista e responsável pela criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Era mundialmente admirado e inclusive o ex-presidente dos EUA Theodore Roosevelt, que era dado a aventuras, foi convidado a participar de uma expedição, em que ele se feriu e adoeceu. Em suas memórias, Roosevelt relata que a floresta tropical lhe tirara dez anos. Em sua homenagem, Rondon sugeriu batizar um rio da região com seu nome.

A indicação de Rondon ao Nobel da Paz não foi somente pela atuação com os indígenas, mas sim pela proliferação das telecomunicações. Em 1925 foi indicado pelo físico alemão Albert Einstein que o admirava como geógrafo, explorador e pacificador. Em 1947 foi novamente indicado pelo Explorer Club de Nova Iorque (EUA).

O Governo Nilo Peçanha (1909-1910)

Ele era carioca e o vice-presidente de Afonso Pena, que assumiu até o final do mandato. Ao longo de sua carreira foi prefeito do Rio de Janeiro e governador do estado, além de cargos como ministro. Fez um governo considerado irretocável.

Quando foi empossado anunciou que faria o governo da paz e do amor. Nilo era um grande orador e um político populista. Há uma discussão interessante, pois teria sido o primeiro presidente negro-pardo, e sofreu preconceito na aristocracia, que zombava de sua cor e origem humilde. Foi quando Rui Barbosa começou com a “**Campanha Civilista**” contra o candidato Hermes da Fonseca, que foi apoiado por Peçanha. Foi a campanha mais agitada da República até então, e considerada a primeira com forte polarização política. Hermes da Fonseca era bastante popular e venceu as eleições.

O Governo Hermes de Fonseca (1910-1914): A Revolta da Chibata e a Política das Salvações

A Campanha de Rui Barbosa e Hermes da Fonseca foi um dos grandes momentos da primeira República, pois foi a primeira grande campanha política, em que ocorreu um verdadeiro debate político. Rui Barbosa denunciava o retorno no militarismo, defendia os valores cívicos e republicanos, era defensor das liberdades individuais, e o Marechal Hermes era um militar, muito popular, de comportamento evasivo e autoritário, e se colocava como a renovação contra a corrupção.

Hermes da Fonseca era sobrinho do proclamador Deodoro da Fonseca foi o último militar a ocupar o poder na República Oligárquica. Era marechal do exército e sob seu governo foi instituída a política de salvação: indicava militares para os governos estaduais com o argumento de manter a ordem e combater a corrupção. Em oposição aos governadores locais, ocorreram intervenções, por exemplo, no Amazonas e na Bahia, cujas capitais foram bombardeadas pela marinha.



TOME NOTA!



No seu governo, além da Revolta da Chibata, foi quando ocorreu a Guerra do Contestado, entre Santa Catarina e Paraná, e no Ceará ocorreu a Revolta de Juazeiro, liderada pelo padre Cícero.

A Revolta da Chibata (1910)

A Armada, como era conhecida a marinha na época, passou por modernizações tecnológicas e adquiriram grandes navios de guerra muito modernos e poderosos na época. No início do século XX a Marinha recebeu investimentos e foi modernizada, no entanto, havia permanências da época da escravidão que eram muito evidentes, como as chibatadas, usadas como penas disciplinares dos marinheiros. Castigos corporais e baixos soldos contrastavam com a modernização empreendida na melhoria dos equipamentos.

O Brasil adquiriu os navios de **Guerra São Paulo e Minas Gerais**, e como eram tecnologias militares modernas, os marinheiros foram enviados à Inglaterra para serem treinados na máquina. O encontro com os marinheiros ingleses deixou os marinheiros brasileiros perplexos com a modernização de seus equipamentos militares e com o tratamento digno dispensado aos homens de baixa patente. Lá é que começou tudo e os homens começaram a tramar uma revolta durante quase dois anos.

João Candido já possuía quinze anos de marinha, era bem-quisto pelos oficiais e pela marujada. Chegou à patente de sargento, mas na época tinha sido rebaixado à marujo de primeira classe, mas se carisma o tornou uma liderança dos grupos dos marinheiros, além disso, era um piloto de enorme destreza.

O Estopim

As chibatas eram um instrumento de suplício muito comum para punir escravizados, e nos pelourinhos, ou nas fazendas. Eram chicotes curtos formados por várias tiras de couro, que recebiam pregos e pedaços de metais cortantes nas pontas. Logo no começo da República, um dos primeiros decretos de Deodoro da Fonseca foi proibir os castigos físicos nas forças armadas, mas a lei não pegou na armada.

A marinha era uma arma monarquista, tanto que o republicanismo era forte no exército, mas não da mesma forma na marinha. Os oficiais eram vindos da elite tradicional, pois as grandes carreiras eram encaminhadas pelos pais, que queriam o filho bacharel, engenheiro, médico, militar ou padre.

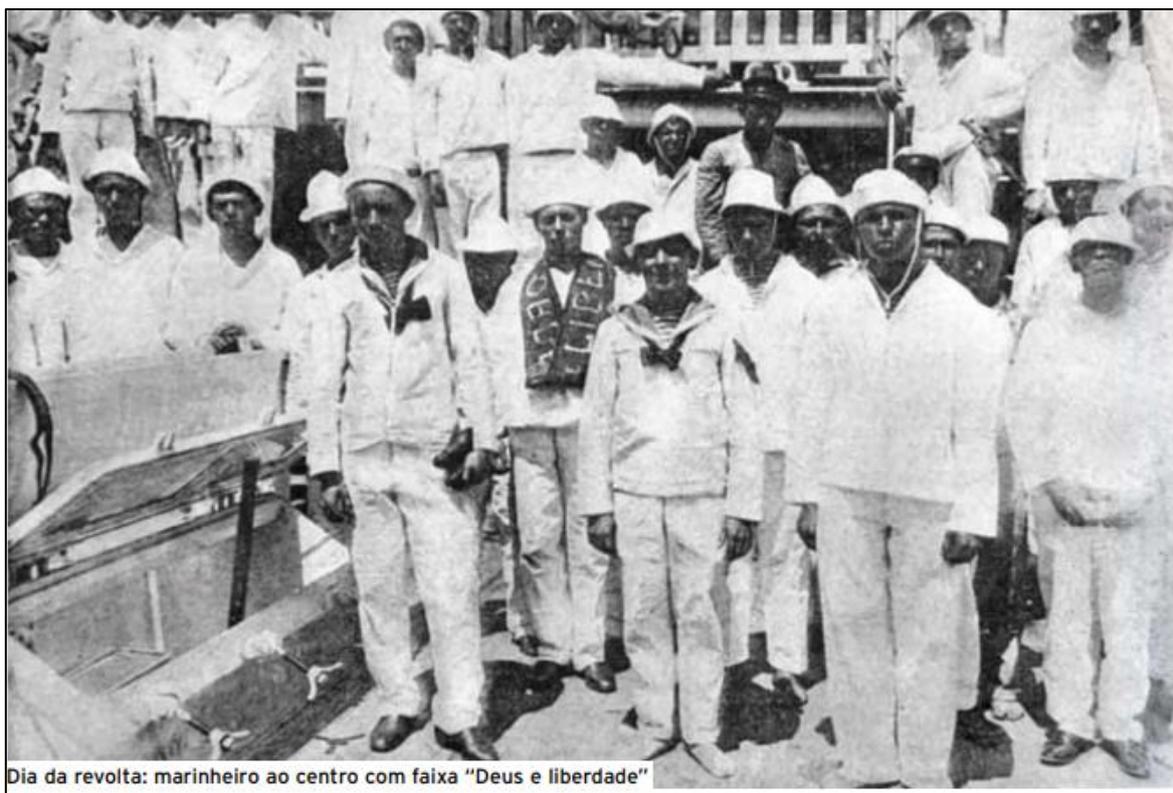
A marujada era gente muito pobre e de todo o tipo. Os mais velhos, que trabalhavam desde a época da monarquia, viveram anos na instituição na ponta da chibata e muitos eram homens sem família, alguns recrutados à força, solteiros e sem ter lugar para onde ir, portanto sua vida era o convés.

Havia os condenados ao serviço militar e mesmo homens que praticavam furtos, prostituição e viviam embriagados, mas que fugiam e se alistavam nos navios. A disciplina não era a principal qualidade da maioria destes recrutas, e eram frequentes as faltas, as bebedeiras e as punições. Os mais jovens, entre eles homens



como João Cândido, eram homens negros, muito pobres, que buscaram trabalho nas forças armadas. Após as revoltas da Armada a marinha tinha de esvaziado e precisava de homens. Os castigos físicos eram constantes e dados por qualquer falta.

Em 1910 ocorreu estopim após a morte de um marujo indisciplinado, punido com chibatadas até a morte. Ele entrou a bordo com duas garrafas de cachaça. Foi visto por um oficial, que interveio, e o baiano, como era chamado o marujo, o confrontou. A punição foram duzentas e cinquenta chibatadas, o que na prática equivalia à pena de morte, pois já deixavam o supliciado muito ferido. As chibatadas eram “castigos exemplares”, ou seja, para dar o exemplo do que acontece com quem pratica faltas consideradas graves. Eram dadas com a pessoa amarrada à e ao som de tambores, a cada toque, uma chibatada, contada em voz alta.



Dia da revolta: marinheiro ao centro com faixa "Deus e liberdade"

A marujada se rebelou quando o corpo do baiano caiu desfalecido, e o jovem oficial que fez a denúncia foi atacado e morto pela ponta de um florim (espada fina), e o navio de guerra, o Encouraçado Minas Gerais foi tomado pelos rebelados. **Quatro navios de Guerra se amotinaram: O Minas Gerais, o São Paulo, o Bahia e o Deodoro.** Não há números precisos, mas até quatro mil marujos aderiram direta, ou indiretamente à revolta liderada por João Cândido.

A Revolta

A revolta ocorreu uma semana após a posse do Marechal Hermes da Fonseca, que assumiu a presidência no dia 15 de novembro. O país estava agitado e polarizado pela campanha entre ele e Rui Barbosa. Os rebelados comunicavam-se por mensagens de Rádio e escreveram um manifesto numa carta e enviaram ao palácio presidencial.



Alinharam os navios e apontaram os canhões para a frente dele, e chegaram a atirar, e os escombros da construção atingida feriu de morte duas crianças. Na carta exigiam melhores condições de tratamento, o fim das chibatadas e a anistia de todos os envolvidos. A cidade ficou praticamente esvaziada.

Os ricos iam para Petrópolis, e quem não pode sair, se acumulou nas periferias, ou trancaram-se em casa. Os rádios e os jornais noticiavam o acontecimento com sensacionalismo, enquanto os navios davam tiros para o alto, e exibiam manobras nos encouraçados, que deixaram todos assustados pela destreza e poder militar dos navios.

Hermes da Fonseca, entre outros políticos, relutaram quanto a negociar com os marujos, enquanto outros defenderam a **anistia**, como foi o caso de Rui Barbosa. Por seis dias, do 22 de novembro até 27 de novembro a cidade estava tomada pelo pânico dos ataques, mas por fim, aboliram as chibatadas e o governo concedeu anistia aos envolvidos.



Charge publicada no jornal O Malho. O presidente Hermes da Fonseca assina a anistia.

Transcrição da charge

-A Política: Vamos, marechal. Não relute, não hesite em sancionar a anistia, embora os rebeldes ainda estejam de armas na mão! É indispensável evitar barulhos e acabar com isso de qualquer maneira, cedendo, e até fazendo presente dos navios, se fôr preciso!

- O Burguês (afflicto): Sim, Sr. Marechal! Tenha pena de nós! Olhe que tiro de canhão graúdo é uma desgraça! Sancione a anistia!



- A Pátria: Seja qual for a solução, sinto-me ferida no coração, diminuída e humilhada pela conducta de meus próprios filhos! ... Que desgraça!...

- Zé Povo: Tem paciência, filha! A vida é isto: egoísmos ... fraquezas ... falta de juízo ... rebeldias ... o diabo: Eu também me sinto abatido e aniquilado com toda esta maldicta mixórdia.

Muitos Homens desertaram, pois desconfiaram da anistia, e outros, como João Candido, quiseram voltar e permanecer na instituição.

A Revolta na Ilha das Cobras

Dias depois, em 9 de dezembro, ocorreu outro levante de marinheiros, desta vez na fortaleza militar da Ilha das Cobras. Não tinha nada a ver com a revolta da chibata, mas os meios de comunicação e políticos locais falavam que a República não podia ter se curvado diante dos marujos e que esta revolta era consequência da primeira.



Helder da Rocha - Rio de Janeiro: Marinha - Ilha das Cobras

Os navios de guerra foram convocados, inclusive o Minas Gerais, em que estava João Candido, e bombardearam a ilha das cobras. João e os que participaram da revolta da chibata ficaram marcados e foram acusados de participarem desta rebelião. Não podiam ser presos devido à anistia, mas podiam ser pela outra revolta, que não tinham nada a ver.

Foram presos junto dos participantes da revolta na ilha das cobras e dezoito homens foram colocados numa cela “solitária” com água e cal, que após a evaporação da água, matava lentamente por asfixia. Morreram dezesseis, entre ele, João. O oficial que deu essa ordem foi julgado e absolvido, e Candido permaneceu preso até seu julgamento em 1912, quando foi desligado da Marinha.

As revoltas deram o argumento para instituição do Estado de Sítio. Além da revolta dos marinheiros, o país estava instável, e com muitas oposições nos estados, cujas elites no poder não o apoiavam, foram perseguidos, e bombardeou Salvador e Manaus na época. Para manter o controle dos estados, criou a “Política das

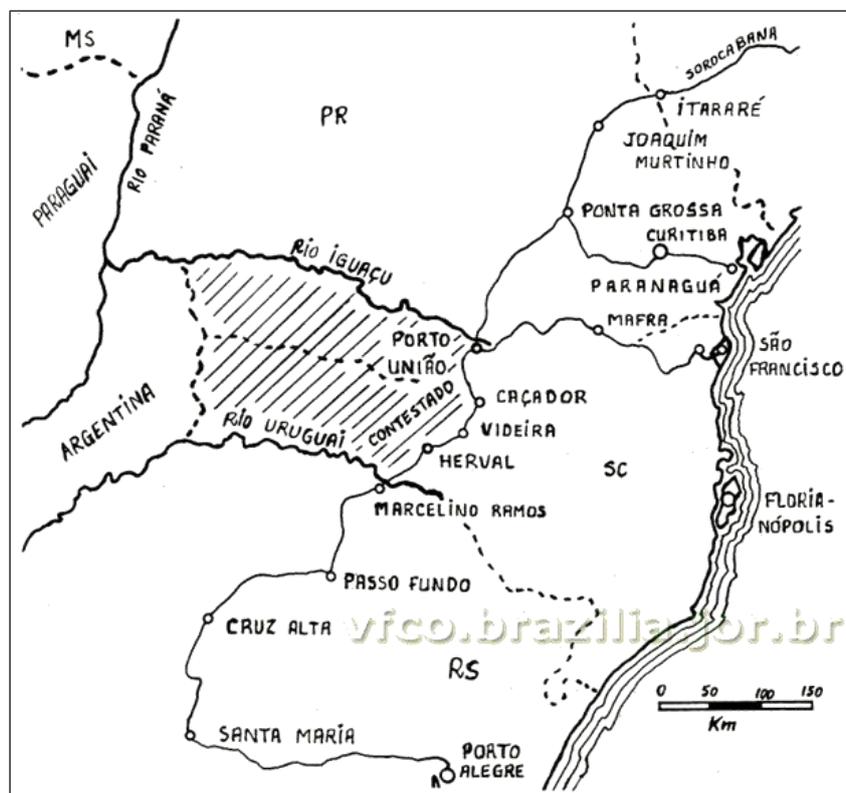


Salvações”, em que intervinha diretamente nos estados através da nomeação de interventores (governadores indicados).

A Guerra do Contestado (1912)

Desde a Proclamação da República o estado do Paraná e Santa Catarina disputavam territórios entre o rio dos Peixes e Curitiba, e em 1910, o Superior Tribunal Federal deu ganho de causa para Santa Catarina.

O Governo Federal concedeu à Investidores internacionais, uma faixa de terra entre Santa Maria e São Paulo, em 1912, para a construção de uma ferrovia. Os quinze quilômetros à direita e à esquerda dos trilhos foram doados à *Brazilian Railway Company*, empreendimento do megainvestidor norte americano Percival Farquhar, que foi o empresário responsável pela construção, em Rondônia, da Ferrovia Madeira-Mamoré, de onde vieram muitos trabalhadores para a construção dos trilhos da ferrovia no Sul do país.



A doação de terras para *Brazilian Railway Company* SP – Sta Maria entregou uma área gigantesca, que foi dada sem considerar que ao longo dos anos, principalmente após a Guerra do Paraguai e Federalista, o interior foi povoado por caboclos muito pobres. A influência de Percival Farquhar na política era enorme, para termos ideia o vice-governador do Paraná Afonso Alves de Camargo e o Catarinense Nereu Ramos eram advogados da ferrovia. As pretensões de lucro não eram voltadas somente para a construção, mas para a exploração da valiosa madeira local através da *Lumber Company*, que expulsou os caboclos da área e construiu grandes serrarias. A ferrovia foi construída com um número muito grande de curvas, desnecessárias, para alongar o trajeto construído, já que recebia por extensão.

Todos os sertanejos posseiros pobres desta área foram desalojados, e somado aos operários abandonados após execução das obras em alguns trechos, fez com que surgisse um enorme contingente de uma população

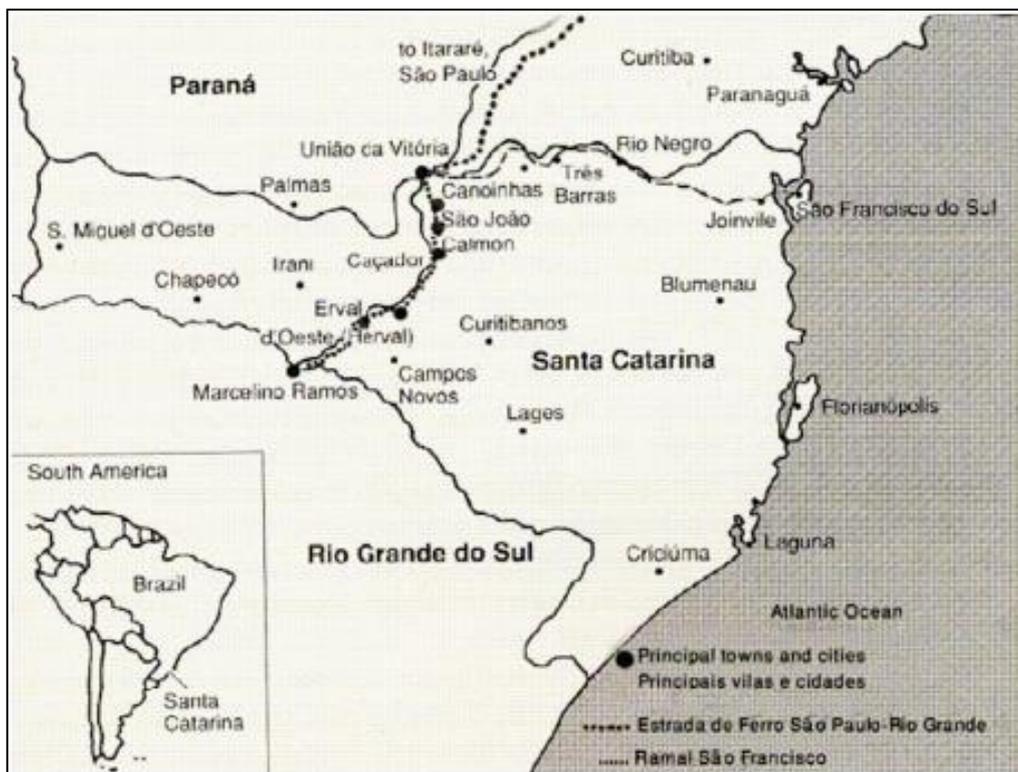


miserável e errante pelo interior. Estabeleceram-se fundando um pequeno povoado no município de Irani, na região do rio dos Peixes, que na época pertencia ao estado do Paraná. A pouco o STF tinha decidido pela incorporação deste município ao território de Santa Catarina. A Guerra do Contestado começou com o estado do Paraná enviando a sua força pública (o nome da polícia militar na época) para conter uma invasão catarinense.

O interior da região do contestado era povoada por caboclos miseráveis, profundamente católicos, e foram arregimentados por José Maria. Para entender melhor este ponto da religiosidade, leia o texto complementar abaixo:

Vitória Catarinense no STF

Encruzilhada, São Bento do Sul, Lajeadozinho, Paraguaçu, Canoinhas, Três Barras, Timbó Grande, Porto União, Curitibanos, Irani, Campos Novos e Chapecó foram os municípios localizados na área de litígio entre os estados e foram incorporados ao estado de Santa Catarina.



Fonte: DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality – Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916*. 4. ed., Durham and London: Duke University Press, 2002. P.47. Apud VALENTIN, 2009, p. 108

Texto Complementar

Para entender-se bem a Guerra Sertaneja do Contestado, é preciso voltar um pouco no tempo e resgatar o valor da figura de três monges da região. O primeiro monge que galgou fama foi João Maria, um homem de origem italiana, que peregrinou pregando e atendendo doentes de 1844 a 1870. Fazia questão de viver uma vida extremamente humilde, e sua ética e forma de viver arrebanhou milhares de crentes, reforçando o messianismo coletivo. Sublinhe-se, porém, que não



exerceu influência direta nos acontecimentos da Guerra do Contestado que ocorreria posteriormente. João Maria morreu em 1870, em Sorocaba, Estado de São Paulo.

O segundo monge também adotou o codinome (alcunha) de João Maria, mas seu verdadeiro nome era Atanás Marcaf, provavelmente de origem síria. Aparece publicamente com a Revolução Federalista de 1893, partidário dos maragatos, mostrando uma postura firme e uma posição messiânica. Chegou, inclusive, a fazer previsões sobre os fatos políticos da sua época. Atuava na região entre os rios Iguazu e Uruguai. É de destacar a sua influência inquestionável sobre os crentes, a ponto de estes esperarem a sua volta através da ressurreição, após seu desaparecimento em 1908.

As entrelinhas do que estava por vir estavam se amarrando entre si. A espera dos fiéis acaba em 1912, quando apareceu publicamente a figura do terceiro monge. Este era conhecido inicialmente como um curandeiro de ervas, tendo se apresentado com o nome de José Maria de Santo Agostinho, ainda que, de acordo com um laudo da polícia da Vila de Palmas, Estado do Paraná, ele fosse, na verdade, um soldado desertor condenado por estupro, de nome Miguel Lucena de Boaventura.

Como ninguém conhecia ao certo a sua origem, como aparentava uma vida reta e honesta, não lhe foi difícil granjear em pouco tempo a admiração e a confiança do povo. Um dos fatos que lhe granjearam fama foi a presunção de ter ressuscitado uma jovem (provavelmente apenas vítima de catalepsia patológica). Teria também curado a esposa do coronel Francisco de Almeida, vítima de uma doença incurável. Com este episódio, o monge ganha ainda mais fama e credibilidade ao rejeitar terras e uma grande quantidade de ouro que o coronel, agradecido, lhe queria oferecer.

A partir daí, José Maria passa a ser considerado santo: um homem que veio à terra apenas para curar e tratar os doentes e necessitados. Metódico e organizado, estava muito longe do perfil dos curandeiros vulgares. Sabia ler e escrever e anotava em seus cadernos as propriedades medicinais das plantas encontradas na região. Com o consentimento do coronel Almeida, montou no rancho de um dos capatazes o que chamou de farmácia do povo, onde fazia o depósito de ervas medicinais que utilizava no atendimento diário, até horas tardias da noite, a quem quer que o visitasse.

http://www.guiacatarinense.com.br/guerradocontestado.htm#Os_confrontos_se_iniciam

Os seguidores de José Maria e o próprio, se estabeleceram em Taquaruçu, atual município de Curitiba, e participavam das feiras em que atendia aos fiéis realizando curas através de ervas. Vale lembrarmos que o curandeirismo virou crime na República.

Um coronel da cidade solicitou a expulsão do grupo, e calculando a possibilidade desta ocorrência, dirigiram-se para Irani, onde foram interpelados pela força pública paranaense. Neste combate vencido pelos caboclos, morreu o Beato José Maria e o Cel. João Gualberto, que foi enviado para conter os populares. Em oito de fevereiro foi feita uma ação militar conjunta entre o governo federal e os estados do Paraná e Santa Catarina, em que foram enviados setecentos homens, várias peças de artilharia pesada, metralhadoras e inclusive aviões, e foi o primeiro conflito no país que ocorreu o emprego militar de aviões, e montaram uma base da aviação para a guerra nos municípios de caçadores.

Os caboclos rumaram novamente em direção a Taquaruçu e estabeleceram-se em Caraguatá. Levaram o corpo morto do Beato, pois acreditavam que ele ressuscitaria com um exército mágico que ajudariam a implantar a monarquia celestial prometida por ele.



Foram liderados por Maria Rosa, uma menina de quinze anos, que também ficou conhecida como Joana D'Arc do Sertão. Ela alegava receber as mensagens do monge e se comunicava espiritualmente com ele. Ela combatia num cavalo branco com flores em seu cabelo e no fuzil.

Ao todo foram enviadas três expedições federais para o combate. Para combatê-los o exército contratou jagunços locais, chamados de vaqueanos, homens rústicos que viviam e conheciam muito bem o território. Guiavam os soldados e as tropas para os campos de Batalha. Em 1916 o Paraná e Santa Catarina assinaram um acordo de limites, que encerrou oficialmente o conflito.

A Sedição de Juazeiro (1912)

O Catolicismo Popular

O Brasil é o país com a maior população católica do mundo. Proporcionalmente somos mais católicos que os italianos, onde está Roma. A nossa formação social foi muito diversa e complexa. Desde o primeiro contato do português com o indígena, a Igreja estava presente, além de que Portugal e Espanha eram associados à Igreja Católica Romana através do regime de padroado, uma associação entre o Estado Nacional e a Igreja, então uma das motivações da colonização era a expansão do catolicismo.

Toda a América Latina é católica, especialmente o México e o Brasil, onde as práticas religiosas europeias misturaram-se com as crenças e práticas das populações catequisadas, o que deu origem a um catolicismo que segue a mesma fé, mas a prática social no cotidiano é bem diferente da matriz europeia. Por exemplo, o catolicismo europeu tem uma visão sobre o homem como pecador, e temos que refletir sobre a culpa e assumi-la, como estão nas orações católicas.

Na Europa a tradição católica popular tinha vertentes em que o autoflagelo é visto como uma forma de redenção com o divino, e em geral, as práticas eram tradicionais e disciplinadas, com a espiritualidade voltada para dentro. É uma prática da espiritualidade mais reflexiva, que internaliza e luta com a dúvida e a tentação diante do pecado, do bem e do mal, que santifica os comportamentos de honestidade, fidelidade, justiça, caridade e verdade. A verdade era controlada, e realmente – aparentemente - conseguiam isso.

Na América latina o catolicismo foi misturado com práticas e rituais indígenas e africanos, e essa diversidade criou uma enorme diversidade de cultos, festas e ritos, além dos oficiais da missa europeia. Era muito espaço e pouco padre. A presença física de um padre numa vila era coisa difícil. A maioria não possuía capela curada, ou seja, com padre residente na paróquia, que inclusive era uma condição para que uma vila se emancipasse em município.

Nas principais vilas residiam mais religiosos, mas como é mais vila do que padre, viajavam pelo interior, e nos pequenos povoados, benzia a todos, confessava, casava, dava unção e rezava missa. Logo ele partia, mas ensinava às principais lideranças religiosas do povoado, aos homens mais respeitados, as datas dos santos e alguns ritos fundamentais, que eram praticados cotidianamente em irmandades católicas de todos os tipos, mas principalmente entre os escravizados convertidos ao catolicismo, pois eram espaços de cuidado e auxílio: amparavam na hora da doença, da velhice, e não deixavam passar fome.

Os membros das irmandades eram muito respeitados, e alguns até rezavam missa. O padre fazia o que podia, mas no dia a dia, quando iam comemorar o dia do santo, faziam festa, mas festavam como festavam todas as



diversões não religiosas: muita dança, muita música, muita cor e muita comida. As principais festas eram sempre cheias e tinham muito exagero.

Neste processo de mistura entre as culturas religiosas (sincretismo religioso), surgiu tanta diversidade, que é impressionante a variedade de rituais católicos. Pense por exemplo, no Dia dos Mortos, celebrado no México. Os astecas consideravam a morte sagrada e eram cheios de rituais funerários, e a visão sobre a morte não era triste, se misturou com a fé católica, e virou um grande dia de festa religiosa, muito tradicional, em que celebram a morte com artesanato, pintura, vestuário, procissões, rezas e católicas. É um feriado religioso muito importante para o país.

No Brasil a modernização e a urbanização fizeram desaparecer e enfraquecer essas práticas, que eram típicas de um mundo rural. O dia da festa era o dia de se encontrar, celebrar, conversar, aproveitar, namorar, usar roupa nova e cortar o cabelo. Vários santos eram celebrados com festividades enormes, que são importantes espaços de convivência da comunidade.

Algumas grandes festas ainda permanecem, porém, são bem diferentes das originais, mas até hoje permanece a convivência cotidiana do sagrado e do profano, como as festas juninas de São João em várias cidades nordestinas, ou no município de Aparecida do Norte, em São Paulo.

As folias de reis, ou reisados, são um belo exemplo do sincretismo, pois era uma festa já celebrada em Portugal, e no Brasil misturou-se com os ritmos e cores africanas e indígenas. As cavalhadas são outro belo exemplo e em todo o país elas ainda são abundantes e variadas, e as congadas. A religião dos orixás também não ficou de fora, pois, a umbanda, é a religião dos orixás sincretizada com o catolicismo, e muitos terreiros possuem santos de devoção católica.

Era bastante comum os beatos e curandeiros. Beatos eram homens muito respeitados, viviam uma vida regrada, tinham fama de santos e alguns até rezavam missa. Basta lembrarmos do arraial de belo monte (canudos) na Bahia e os seguidores de José Maria em Santa Catarina. Os padres ordenados eram tidos como pessoas muito especiais, importantes, e eventualmente pegavam fama de santos e milagreiros.

No final do século XIX a Igreja romana passou a exigir uma “purificação do catolicismo” através da proibição de práticas que consideravam pagãs, como a maçonaria, e elementos festivos dos nativos americanos e africanos. O papa se pronunciou por bula papal sobre como a Igreja devia purificar, ou seja, romanizar os cultos, e a partir daí muitas ordens religiosas vinham com essa missão, como os padres redentoristas alemães, que se instalaram em Aparecida do Norte.

As festas passaram a ser mais controladas pelos padres, que a levaram para dentro do espaço da Igreja e seus arredores. As procissões sempre estiveram entre as principais formas de devoção católica no Brasil, e os padres passaram a controlar o trajeto e cortar os exageros e elementos pagãos das festas. Em muitos lugares as práticas foram romanizadas, em outros há muitas permanências, como por exemplo, as missões da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Pelourinho, em Salvador, em que a missa, além de muito alegre, e a comunhão ser com pães verdadeiros, as músicas são tocadas em ritmos africanos, e por muitos seguidores do candomblé.

Oficialmente a posição da Igreja era pela romanização do catolicismo e os bispos e arcebispos eram homens formados com esse pensamento e um número cada vez maior de párocos concordavam com isso: Eram contra os beatos, curandeiros e qualquer liderança religiosa popular. Isso explica porque a Igreja se opunha ao Antônio Conselheiro, ao José Maria, beatos e curandeiros em geral, e também aos falsos milagres. Roma dedicou mais atenção e métodos na averiguação de milagres, pois há muitos critérios para a Igreja reconhecer algum.





Imagem de Padre Cícero na cidade de Juazeiro ao norte do Ceará.

Padre Cícero nasceu em 24 de março de 1844 na cidade de Crato, no sertão do Ceará. Foi criado pela mãe e duas irmãs, pois seu pai morreu de “morte matada”, como era comum com quem se envolvia na vida política.

Ainda em sua adolescência, passou a se inspirar em hábitos religiosos de sua irmã, e aos 12 anos após ter lido sobre a vida de São Francisco de Sales, fez seu voto de castidade. Aos 21 anos ingressou no Seminário da Prainha e após cinco anos foi ordenado padre. Posteriormente, retornou a Crato e se dirigiu para o então vilarejo de Juazeiro. Até os seus 45 anos tinha a posição de um simples padre de aldeia, rezando suas missas em uma simples capela, até quando uma notícia que corria na boca do povo, sobre o misterioso fenômeno que chamou a atenção da comunidade e das grandes autoridades da Igreja católica. Na realização de uma missa, ao ministrar a comunhão à uma beata, a hóstia, de acordo com as histórias populares, transformou-se em sangue, e o episódio ficou conhecido como o milagre de Juazeiro.

Padre Cícero foi questionado pelas autoridades do clero e em carta ao bispo do Ceará, dom Joaquim José Vieira, disse que "Não posso duvidar, porque vi muitas vezes", escreveu ele. A partir daí, perdeu seus direitos do sacerdócio.

Padre Cícero também atuou na esfera política cearense e era aliado com Nogueira Accioly, o mais poderoso coronel local. O governo Hermes da Fonseca com sua Política das Salvações derrubou o governador Accioly, o que provocou a Sedição de Juazeiro.





Sedição de Juazeiro

Nogueira Accioly foi deposto de seu cargo através de uma rebelião popular feita por setores urbanos de Fortaleza, correligionários de Hermes. Sua base de apoio político era na zona rural e o prestígio de padre Cícero com os sertanejos. Em 1912 foi nomeado interventor do estado, o militar Franco Rabelo, esse ligado aos políticos positivistas do Rio de Janeiro tendo por decisão excluir do mapa político as antigas oligarquias cearenses. Nesse momento emergiu a figura de Padre Cícero e ocorreu a Sedição de Juazeiro.

O Padre tinha uma aliança política com a oligarquia Accioly e foi visto como inimigo político potencialmente perigoso. Franco Rabelo organizou as tropas da capital com o objetivo de atacá-lo, porém a população o via como um “homem santo” e foram contra as tropas do governo.

Padre Cícero organizou suas tropas de jagunços, coronéis, romeiros e populares, para defender a cidade “santa” de Juazeiro, formando o conhecido como “círculo de mãe de Deus”. Ao chegarem na região de Juazeiro do Norte, os soldados se depararam com uma vala de nove quilômetros de extensão que cercava toda a cidade. Os soldados foram derrotados após quinze horas de combate. Após trinta dias se reorganizaram e promoveram novo ataque, e sofreram a segunda derrota, que resultou na deposição do governador. As antigas oligarquias cearenses se organizam para tomar a administração do estado, Padre Cícero ficou mais forte politicamente.

Perto de Juazeiro do Norte uma outra aglomeração de sertanejos na região de Crato, formando a comunidade chamada de “O Caldeirão Santa Cruz do Deserto liderada pelo Beato José Lourenço devoto de Padre Cícero. Essa comunidade provocou agitações locais, pois os jornais comparavam Santa Cruz com Canudos.





Beato José Lourenço

Em 1937 o tema se tornou problema federal e Getúlio Vargas ordenou o fim ao Caldeirão. Após um verdadeiro massacre aos membros da comunidade. Ela foi desfeita, porém seus sobreviventes formaram uma nova comunidade sendo mais uma vez massacrados sem saber ao certo o número de mortos.

O Governo Wenceslau Braz (1914-1918) e a Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial

O Brasil participou da guerra enviando uma comitiva militar de saúde, sob o comando dos EUA. Éramos neutros, mas o Império Alemão atacou e afundou navios brasileiros. Afundaram o navio Paraná, no canal da Mancha (entre o litoral francês e inglês) e depois o navio Tijucas num porto francês e na sequência o navio Macau, no estreito de Gibraltar. Primeiro o presidente Wenceslau rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e após mais ataque aos navios brasileiros, foi declarada guerra.

Unidades da nossa marinha colaboraram no policiamento do Atlântico Sul, oficiais do nosso Exército foram incluídos nas forças militares aliadas e médicos brasileiros foram prestar serviços nos hospitais dos campos de batalha.

Por termos participado do conflito conquistamos o direito de participar do Tratado de Versalhes, onde negociamos as dívidas do café comprado e não pago. Nossa comitiva, chefiada por Epiácio Pessoa, ex-ministro do STF, conseguiu indenização pelos danos de Guerra e tiveram oposição da Inglaterra e da França que se opuseram quanto a nossa participação e indenizações. As posições francesas e britânicas eram ruins para o Brasil, pois defendiam a posição hierárquica, de participação e indenizações proporcionais às perdas.

Os aviões foram muito usados nos combates da Primeira Guerra mundial. No Brasil já haviam sido usados em combates contra os sertanejos do Contestado.

A Epidemia da Gripe Espanhola

A epidemia foi provocada por um vírus influenza H1N1. Ocorreu entre 1918 e 1920. Ficou conhecida como espanhola pois o país ficou neutro na Primeira Guerra Mundial e seus jornais funcionavam normalmente e alimentavam o mundo de informações sobre a gripe na Europa, e o nome pegou. Entre as possibilidades de



sua origem pode ter surgido nos EUA ou na França. A primeira morte provocada pelo H1N1 foi do cozinheiro de uma base militar no estado de Kansas, onde treinavam soldados para irem para a guerra.

Também temos a hipótese de ter surgido numa base militar inglesa no norte da França, próximo ao canal da Mancha. A cidade de Étaples cresceu a população numa velocidade absurda. Saltou de um povoado de cinco mil habitantes para oitenta mil. Um crescimento desse, sem a infraestrutura sanitária adequada, porcos e galinhas criados nas ruas, é um cenário favorável a qualquer epidemia.

A guerra agravou a pandemia. Além das condições de higiene terríveis nas trincheiras, os quartéis estavam sempre lotados e em movimentação pelo território europeu e pelo mundo. Os navios eram os principais meios de contato com o mundo e se espalhou pelo mundo, pois os fluxos nos portos durante a guerra eram grandes pelo mundo. Demorou na época em torno de um ano e meio para chegar a todos os continentes. A epidemia da COVID-19, tornou-se global em menos de seis meses, pois fluxos de navios e aviões é cada vez maior e mais rápido. A pandemia do vírus SARS-COV se espalhou principalmente pelos aeroportos, a gripe espanhola pelos portos.

A gripe espanhola chegou no Brasil em setembro de 1918 por um navio de soldados ingleses que aportou em Recife, Salvador e no Rio de Janeiro e meses depois brasileiros retornaram da guerra doentes. No início a doença não foi levada a sério, e se não fosse a experiência da humanidade em 2020, talvez duvidássemos de que não acreditavam mesmo que a doença era perigosa, até que começaram morrer pessoas aos milhares.

O médico sanitarista Oswaldo Cruz teve que insistir muito para que o governo impusesse medidas de saúde pública como a **quarentena de navios**, notificação compulsória dos casos, hospitais emergenciais, postos de atendimento, paralização de escolas e teatros, do futebol, redução das missas nas igrejas e fechamento de parte do comércio. Foi baixado um decreto de que os alunos não repetiriam aquele ano. A maioria da população dependia do tratamento de caridade das Santas Casas e irmandades religiosas, e estavam bastante fragilizados. Nem mesmo os mais ricos estavam protegidos da epidemia e devido às condições sanitárias gerais, todos eram diretamente afetados. A vítima mais famosa foi o então recentemente eleito presidente pela segunda vez, **Rodrigues Alves, adoeceu antes da posse e não chegou a assumir a presidência.**

Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Arthur Bernardes (1922-1926)

O vice de Rodrigues Alves, Delfim Moreira, assumiu a presidência, mas estava já muito debilitado mentalmente pela sífilis. Em seu governo ocorreram muitas greves do movimento operário, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, pois a população estava revoltada com a carestia (como chamavam a inflação). Foi entusiasta da ciência e além de escolas, investiu em estudos sobre o comportamento humano, criminologia e psiquiatria.

Epitácio Pessoa (X Rui Barbosa) era ministro aposentado do STF, concorreu a eleição e ganhou estando em Paris representando o Brasil no Tratado de Versalhes, ao final da Primeira Guerra Mundial e exigiu indenização pelo ataque dos navios bombardeados pela Alemanha. Era tio de João Pessoa, que fora governador da Paraíba.

Foi no final do seu governo que ocorreram os levantes tenentistas e o episódio dos 18 do Forte de Copacabana, quando decretou estado de sítio. Também foi quando aconteceu a Semana de Arte Moderna de São Paulo.





"Nosso Século" (1980) Editora Abril -1910-1930

Arthur Bernardes – o seu mé! Como fora chamado nas anedotas e músicas populares, foi talvez o governador mais odiado. Ele foi vítima de fake news: na época de eleição lançaram cartas falsas agredindo o concorrente Hermes da Fonseca, que tentava novamente a presidência. “Sargentão sem compostura”. Homem de completa nulidade mental. Grafólogos foram subornados e assumiram que mentiram. Ocorreu uma grande polêmica, mesmo assim, venceu as eleições presidenciais de 1922. Foi Contra a posse de Arthur Bernardes que ocorreu a primeira revolta do tenentismo, “Os 18 do forte de Copacabana”.



Mapa Mental: (Primeira República)



Cronologia

<p>1889</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 15/11/1889 Proclamação da República ✓ 24-02-1891 Constituição Republicana ✓ 03-11-1891 Fechamento do Congresso ✓ Primeira Revolta da Armada ✓ 23-11-1891 Renúncia de Deodoro da Fonseca e posse de Floriano Peixoto ✓ 06-04-1892 Manifesto da Marinha contra a posse de Floriano. Os líderes foram presos e reformados (aposentados) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1885: Conferência de Berlim
--	---



	<ul style="list-style-type: none">✓ 02-02-1893 Revolução Federalista✓ 6-09-1893 1893 Segunda Revolta da Armada✓ Ocupação da ilha da Trindade✓ Questão de Palmas✓ Campanha de Canudos	
1900	<ul style="list-style-type: none">✓ Questão do Amapá✓ 1903 Questão do Acre✓ 1903 Revolta da Vacina✓ Questão do Pirara✓ 1896 Guerra de Canudos✓ 1907 Ferrovia Madeira Mamoré✓ 1910 Oswaldo Cruz trabalha no controle da epidemia de malária nas obras da FMM✓ Expedição Rondon	<ul style="list-style-type: none">✓ Canal do Panamá
1910	<ul style="list-style-type: none">✓ 1910 Revolta da Chibata✓ 1910 SPI Serviço de Proteção ao Índio✓ 1912 Guerra do Contestado✓ 1912 Sedição de Juazeiro✓ Decadência do Ciclo da Borracha✓ 1918: Epidemia da Gripe Espanhola	<ul style="list-style-type: none">✓ I Guerra Mundial 1914-1918✓ 1918 Liga das Nações
1920	<ul style="list-style-type: none">✓ 1922 Semana de Arte Moderna✓ 1924 Os 18 do Forte de Copacabana✓ 1926 A Coluna Prestes✓ 1929 Washington Luís rompe o pacto federativo	<ul style="list-style-type: none">✓ 1924 Lei Seca nos EUA✓ 1929 Quebra da bolsa de NY
1930	<ul style="list-style-type: none">✓ Aliança Liberal perde a eleição✓ Assassinato de João Pessoa✓ Revolução de Outubro (Revolução de 30)	

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

Questionário - Somente Perguntas.

- 1) O que foi o Encilhamento e quais foram as suas consequências na economia brasileira?
- 2) Quais são os principais aspectos da Constituição de 1891?
- 3) Cite os principais conflitos ocorridos no governo de Floriano Peixoto, mencionando suas causas.



- 4) O que foi o coronelismo? Como os coronéis influenciavam em suas fazendas e na cidade?
- 5) O que significa o termo “voto de cabresto”?
- 6) Explique o que era a chamada política dos governadores.
- 7) Qual é a origem da expressão “política do café com leite” e o que ela representou na Primeira República?
- 8) Comente as consequências da crise de superprodução do café na Primeira República.
- 9) O que foi o Convênio de Taubaté e o que os cafeicultores nele reunidos conseguiram?
- 10) Quais eram as condições de trabalho do operariado brasileiro durante a República Velha?
- 11) Explique o que foi a Revolta de Canudos e a Guerra do Contestado, evidenciando o aspecto messiânico entre ambas.
- 12) Comente, sucintamente, as controvérsias acerca da interpretação sobre o cangaço.
- 13) O que foi a Revolta da Vacina e por que as pessoas protestavam contra a vacinação obrigatória?

Questionário - Perguntas e Respostas.

1) O que foi o Encilhamento e quais foram as suas consequências na economia brasileira?

O Encilhamento foi uma medida adotada durante a presidência de Deodoro da Fonseca, pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e procurava incentivar a industrialização do país por meio da emissão de crédito. Contudo, os bancos emitiram mais dinheiro do que o necessário, o que causou um aumento nos preços das mercadorias (inflação). Além disso, muitas empresas-fantasma foram criadas somente para conseguir os empréstimos e, posteriormente, declarar falência, causando enormes prejuízos na economia do país.

2) Quais são os principais aspectos da Constituição de 1891?

Dentre suas principais características, podemos destacar: forma de governo republicana, com sistema presidencialista; Estado federalista; independência dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário; direito de voto aos homens brasileiros, maiores de 21 anos, à exceção dos analfabetos, mendigos, soldados e religiosos.

3) Cite os principais conflitos ocorridos no governo de Floriano Peixoto, mencionando suas causas.

O governo de Floriano Peixoto teve início após a renúncia de Deodoro da Fonseca, em 1891. No período em que governou, enfrentou alguns conflitos em razão de sua forma “enérgica” de governar. Dentre esses conflitos, temos a Segunda Revolta da Armada, em setembro de 1892, sob a liderança de Custódio de Melo, que exigia a convocação de novas eleições. Atacaram o RJ por meio de bombardeios, uma vez que o presidente não convocou as eleições. Outro conflito foi a Revolução Federalista de 1893, no RS, entre dois partidos políticos: o Partido Republicano Rio-grandense (pica-paus), que defendia a forma republicana de



governo e o sistema presidencialista, e o Partido Federalista (maragatos), que apoiava a forma republicana, mas defendia o parlamentarismo.

4) O que foi o coronelismo? Como os coronéis influenciavam em suas fazendas e na cidade?

Consiste no controle da política por um pequeno grupo de fazendeiros e proprietários de terras, que definem os rumos políticos de uma cidade ou região, utilizando-se muitas vezes de meios ilegais (fraudes eleitorais, eleitorado fantasma, etc.). Na maioria dos casos, os coronéis influenciavam um grupo próximo a eles, que dependia de favores concedidos (como empregos e auxílio na educação dos filhos dos empregados, gerando uma dependência destes em relação aos coronéis).

5) O que significa o termo “voto de cabresto”?

A expressão popular “voto de cabresto” significava o voto obrigatório, no qual os coronéis impunham aos eleitores contra a sua vontade. Muitas vezes, utilizava-se da presença de jagunços (capangas) para fiscalizar se o eleitor votaria no candidato indicado pelo coronel. Vale lembrar que, nessa época, o voto era aberto.

6) Explique o que era a chamada política dos governadores.

A política dos governadores consistia, basicamente, na troca de favores entre os governadores de estado, que apoiavam o governo federal por meio da eleição de deputados federais e senadores favoráveis ao presidente. Em troca, os governos estaduais recebiam mais verbas, empregos e apoio político.

7) Qual é a origem da expressão “política do café com leite” e o que ela representou na Primeira República?

São Paulo era o primeiro estado em produção de café; Minas, por sua vez, era o segundo em café e um dos que mais se destacavam na produção de leite. Ao longo da Primeira República, grande parte dos presidentes eleitos vinha ou de SP ou de MG. Logo, esse revezamento na presidência ficou conhecido como a “Política do Café com Leite”. Ao longo do período, 7 presidentes vieram da tradicional política de SP ou MG.

8) Comente as consequências da crise de superprodução do café na Primeira República.

Entusiasmados com o lucro e contando com a mão de obra assalariada dos imigrantes, os cafeicultores brasileiros aumentaram consideravelmente sua produção de café. Como resultado, a produção ultrapassou a necessidade de consumo e, no início do século XX, a economia cafeeira enfrentou crises de superprodução, com a oferta de café maior do que a procura. Diante disso, os preços do produto caíram e imensos estoques da mercadoria passaram a ser acumulados.

9) O que foi o Convênio de Taubaté e o que os cafeicultores nele reunidos conseguiram?

O Convênio de Taubaté, realizado na cidade paulista de mesmo nome, foi realizado em 1906 com o apoio dos parlamentares federais, com o intuito de encontrar soluções para a crise de superprodução. Nesse encontro, decidiu-se que o governo federal compraria o excedente de café produzido, que ficaria estocado e seria vendido quando os preços normalizassem. Assim, o preço não cairia e os cafeicultores continuariam recebendo seus lucros.

10) Quais eram as condições de trabalho do operariado brasileiro durante a República Velha?



As condições de trabalho nesse período eram muito desfavoráveis: trabalhava-se em média 15 horas por dia, de segunda a sábado, às vezes também aos domingos, os operários ganhavam baixos salários, não havia salário mínimo, nem férias ou pagamento de horas extras, tampouco uma legislação que limitasse a jornada de trabalho. Quando demitido, o trabalhador não recebia aviso prévio ou qualquer outro tipo de indenização.

11) Explique o que foi a Revolta de Canudos e a Guerra do Contestado, evidenciando o aspecto messiânico entre ambas.

A Revolta de Canudos (1893-1897) ocorreu no sertão baiano, sob a liderança do líder político-religioso Antônio Conselheiro. A Guerra do Contestado (1912-1916), por sua vez, aconteceu na fronteira entre Santa Catarina e o Paraná, sob a liderança, inicialmente, de João Maria e, posteriormente, de José Maria. Ambas foram conduzidas por pessoas que faziam pregações religiosas e políticas, enfatizando os problemas sociais que a população enfrentava. Tais líderes eram tidos como salvadores da nação, os quais acabariam com a fome, a seca e as diferenças sociais. Seus líderes foram mortos e a população das localidades procurou lutar em defesa de seus ideais.

12) Comente, sucintamente, as controvérsias acerca da interpretação sobre o cangaço.

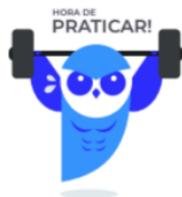
O cangaço é interpretado, por grande parte dos historiadores, sob dois olhares: um deles diz respeito apenas à violência empregada pelos cangaceiros, como Lampião, que seriam exemplos de criminalidade e banditismo. O outro já enfoca mais no aspecto de contestação social evidenciado, uma vez que as ações dos cangaceiros eram legitimadas pelas pessoas que viviam oprimidas.

13) O que foi a Revolta da Vacina e por que as pessoas protestavam contra a vacinação obrigatória?

No ano de 1904, o sanitarista Oswaldo Cruz, por meio de estudos encomendados pelo presidente Rodrigues Alves, em meio ao seu projeto de modernização e urbanização do país, instituiu a vacinação obrigatória contra a varíola. Contudo, as pessoas, sobretudo as mais pobres, não eram esclarecidas, apresentando grande resistência à medida. Consideravam a medida como imoral por expor as mulheres, além de acreditar que ela feria a liberdade individual da população.



QUESTÕES COMENTADAS



FGV

1. (FGV/2022) Política do Café com Leite. A capa da Revista Careta de 1925 divulgou uma charge na qual, no cume de um monte havia uma cadeira dourada com a inscrição “Presidência da República”, ladeada por dois personagens em cujos chapéus havia a inscrição “São Paulo” e “Minas”. Ao pé do monte, um conjunto de outros personagens (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bahia, entre outros) tentava escalar o cume.



Fonte: Alfredo Storni (Storni). Revista Careta, ano XVIII, número 897, 29 de agosto de 1925, capa.

A charge representa um mecanismo político próprio da República Velha conhecido como

- A) coronelismo, ao caracterizar a presença de militares no governo brasileiro.
- B) clientelismo, pois enfatiza a dificuldade de os homens do campo participar da vida política pelas eleições.



C) política do café com leite, ao mostrar a alternância de candidatos paulistas e mineiros na presidência da república.

D) patrimonialismo, uma vez que representa o poder político nas mãos de grandes proprietários.

E) federalismo, ao mostrar a disputa dos estados por maior autonomia em relação ao poder central.

Comentários

A questão é simples, e exige um entendimento geral da primeira república e a interpretação da charge traga pela questão. Na charge temos duas personalidades dos estados de São Paulo e Minas Gerais ao lado da cadeira presidencial, e nos arredores os demais estados mais distantes do topo.

Isso representa a “política do café-com-leite”. Essa política foi um grande acordo nacional, político e econômico que regulou a lógica de poder durante quase toda a Primeira República. Esse acordo teve início com o governo de Campos Salles, entre 1898 e 1902, em que um acordo fora firmado. O acordo permitia com que os políticos paulistas, grandes produtores de café, e mineiros, grandes produtores de produtos laticínios, alternavam-se na cadeira de Presidente da República.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa A** está incorreta. O coronelismo é um fenômeno social que não envolve somente o uso da força. Bandos de jagunços vigiavam a votação e faziam emboscadas para os inimigos políticos, mas também existia uma relação carismática. Isso, pois, é ele quem dá as ordens, manda dar sovas, oferece trabalho na roça e cargos públicos “no governo”. O coronel também dá presentes como dentaduras, dá caronas para a cidade e é só com a ajuda do coronel que se conseguia algum tipo de atendimento médico e remédios.

A **alternativa B** está incorreta, pois o clientelismo se caracteriza, por uma forma de relação entre diferentes atores políticos envolvendo concessão de empregos, benefícios públicos e fiscais, vantagens econômicas, obras, donativos, etc., em troca de apoio político, sendo traduzido na maior parte das vezes em votos para si ou seus aliados.

A **alternativa D** menciona o patrimonialismo, prática em que um líder instrumentaliza a estrutura estatal para satisfazer as necessidades pessoais, confundindo as esferas pública e privada.

A **alternativa E** também está incorreta. Vale lembrar que todas as alternativas apresentam questões que existiram na Primeira República, mas a representação da charge tem enfoque na política do Café-com-leite.

2. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019) Analise a caricatura a seguir.



médica-científica e tomará contornos mais nítidos, justamente por este período ser de transformações e consolidações da sociedade brasileira. Internamente temos a crise do sistema escravista com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e ao mesmo tempo um processo de mudança na estrutura do poder do Estado que mexem com a organização, composição e articulação de grupos e classes sociais.

A **alternativa D** é incorreta, pois o movimento sanitarista – como a saúde de um modo geral – tinha uma função determinada, esta iria a partir da intervenção direta no corpo social, integrá-lo à nova sociedade.

A **alternativa E** é incorreta, pois se daria mediante a reorganização espacial da urbanidade e/ou através de medidas que visavam higienizá-lo, discipliná-lo e organizá-lo para que os indivíduos pudessem ser moldados a luz do novo tipo de relações sociais que estavam em implantação na sociedade brasileira. A necessidade de sanitizar o país, paralelamente criou a noção de que a saúde seria responsável pela regeneração do povo e consolidação de uma nação brasileira, passaria pelas mãos dos médicos.

(MELLO; CESAR; BELTRAME; HEBERLE, 2010).

3. (FGV - 2016 - SME - SP - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - História) Com relação ao quadro geral das relações sociais características da Primeira República, assinale V para a afirmação verdadeira e F para a falsa.

() A organização do movimento operário em torno dos ideais anarquistas, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, teve como efeito a aprovação de uma legislação trabalhista mínima, que garantia jornada de oito horas semanais e férias remuneradas.

() Os movimentos sociais como Canudos, na Bahia, e Contestado, em Santa Catarina, resultaram da combinação de conteúdo religioso e carência social, na medida em que seus líderes pregavam ideais ascéticos de vida combinados com o desprendimento de bens materiais como a posse da terra.

() O clientelismo representou a forma geral das relações sociopolíticas na Primeira República, tendo como exemplo a influência dos coronéis, que eram a base local de poder no âmbito dos municípios.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F, V e F.

B) F, V e V.

C) V, F e F.

D) V, V e F.

E) F, F e V.

Comentários

A **alternativa E** está correta, pois apenas a última proposição é verdadeira, enquanto que as duas primeiras são falsas.



A **proposição I** é falsa porque a legislação trabalhista no Brasil só foi consolidada após a Primeira República, já no período da ditadura do Estado Novo varguista. A Consolidação das Leis do Trabalho foi criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1º de maio de 1943 e sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas. Já o movimento operário na Primeira República de fato reuniu uma série de experiências sociais relevantes junto ao anarquismo. O anarquismo chega no Brasil através dos imigrantes europeus que vieram entre 1870 e 1914, quando os ideais anarquistas passaram a ser difundidos entre os operários brasileiros através de grupos de propaganda e periódicos, especialmente a partir da década de 1890.

A **proposição II** também é falsa porque os ideais ascéticos desses dois movimentos não podem ser vistos como uma constante entre eles, tampouco o desprendimento de bens materiais era algo absoluto. Em Canudos (1893-1897), liderada por Antônio Conselheiro, a terra, os rebanhos e o produto do trabalho coletivo eram propriedade comum, mas os bens pessoais móveis e as residências constituíam propriedade individual. Além da produção agrícola, a população do arraial produzia artesanato e criava animais, que completavam a alimentação e forneciam couro, utilizado como matéria-prima. O excedente da produção era vendido nos municípios vizinhos. Já no Contestado (1912-1916) se pregava o advento de uma sociedade igualitária, humildade e ética, como forma de viver. Seu líder, José Maria, pregava uma vida de respeito ao próximo, aos animais e à natureza. Mas acerca da posse de bens materiais, a comunidade reivindicou uma área entre os rios Uruguai, Iguaçu e Negro e a fronteira da Argentina, como sendo uma comunidade independente, chegando até a nomear um Imperador.

A **proposição III** é verdadeira, pois de fato o clientelismo se caracteriza, de maneira geral, por uma forma de relação entre diferentes atores políticos envolvendo concessão de empregos, benefícios públicos e fiscais, vantagens econômicas, obras, donativos, etc., em troca de apoio político, sendo traduzido na maior parte das vezes em votos para si ou seus aliados. Isto é, um indivíduo “vende” seu apoio político em troca de algum tipo de favorecimento pessoal tornando-se “cliente” dos políticos capazes de oferecer algum tipo de benefício. O conceito de clientelismo é muito utilizado no estudo e ensino da história do Brasil associado ao conceito de coronelismo ao se tratar das relações eleitorais no período conhecido como “República Velha”. Obviamente havia dentro do coronelismo, relações de natureza clientelística.

(MOTA; BRAICK, 2005; POUBEL, 2017).

4. (FGV - 2016 - SME - SP - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - História)





Com relação ao contexto intelectual próprio da passagem do Império para a República, com base na imagem, analise as afirmativas a seguir.

I. Os republicanos brasileiros, de orientação francesa, se inspiraram no uso de alegorias femininas para veicular ideais liberais, como a Marianne, vestida à romana, com túnica, sandálias e barrete frígio jacobino.

II. A figura feminina possuía um aspecto belicoso, indicado pelas armas que empunha e pelos louros da vitória encimados na bandeira do novo regime, em homenagem aos vitoriosos do 15 de novembro.

III. O visconde de Ouro Preto foi representado ajoelhado no ato de entrega do poder à República (a coroa), sustentada pelos militares, indicando que a nação brasileira alcançará o progresso sem guerra, em sintonia com a ideologia positivista.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.



Comentários

A **alternativa E** é a resposta certa, pois todas as proposições estão corretas.

A **proposição I** é verdadeira, pois de fato o republicanismo brasileiro ascende no final do século XIX sob inspiração francesa. A defesa do ideal republicano no Brasil contou com o apoio de vários setores sociais e correntes políticas. Havia os militares, a maioria de orientação positivista (o Positivismo foi uma doutrina filosófica desenvolvida por Augusto Comte que surgiu na França no séc. XIX, e inspirou fortemente os ideais republicanos no Brasil). Esses militares eram partidários de um regime autoritário capaz de controlar a corrupção dos civis. Havia também os evolucionistas, que propunham uma transição pacífica, sem alterações socioeconômicas e sem a participação popular. E havia os revolucionários que defendiam a necessidade de um movimento armado de inspiração jacobina para pôr fim ao Império. Essas inspirações europeias, especialmente francesas, trouxeram também as imagens republicanas, como a alegoria feminina, a Marianne, vestida à romana, com túnica, sandálias e barrete frígio jacobino. O seu Barrete Frígio (carapuça vermelha), está estampada em vários brasões e bandeiras de cidades, municípios e estados brasileiros. Este símbolo também é utilizado impresso em todas as cédulas do Real, e cunhado na moeda de R\$1,00. A efígie também foi adotada na nota de 1 Cruzeiro (1980) e nas notas de 200 cruzados novos (1989) muito parecida com a nota de 1 Real e que inspiraria as notas de Real futuras. Tudo isso ajudou a forjar um ideal republicano no povo, que pouco ou nada sabia do que estava acontecendo no dia 15 de novembro de 1889.

A **proposição II** também é verdadeira, pois a efígie feminina que representa a República traz em seu aspecto alguns símbolos importantes que ajudam a compreender a inspiração republicana na ocasião da proclamação, em 15 de novembro de 1889. O aspecto belicoso representa as forças armadas e sua orientação positivista, de modo que defendiam um governo autoritário que fosse capaz de decantar a corrupção e as mazelas políticas que eram vigentes durante o Império. Os louros da vitória, assim como a própria efígie e sua vestimenta, são de inspiração romana e trazem o simbolismo da glória e da honra, especialmente ao colocar em cima do mastro da bandeira nacional, indicando a soberania da nova nação republicana.

A **terceira proposição** também é verdadeira, uma vez que a icônica cena do visconde de Ouro Preto ajoelhado no ato de entrega do poder à República (a coroa), sustentada pelos militares, de fato indica que a nação brasileira alcançará o progresso sem guerra, em sintonia com a ideologia positivista. O contexto representado é que antes do 15 de novembro de 1889, em junho, houve uma tentativa de amenizar a crise que o Império passava. Então, foi organizado um gabinete liberal presidido por Affonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto.

O ministério apresentou um pacote de medidas políticas e econômicas presentes nos programas do Partido Liberal e dos próprios republicanos e que incluíam aspectos como maior autonomia para as províncias. Mas o parlamento rejeitou essas iniciativas de última hora, destinadas a salvar o regime. Feito isso, foi quando os republicanos convidaram o marechal Deodoro da Fonseca, principal chefe do Exército, para desferir o golpe final contra a Monarquia. Na manhã de 15 de novembro, tropas comandadas por Deodoro marcharam para o Campo de Santana. Lá estava situado o Quartel-General do Exército, onde, na ocasião, se reunia o Gabinete Ouro Preto. O marechal dirigiu-se à sala onde estavam os ministros e exigiu a renúncia do governo. O Império chegava ao fim. A república foi instaurada sem grandes conflitos e sem contar com a participação popular: o povo assistiu bestializado à proclamação da República.

(MOTA; BRAICK, 2005).

5. (FGV 2013) O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações



entre o café e a indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890.*

(Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*)

No contexto do Brasil da passagem do século XIX para o XX, acerca das relações entre a produção cafeeira e a indústria, é correto considerar que:

- A) o avanço da produção industrial foi inversamente proporcional ao crescimento da produção cafeeira, uma vez que a entrada de recursos derivada da exportação de café era reaplicada apenas na produção cafeeira.
- B) a ampliação do trabalho livre permitiu que parcelas dos capitais acumulados fossem investidas nas atividades industriais, desse modo, a economia cafeeira e a indústria fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento.
- C) os empresários ligados à produção e exportação do café tinham representação política hegemônica e seus interesses eram defendidos pelo Estado brasileiro, que impedia a inversão de capitais cafeeiros na indústria.
- D) os interesses dos cafeicultores e os dos industriais eram excludentes, visto que, com a expansão cafeeira, as maciças exportações desse produto atrapalharam os investimentos na indústria.
- E) a exportação cafeeira atrelou o comércio externo brasileiro às importações de produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos, impedido o desenvolvimento da indústria no Brasil antes de 1930.

Comentários

A **alternativa B** está correta. É importante considerarmos café e indústria como partes integrantes do mesmo processo econômico no Brasil. Como o próprio texto da questão diz: *“é indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil”*.

6. (FGV 2013) Em 1939, atendendo ao apelo do Papa Pio XII, o Conselho de Imigração e Colonização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil resolveu autorizar a entrada de 3 000 imigrantes de origem “semita”. Condição *sinequa non* para obter “o visto da salvação”: *a conversão ao catolicismo*. Pressionados pelos acontecimentos que marcavam a história do III Reich, os judeus, mais uma vez, foram obrigados a abandonar seus valores culturais em troca do título de cristão.

[Maria Luiza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)*]

A situação apresentada tem semelhança com o processo histórico da:

- A) permissão apenas do culto católico no Brasil, conforme preceito presente na primeira Constituição, de 1891.
- B) repressão ao arraial de Canudos, no sertão baiano, pois recaiu sobre os sertanejos a acusação de ateísmo.
- C) obrigatoriedade, conforme costume colonial, dos negros alforriados de conversão ao catolicismo para a obtenção da efetiva liberdade.



D) conversão obrigatória dos judeus na Espanha e em Portugal, a partir do final do século XV, o que gerou a denominação cristão-novo.

E) separação entre Estado e Igreja no Brasil, determinada pelo Governo Provisório da República, comandada por Deodoro da Fonseca.

Comentários

A **alternativa D** está correta. Durante a Guerra de Retomada, que levou a Península Ibérica à reunificação e inaugurou o Absolutismo na Espanha e em Portugal, os ibéricos tiveram que vencer e expulsar os árabes muçulmanos que ocupavam a Península desde o século XI. Os muçulmanos que não foram expulsos tiveram, por imposição da Inquisição, que se converter ao Catolicismo, e passaram a ser chamados de “cristãos novos” ou “marranos” (que, em português, significa “porco”).

VUNESP

7. **(VUNESP/2023) Proclamação da República. Em 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bocaiúva, Glicério e o coronel Solon reuniram-se na casa de Deodoro com o fito de convencê-lo a tomar partido. Mais uma vez, civis e militares conspiravam juntos contra o Trono. Em 15 de novembro de 1889 a Monarquia era derrubada por golpe militar e proclamava-se a República.**

(Emília Viotti da Costa, Da monarquia à república: momentos decisivos, p. 489.)

Para Viotti da Costa, o movimento vitorioso de 1889

A) representou a prevalência dos interesses econômicos e políticos dos industriais de São Paulo, que rapidamente conquistaram espaços de poder no Governo Provisório, o que lhes garantiu a isenção tributária para a importação de maquinário.

B) precisou das capacidades política e logística da Marinha, porque essa instituição construiu um amplo arco de aliança, composto pelos seus oficiais mais graduados e por variados setores sociais, como os trabalhadores urbanos e os produtores de açúcar.

C) resultou da conjugação de três forças, que estiveram momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, mas tinham profundas divergências: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas.

D) derivou da frágil articulação política das classes médias urbanas, que não se mostravam capazes de construir uma unidade de ação com outros setores sociais e, dessa forma, houve a necessidade da intervenção de setores do Exército.

E) contou com a decisiva ação de organizações de ex-escravos, que acusavam a Monarquia de protelar a extinção do escravismo, e dos cafeicultores do Vale do Paraíba, interessados em receber indenizações pelos escravos perdidos com a Lei Áurea.

Comentários



A **alternativa A** está incorreta. Na realidade, foi apenas na oligarquia que os interesses de São Paulo passaram a ser colocado à frente, mas não com os industriais, mas com os oligarcas cafeeiros. Os grandes proprietários rurais chegaram ao poder através de arranjos arquitetados pelas duas mais influentes oligarquias rurais do país na época, São Paulo, a maior economia do país, líder na produção de café, e Minas Gerais, o maior colégio eleitoral e com os maiores rebanhos de gado do país.

A **alternativa B** está incorreta. Ao contrário do que é colocado, a Marinha esteve ligada à monarquia e não participou ou apoiou o golpe da República em 1889.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Em suma, o capítulo da Proclamação da República foi contou com três forças que se articularam, e não apenas o exército. Em parte, o golpe republicando contou com a parcela do Exército, representantes das classes médias urbanas e fazendeiros do Oeste Paulista.

A **alternativa D e E** estão incorretas, e a informação acima justifica seu erro.

8. (VUNESP/2022) **Oligarquia Cafeeira. A oligarquia cafeeira, como detentora dos maiores poderes políticos no período republicano, é responsável por algumas das deformações mais profundas da sociedade brasileira. Toda participação democrática na vida política se reduz aos grupos de pressão oligárquicos em disputa pelo controle das matérias que afetam os seus interesses.**

(Darcy Ribeiro. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, 2008. Adaptado.)

A situação abordada no excerto remete a questões políticas presentes na Primeira República brasileira, tal como

- A) o estado de bem-estar social, que concentra as riquezas no governo federal.
- B) a política coronelista, que confere privilégios à vontade popular.
- C) o voto secreto, que inclui analfabetos e mulheres na política.
- D) o neocolonialismo, que reforça o controle político do país pelas potências econômicas.
- E) o patrimonialismo, que confunde as esferas de poder públicas e privadas.

Comentários

Uma característica muito presente na Primeira República brasileira e que dá sentido para a resposta da questão, é o “patrimonialismo”. O termo é utilizado pelo sociólogo alemão Max Weber, e é definido como uma forma de demonstração de poder de um governante em que as esferas pública e privada se misturam. Na prática, um líder que chamamos de patrimonialista é aquele que instrumentaliza a estrutura estatal para satisfazer as necessidades pessoais, ou, em outro termo, privadas.

Assim, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa A** está incorreta, tendo em vista que a prática política nesse período era a do coronelismo, termo que não se relaciona com o “estado de bem-estar social”.

A **alternativa B** está incorreta por apresentar meia verdade. De um lado, o excerto menciona uma prática da política coronelista no Brasil que esteve em voga na primeira república, mas os privilégios não eram conferidos à vontade popular, mas sim à vontade do coronel.



A **alternativa C** está errada. As características eleitorais mencionadas na alternativa não existiam nesse momento. Quando pensamos no voto secreto e no voto feminino, devemos ter em mente que foi em 1934 após a Revolução Constitucionalista que foi inserida na constituição brasileira. Já o voto para os analfabetos passou a ser lei com a Constituição Cidadã de 1988.

A **alternativa D** está errada. O neocolonialismo remete ao domínio por forças externas, seja ela política, econômica e cultural. Na Primeira República, e no excerto, a detentora dos maiores poderes políticos é a oligarquia cafeeira, grupo político interno.

9. (VUNESP - PM-SP 2022 - Soldado) No texto da Constituição aprovado finalmente a 24 de fevereiro de 1891 [...], a Igreja foi forçada a resignar-se: casamento civil, ensino leigo, secularização de cemitérios, recusa de direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência (exime-se, portanto, o clero secular da cláusula restritiva).

(Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouveia de Almeida. "A Igreja na Primeira República. In: Boris Fausto (org.). História geral da civilização brasileira, tomo III, 2º vol., 1990, p. 327-328)

Esses tópicos da primeira Constituição republicana

- A) impediram a participação política da hierarquia católica ao longo da República.
- B) foram suspensos pela Constituição de 1934 com a adoção do regime do padroado.
- C) impuseram o beneplácito do poder executivo federal às Bulas papais.
- D) sujeitaram legalmente os bens dos mosteiros aos interesses do Estado.
- E) referiam-se às relações entre o Estado e as instituições religiosas.

Comentários

A **alternativa A** não pode ser a resposta correta, porque ao longa da história republicana do Brasil tivemos diversos políticos envolvidos nas hierarquias da Igreja Católica, apesar da laicidade do Estado.

A **alternativa B** está incorreta. A República Federativa do Brasil é um Estado laico desde 1891. Este princípio foi reafirmado em todas as Constituições republicanas.

A laicidade é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois separa o poder estatal do poder religioso, impedindo interferência do Estado nos assuntos das Igrejas e vice-versa. Portanto, as **alternativas C e D** estão incorretas.

A Constituição de 1891 consolidou a separação entre a Igreja e o Estado. O § 2º de seu art. 11 proclamava que "é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos". Firma-se então o Estado laico no Brasil como um princípio fundamental, em que todas as religiões contam com a proteção estatal. Consagra-se a liberdade de crença e de culto e a liberdade do Estado em relação às religiões, pois o Estado deve manter-se absolutamente neutro, não podendo discriminar entre as diversas igrejas, quer para beneficiá-las, quer para prejudicá-las.

Portanto, a **alternativa E** é a resposta correta.



10. (VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021) A primeira Constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, inspirou-se no modelo norte-americano [...].

(Boris Fausto, *História concisa do Brasil*, p. 141)

Esta Constituição

A) concentrou as atribuições tributárias no governo central, e cabia aos municípios, a partir de recursos transferidos pela presidência da República, a organização da segurança, da saúde e da educação.

B) decidiu que o Poder Executivo deveria ser exercido pelo presidente da República, com mandato de cinco anos e com direito à reeleição, desde que o candidato fosse escolhido em uma convenção partidária.

C) ampliou a participação política dos cidadãos, com o direito ao voto para todos os homens e mulheres maiores de 21 anos, com exceção dos cidadãos que não estudassem ou exercessem alguma atividade profissional remunerada.

D) permitiu, ao menos implicitamente, aos estados exercerem diversas atribuições, como contrair empréstimos externos e organizar forças militares próprias, além do direito expresso de decretar imposto sobre a exportação de suas mercadorias.

E) criou a Justiça Eleitoral, responsável pelo processo eleitoral em todos os estados brasileiros, e a Justiça do Trabalho, a quem cabia conciliar os interesses dos setores empresariais e os trabalhadores organizados em sindicatos por categoria.

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta. No Art 9º da Constituição de 1891 se inscreve que é da competência exclusiva dos Estados decretar impostos. Portanto, a alternativa (A) é incorreta, pois não se concentrou as atribuições tributárias no governo central.

A **alternativa B** está incorreta. Segundo a Constituição de 1891, o mandato do presidente da República, eleito pelo voto direto, seria de quatro anos, sem direito à reeleição para o mandato imediatamente seguinte, sem, contudo, haver impedimentos para um mandato posterior.

A **alternativa C** está errada. O voto feminino no Brasil só foi conquistado em 1932 e apenas incorporado à Constituição de 1934 como facultativo. Portanto, a alternativa é falsa. Em todo caso, vale ressaltar que se determinou que o voto no Brasil seria "universal". Por "universal" entenda-se o fim do voto censitário, que definia o eleitor por sua renda, pois ainda se mantiveram excluídos do direito ao voto os analfabetos, os praças-de-pré, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos.

A **alternativa D** está correta. A constituição de 1891 foi fortemente inspirada na Constituição da República Argentina, na constituição dos Estados Unidos da América e na Constituição Federal da Suíça, fortemente descentralizadora dos poderes, dando grande autonomia aos municípios e às antigas províncias, que passaram a ser chamadas de "estados", cujos chefes do Poder Executivo eram os "presidentes de estado". Foi inspirada no modelo federalista estadunidense, permitindo que se organizassem de acordo com seus peculiares interesses, desde que não contradissem a Constituição.



A **alternativa E** também está errada. A Justiça Eleitoral do Brasil foi criada pelo Decreto n.º 21 076, de 24 de fevereiro de 1932, e não pela Constituição de 1891.

11. (VUNESP - 2020 – EsFCEEx) “Do ponto de vista político, o período da chamada ‘República Velha’ caracterizou-se pelo predomínio incontestado dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas.”

(Maria Yedda Linhares (org). História Geral do Brasil)

Na prática, essa política oligárquica resultou

A) num movimento social marcado pelas ideologias sociais do século XX, sendo a intentona comunista sua manifestação mais latente.

B) num regime político de amplitude democrática diversa e sufragista, sendo um evento marcante as eleições de 1930.

C) numa relação intrínseca entre sociedade civil e vida política, sendo os comerciantes urbanos o principal exemplo dessa unidade.

D) num regime político apoiado no poder local, sendo o coronelismo uma de suas expressões mais presentes.

E) num conglomerado político centrado no sudeste brasileiro, sua maior expressão foi a revolução de 1930.

Comentários:

O período das oligarquias teve uma forte expressão na política da Primeira República, e perdurou até o ano de 1930 com o início do governo varguista. Dentre as características principais da política dos oligarcas, estão a presença dos coronéis como detentores da influência política e o voto de cabresto, o controle de votos da comunidade que dependia de serviços ofertados unicamente pelos coronéis em troca de apoio político.

A **alternativa A** está incorreta, pois o movimento conhecido como Intentona Comunista ocorreu em 1935 em um contexto político posterior à política das oligarquias. O movimento em questão foi organizado para atuar de forma contrária ao governo de Getúlio Vargas que já estava no poder desde 1930.

A **alternativa B** está incorreta, pois o ano de 1930 na realidade foi marcado pela ruptura do sistema oligárquico com a “Revolução de 1930” e tomada do poder por Getúlio Vargas.

A **alternativa C** está incorreta, pois além de existir uma relação entre sociedade civil e vida política de forma indireta, sendo os coronéis os verdadeiros ativos politicamente, os comerciantes urbanos não são os principais nesse contexto histórico.

A **alternativa D** está correta, pois o coronelismo de fato foi o sistema que esteve em vigência no período da Primeira República, pois eram os detentores do poder oligárquico.

A **alternativa E** está incorreta, pois em 1930 o sistema dos oligarcas foi derrotado com a ascensão de Getúlio Vargas.



12. (VUNESP - 2020 – EsFCEEx) “A primeira constituição da república se inspirou no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa Liberal. A chave da autonomia dos Estados – designação dada às antigas províncias – estava no artigo 65 § 2º da Constituição (de 1891). Aí se dizia caber aos Estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Desse modo os Estados ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias.”

(Boris Fausto. História do Brasil)

A decorrência mais impactante do artigo da Constituição de 1891, citado no excerto, foi:

- A) a criação de divisões regionais que se fortaleceriam para combater ações federais que ferissem seus interesses, gerando uma verdadeira anarquia entre os governos provinciais.
- B) a organização de grupos separatistas das províncias, principalmente as mais ricas, que se fortaleceram para que o movimento ganhasse força e projeção nacional.
- C) a formação de milícias estaduais capazes de se oporem às Forças Nacionais, sendo São Paulo a província que mais investiu no armamento de grupos submissos ao governo estadual.
- D) o lucro das empresas provincianas que ocasionou a necessidade de intervenção Federal nas economias estaduais, além da quebra de acordos com o poder da União.
- E) a possibilidade de contrair empréstimos no exterior, que seriam vitais para o governo paulista criar planos de valorização do café e decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias.

Comentários:

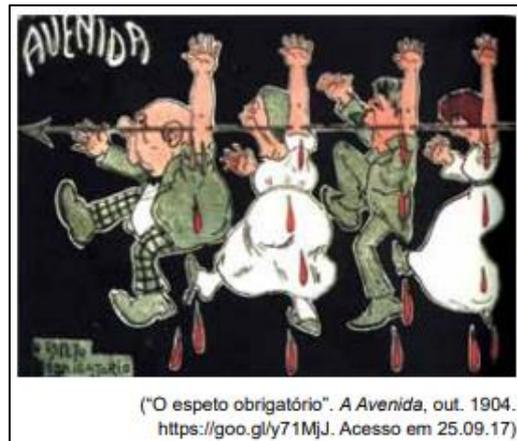
A **alternativa A e B e C** estão incorretas, pois apesar de existir questões de embate entre as forças estaduais e federais é exagero dizer que houve uma verdadeira anarquia nestas regiões, pois o governo rapidamente conseguia controlar toda a situação conflituosa que pudesse a vir a existir.

A **alternativa D** está incorreta, pois nesse momento já não existiam mais províncias no território brasileiro.

A **alternativa E** está correta, pois como mencionado no excerto “contrair empréstimos no exterior” passou a ser possível por parte de cada estado, e esse caminho foi utilizado por São Paulo como forma de tributação das exportações do café. Vale lembrar que, apesar de tais políticas visarem um benefício, o Brasil acabou passando por problemas econômicos e a baixa valorização da moeda interna, principalmente em função da política de encilhamento.

13. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017) Observe a imagem a seguir:





A charge faz referência:

- A) à Revolta da Chibata.
- B) à Guerra do Contestado.
- C) à comunidade de Canudos.
- D) à Revolta da Vacina.
- E) à Revolta Tenentista.

Comentários

Observando-se a imagem apresentada e a data em que ela foi divulgada, na legenda da foto, é possível perceber a qual acontecimento ela se refere, a saber, a chamada **Revolta da Vacina** de 1904.

Entre o final do século XIX e o início do XX, as principais cidades brasileiras ainda eram sujas e sofriam com os problemas de saneamento e higiene, sendo que doenças como a varíola, a febre amarela e a tuberculose eram comuns neste período. O Rio de Janeiro, até então a capital brasileira, também era uma das cidades que sofriam com a falta de higiene e prevenção de doenças.

Rodrigues Alves, que assumiu a presidência do Brasil a partir de 1902, adotou uma política de saneamento e reurbanização das cidades, nomeando o médico Oswaldo Cruz como diretor de saúde pública, efetuando uma campanha de saneamento e **vacinação obrigatória** da população (como podemos observar, também na legenda, o título “O espeto obrigatório”, em alusão à agulha e à obrigatoriedade da vacinação).

No entanto, a campanha não foi feita de forma a conscientizar e esclarecer a população sobre os benefícios da vacinação e da higiene, mas de forma autoritária, na qual as casas eram invadidas pelos agentes de saúde e as pessoas eram obrigadas à vacinação.

Em uma sociedade em que as pessoas não estavam acostumadas com tais formas de higiene, tampouco em mostrar seu corpo para pessoas desconhecidas, tal ação do Estado gerou uma insatisfação popular, culminando, portanto, naquela que ficou conhecida como a **Revolta da Vacina**. A **alternativa D** está correta.

14. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014) Considere as imagens a seguir.





As duas bandeiras nacionais brasileiras representam, respectivamente,

- A) (1) os princípios do federalismo, que defendiam a descentralização política e a autonomia das unidades da federação; (2) os princípios do positivismo, que defendia a centralização política e a ditadura republicana.
- B) (1) o projeto americanófilo, que defendia que o Brasil se inspirasse no modelo de sociedade dos EUA; (2) o projeto nativista, que defendia o parlamentarismo em uma monarquia constitucional.
- C) (1) os interesses da elite liberal e ilustrada, habitante das grandes cidades; (2) os interesses da oligarquia paulista cafeeira aliada ao exército, responsável pelo golpe da República de 1889.
- D) (1) a perspectiva jacobina, mais radical e democrática, identificada com os lemas da Revolução Americana; (2) a perspectiva oligárquica, mais autoritária, identificada com as ideias de ordem e progresso.
- E) (1) o liberalismo econômico, de acordo com os interesses da nascente burguesia industrial; (2) o intervencionismo, de acordo com os interesses dos cafeicultores e grandes proprietários em geral.

Comentários

A primeira bandeira do Governo Provisório foi instituída com a Proclamação da República, em 1889, e foi inspirada na ideologia do movimento **republicanofederalista**, em oposição ao **centralismo** da monarquia. Perdurou durante apenas 5 dias, quando foi substituída pela atual bandeira (nº. 2), inspirada no movimento **Positivista** de Augusto Comte, sob o lema “Ordem e Progresso” que, em conjunto, garantiria a evolução progressiva ao Estado Positivo (científico). O governo deveria ser dado a um líder (presidente) republicano, o qual seria o responsável por estabelecer as diretrizes para o bom andamento do país.

A **alternativa A** está correta.

15. (VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Sobre a Missão Francesa na Força Pública de São Paulo entre 1906 e 1914, assinale a alternativa correta.

- A) Foi o principal fator que exigiu o aumento do efetivo da Força Pública com homens bem treinados para garantir a segurança da província.
- B) Foi interrompida em 1914 devido aos problemas econômicos enfrentados por São Paulo relativos à queda no preço do café.



- C) Teve o apoio do Exército e da imprensa brasileira, o que garantiu seu retorno após a Primeira Guerra Mundial.
- D) Atuou ao mesmo tempo na instrução militar de tropas mineiras e paranaenses que vinham para São Paulo no período.
- E) Formada por integrantes do Exército francês, atuou na instrução militar da Força para atuação em movimentos grevistas e defesa territorial.

Comentários

A implantação da Missão Militar Francesa de Instrução da Força Pública ocorre para atender um objetivo peculiar do Estado de São Paulo. Desde o fim do Império, prevalecia a política do Café com Leite, que consistia na hegemonia política no cenário nacional de Minas Gerais e São Paulo. Contudo, os políticos paulistas sabiam do risco de tentativas de intromissão na gestão econômica e social desenvolvida, sobretudo por meio de intervenções do Exército Brasileiro, que poderia restabelecer o modelo centralizador e burocrático. Dessa forma, a grande agilidade econômica pela qual São Paulo passava seria prejudicada, principalmente, no tangente à expansão cafeeira.

A Força Pública deveria ser um pequeno exército paulista, ou seja, uma força de polícia em condições de desempenhar o papel de defesa territorial, para assegurar os interesses do Estado. Assim, o gabarito da questão é a **alternativa E**.

16. (VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Sobre a Força Pública na Primeira República brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) Constituiu uma força despreparada e destreinada contando com menos de 2 000 homens.
- B) Nesse período, deixou de participar de grandes campanhas, dada a nova organização política pós - 1889.
- C) Sofreu inúmeras alterações em seu nome, chegando a Força Pública somente no final da década de 1920.
- D) Constituiu-se ao longo do período num pequeno exército, dando força ao poder político de São Paulo no plano nacional.
- E) Manteve-se ligada institucionalmente ao Exército brasileiro, o que explica sua força e constantes reforços de efetivo.

Comentários

A Força Pública passou a exercer as funções militares no período da Primeira República, desempenhando um papel organizado e com incentivo à preparação de seus membros. No que diz respeito à sua presença no Estado de São Paulo, ela procurou endossar o poder político do estado de São Paulo em um contexto nacional.

A **alternativa D** está correta.

17. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013) A partir de 1890, quando a capoeira foi criminalizada, através do artigo 402 do Código Penal, como atividade proibida (com pena que poderia levar de dois a seis meses de reclusão), a repressão policial abateu-se duramente sobre seus praticantes. Os capoeiristas



eram considerados por muitos como “mendigos ou vagabundos”. Outras práticas afro-brasileiras, como o samba e os candomblés, foram igualmente perseguidas.

(Revista de História da Biblioteca Nacional, 21 jul.08).

A criminalização descrita no trecho pode ser associada:

- A) à política de valorização da diversidade promovida pela República, desde que não fossem práticas imorais.
- B) à dificuldade das autoridades da época de combaterem a malandragem e a prostituição sem o apoio da lei.
- C) à intenção da elite da República Velha de civilizar o país, reprimindo aspectos de uma cultura selvagem e primitiva.
- D) à iniciativa do poder público de proteger a população de práticas historicamente ligadas à vadiagem e à criminalidade.
- E) às marcas do racismo e da discriminação da cultura afro-brasileira, mesmo após a abolição da escravidão.

Comentários

A **alternativa E** é o gabarito da questão. A capoeira, o samba e o candomblé são atividades ligadas à cultura **afro-brasileira**, marcadas, sobretudo pela participação dos negros escravizados. No Brasil, tais atividades foram vistas de forma preconceituosa, associando-as aos mendigos e à vagabundagem e que não deveriam ser praticadas pela população.

A consequente **repressão policial**, amparada por dispositivos legais (como o artigo 402 do Código Penal da época), é marca evidente de uma sociedade ainda racista e discriminatória em relação aos negros, mesmo após a abolição da escravidão, no ano de 1888.

18. (VUNESP/PM-SP/2013 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Desde a sua criação, em 1831, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) recebeu inúmeras denominações. Assinale a alternativa que apresenta o nome que a PMESP já ostentou no século XX.

- A) Corpo de Municipais Permanentes.
- B) Guarda de Polícia.
- C) Força Pública.
- D) Corpo de Municipais Provisórios.
- E) Brigada Policial.

Comentários

A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), fundada em 1831, foi organizada e reorganizada diversas vezes ao longo dos seus anos de existência. Inicialmente, recebeu o nome de Guarda Municipal Permanente. No século XX, foi denominada Força Policial, Força Pública, entre outras denominações. Em 1926, foi criada



a Guarda Civil de São Paulo, como instituição auxiliar da Força Pública, mas sem o caráter militar desta. Assim, a **alternativa C** está correta.

19. (VUNESP/PM-SP/2013 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Após a Proclamação da República no Brasil, houve uma necessidade crescente de fortalecimento das forças regionais no contexto federativo. Nesse cenário, a então Província de São Paulo contratou uma Missão de instrução militar francesa no período de 1906 a 1914. Tal missão:

A) foi constituída por oficiais da Polícia francesa instruídos nas mais eficazes técnicas de emprego de forças de segurança na época.

B) havia instruído, em anos anteriores e com grande sucesso, as forças de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

C) constituída por mais de 100 (cem) oficiais franceses, foi determinante na organização da frota da Polícia de São Paulo.

D) contou com o apoio do Exército brasileiro e da Imprensa, devendo a isso seu enorme prestígio popular.

E) foi comandada inicialmente pelo oficial francês Paul Balagny, que, entre outros feitos, organizou a criação da futura Escola de Educação Física da PMESP.

Comentários

Na primeira fase da missão francesa (1906-1914), o coronel Paul Balagny comandou as ações de treinamento. Foi ele quem estimulou a instrução dos homens, além de ter se preocupado com o bem-estar e formação pessoal do soldado. Ele também ensinou as práticas administrativas desenvolvidas na Força Pública. Sob o ponto de vista francês, era essencial cuidar também do preparo físico. Seguindo esta mentalidade, foi criada a primeira escola de ensino superior em Educação Física no País, pois acreditava-se ser preciso dotar os homens de técnicas não-letais.

A **alternativa E** está correta.

20. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011) Em 1890 a população geral do estado de São Paulo era de 1384753 e já em 1900 quase dobrou o número de habitantes, com a estimativa de um total de 2279608. No período relacionado, do total de 1 351459 imigrantes entrados no país, temos 690365 italianos (de 1890 a 1899), equivalente a 51%. Somente o estado de São Paulo absorveu mais da metade dos imigrantes, num total de 430 243 italianos no mesmo período. (...) A entrada de trabalhadores europeus e seus familiares estava além da atração exercida pela cafeicultura, o artesanato e a indústria. Ao lado do estímulo oferecido pelo subsídio e o trabalho na lavoura, havia na Europa mudanças significativas e generalizadas que impulsionaram a liberação de habitantes dos setores agrícolas e também das cidades. O desejo por trabalho e uma vida melhor na América colocou os imigrantes italianos entre as principais etnias preferidas pela política imigratória paulista.

(Rosana Aparecida Cintra. In Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca, 2010.)

A partir do texto, é correto reconhecer que o grande fluxo de imigrantes para São Paulo relaciona-se com



- A) a determinação do governo imperial em subsidiar a vinda de imigrantes, que recebiam na província de São Paulo pequenas propriedades, conforme estabelecia a Lei de Terras, aprovada em 1850.
- B) a insistência do parlamento brasileiro – dominado pela elite escravocrata – em instituir cotas nacionais de imigração para a província de São Paulo, privilegiando italianos e japoneses.
- C) o enorme crescimento da atividade industrial em todas as regiões brasileiras, associado ao interesse do governo italiano em mandar para a América militantes políticos radicais, como os fascistas.
- D) a exigência dos proprietários rurais brasileiros em aceitar a abolição da escravatura apenas diante da elaboração de um projeto de imigração exclusivamente de italianos, por serem brancos e cristãos.
- E) a necessidade de mão de obra para várias atividades econômicas, assim como as condições desfavoráveis para que as pessoas permanecessem em algumas regiões da Europa.

Comentários

A **alternativa E** está correta. O grande fluxo de imigrantes italianos ao Brasil se deve, para além do incentivo à cafeicultura paulista, ao fato de se obter uma **mão de obra mais barata**, uma vez que a mão de obra dos negros escravizados fora abolida em 1888.

Além da cafeicultura, muitos imigrantes italianos partiram, sobretudo entre 1920 e 1930, para os grandes centros urbanos (na cidade de São Paulo, por exemplo, o bairro da Mooca é de origem italiana).

Neste sentido, a imigração para o Brasil foi incentivada por conta da situação **desfavorável** em regiões da Europa, como a própria Itália que, após anos de luta para a sua unificação, que se consolidou entre 1870 e 1871, tinha dificuldades para se reerguer, tanto nos campos quanto nas cidades.

21. (VUNESP 2008 – Soldado PM 2ª Classe) Após a Proclamação da República, o Congresso Constituinte brasileiro aprovou a Constituição de 1891, que teve como uma de suas características

- A) o estabelecimento de quatro poderes harmônicos e independentes entre si, sendo um deles o poder moderador do Presidente da República.
- B) o direito de voto aos cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias como, por exemplo, os analfabetos e os mendigos.
- C) o dever de todos os cidadãos brasileiros praticarem o culto ao catolicismo, considerado religião oficial por determinação do governo.
- D) a garantia do direito de qualquer cidadão brasileiro, maior de 21 anos, poder candidatar-se ao mandato de Senador vitalício da República.
- E) a instauração do sistema parlamentarista, no qual o primeiro ministro possuía mais poderes políticos do que o Presidente da República.

Comentários



Em 1889, após ostensivas negociações com o Rei D. Pedro II, a República do Brasil foi proclamada. Como tal, era necessária uma carta magna que regesse as leis do país. Em 1891, foi outorgada a **primeira Constituição do Brasil**. Inspirada no modelo Norte Americano, a carta continha em seu texto aspectos novos e revolucionários à época.

Inspirada pela filosofia francesa **positivista**, a carta delimita aspectos novos do estado brasileiro, como o **presidencialismo** e o federalismo, o **voto direto, masculino e não secreto para representantes do executivo e do legislativo**, a independência entre os três poderes e o fim de poderes monárquicos, como o **poder moderador**.

A **alternativa B** é o gabarito da questão.

CEBRASPE

22. (CEBRASPE/2024) República Velha. Tendo em vista a dinâmica, as relações, as rupturas e transformações da organização sociopolítica, econômica e cultural no Brasil República, assinale a opção correta.

- A) Com a Proclamação da República, as antigas províncias foram transformadas em estados federativos.
- B) Durante o período da República Velha, a maior parte dos presidentes foram militares.
- C) O chamado Movimento Tenentista promoveu a Revolução de 1937.
- D) Durante a República Velha, os industriais foram os principais influentes e dirigentes políticos.
- E) Na República Velha, Minas Gerais era o estado brasileiro com a maior concentração industrial do país.

Comentários

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. Em suma, a separação territorial do Brasil passou por mudanças a cada modelo político adotado. Enquanto colônia, tínhamos a separação territorial por capitânicas. Quando o país se tornou um Império, as capitânicas passaram a ser províncias. E, por fim, com a proclamação da república e a adoção da primeira constituição republicana, as províncias passaram a ser estados federativos.

A **alternativa B** está incorreta. A primeira república é dividida em duas partes, a República da Espada e a República Oligárquica. Em geral, os governos militares protagonizaram a República da Espada com o Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Em se tratando da república oligárquica, tivemos 11 presidentes e apenas um era militar, Hermes da Fonseca.

A **alternativa C** está incorreta, pois o Movimento Tenentista foi um levante importante que ocorreu na década de 1920, antes da chegada de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930.

A **alternativa D** está incorreta, pois os principais influentes e dirigentes políticos na Primeira República foram os oligarcas cafeeiros, e não os industriais. É importante lembrarmos que até o governo de Getúlio, a produção cafeeira dominava a economia nacional, e o desenvolvimento das indústrias de base passou a ser fortalecida com a política pós 1930.

A **alternativa E** está incorreta, pois São Paulo era o estado com maior concentração industrial do país, e não Minas Gerais.



23. (CEBRASPE/2024) Movimentos Sociais. A Primeira República (1889-1930) foi marcada pela presença de fortes movimentos sociais que expuseram a desigualdade social no Brasil. Com referência a esses movimentos, assinale a opção correta.

- A) Os movimentos restringiram-se ao meio rural, visto que as primeiras greves operárias ocorreriam posteriormente, na Era Vargas.
- B) O movimento do Contestado teve forte teor republicano, rejeitando o messianismo em prol da laicidade do Estado.
- C) O arraial de Canudos estabeleceu um regime de igualdade social anárquico, nem republicano nem imperial.
- D) O cangaço pode ser interpretado como resultado da opressão do coronelismo e da pobreza da população do semiárido.
- E) A atuação do Padre Cícero caracterizou-se pelo seu envolvimento na política, rechaçando o movimento do cangaço.

Comentários

Conforme apresentado em aula, o cangaço é interpretado de duas formas distintas. De um lado o movimento diz respeito apenas à violência empregada pelos cangaceiros, como Lampião, que seriam exemplos de criminalidade e banditismo. O outro já enfoca mais no aspecto de contestação social evidenciado, sendo classificado como forma de resistência social e luta contra a opressão, uma vez que as ações dos cangaceiros eram legitimadas pelas pessoas que viviam oprimidas.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão.

A **alternativa A** está incorreta. Os movimentos que ocorreram na primeira república foram presentes tanto no meio rural quanto no urbano. Temos como exemplo maior a Greve Geral de 1917. Esta, foi uma greve da indústria e do comércio do Brasil, ocorrida em julho de 1917 em São Paulo, durante a Primeira Guerra Mundial, que foi promovida por organizações operárias de inspiração anarquista aliadas à imprensa libertária.

A **alternativa B** está incorreta. Ao contrário do que é colocado, A Guerra do Contestado é caracterizado como um movimento messiânico da história da república brasileira. O messianismo no conflito do contestado se caracterizava na crença da ressurreição de José Maria.

A **alternativa C** está incorreta, pois Canudos não se encaixa em um movimento de pretensões anárquicas, haja vista que a força maior era a religiosidade no movimento. Canudos é conhecido por ser um movimento messiânico.

A **alternativa E** Está incorreta, pois a atuação de Padre Cícero protagonizou a Sedição de Juazeiro.

Acerca do período republicano no Brasil, julgue os próximos itens.

24. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019) A pouca delimitação constitucional das atribuições entre poderes e entidades federativas levou a conflitos políticos na Primeira República. Apenas com a chamada Política dos Governadores, pautada por Campos Sales, o Brasil alcançou maior grau de estabilidade política.



Comentário: A questão está **verídica**, em razão de que, a política dos governadores consistia no apoio mútuo entre os governos federal e estaduais durante a fase oligárquica da Primeira República. De certa forma esse respaldo aos governos estaduais já ocorria tacitamente desde o Império, porém no governo presidencial de Campos Sales (1898 – 1902) essa prática foi institucionalizada. O recurso do “estadualismo” foi adotado em um período em que o regime presidencialista se encontrou debilitado devido a uma série de conflitos políticos. Assim, buscou-se a adoção de uma forma de sustentação do governo federal sem a imposição de interventores federais aos governos estaduais.

(RODRIGUES)

25. (CEBRASPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata) Considerando a célebre frase de Karl Clausewitz: “A guerra é a continuação da política por outros meios”, julgue (C ou E) o item a seguir, a respeito da participação brasileira no Teatro da Guerra ao longo de sua história.

Aliado comercial das principais potências beligerantes, o Brasil declarou neutralidade na Primeira Guerra Mundial e enfrentou represálias impostas pelos ingleses às nações que mantiveram relações comerciais com a Alemanha. O país manteve essa posição até o final do conflito, a despeito da pressão exercida pelo governo dos Estados Unidos da América para o estabelecimento de um bloco americano contrário aos germânicos.

Comentários

A **afirmativa está incorreta**. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial se deu em função de uma série de episódios com embarcações brasileiras na Europa. Em abril de 1917, os alemães atacaram o navio Paraná perto do Canal da Mancha. Seis meses depois, o encouraçado Macau foi abatido, novamente pelos alemães. A população brasileira, indignada, exigia respostas das autoridades brasileiras. Na época, o então presidente Venceslau Brás firmou aliança com os países da Tríplice Entente (EUA, Inglaterra e França), em oposição ao grupo da Tríplice Aliança (Império Austro-húngaro, Alemanha e Império Turco-otomano). Sem contar com uma tecnologia bélica expressiva, podemos considerar a participação brasileira na Primeira Guerra bastante tímida.

Entre outras ações, o governo do Brasil enviou alguns pilotos de avião, o oferecimento de navios militares e apoio médico. Os brasileiros tiveram participação nos conflitos das tropas da frente ocidental e na região da Jutlândia. O apoio brasileiro teve muito mais presença com o envio de suprimentos agrícolas e matéria-prima procurada pelas nações em conflito. No Brasil, a Primeira Guerra teve implicações significativas em nossa economia. A retração econômica sofrida pelas grandes nações industriais europeias abriu portas para que o parque industrial começasse a se desenvolver.

(VAZ, 2013; SOUSA, 2019).

26. (CEBRASPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata) A história da República brasileira foi marcada por rupturas institucionais. Com relação às crises na República, julgue (C ou E) o seguinte item.

A governabilidade do Brasil durante a chamada República Oligárquica foi alcançada com o que a historiografia convencionou chamar de Política dos Governadores, instituída por Campos Sales. Essa medida tornou possível a articulação entre os interesses das oligarquias estaduais e os do governo federal. O frágil equilíbrio então alcançado teve fim com a crise da década de 20 do século passado, que levou a disputas entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais e resultou no início do Governo Vargas em 1930.



Comentários

A **afirmativa está correta**. A República Oligárquica é o período da História do Brasil que vai da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a deposição do presidente Washington Luís, por consequência da Revolução de 1930. Esse período também é conhecido como República Velha, ou também por Primeira República. A organização política desta época foi marcada pelo predomínio das oligarquias, que baseavam seu poder na posse de terras, isto é, os políticos-oligarcas eram os grandes latifundiários.

O predomínio das oligarquias resultou em algumas características que são consideradas grandes marcas da Primeira República. Essas características são o mandonismo, o clientelismo e o coronelismo. Essas três simbolizam o poder das elites agrárias do país manifestado na posse de terras, além de manifestar o poder dos coronéis. Outras características muito importantes desse período foram as políticas que sustentavam as estruturas no âmbito político do Brasil. Aqui estamos falando da política dos governadores e da política do café com leite.

A política dos governadores, também conhecida como política dos estados, foi criada durante o governo de Campos Sales, presidente do Brasil entre 1898 e 1902. Foi com a política dos governadores que o funcionamento político brasileiro na Primeira República foi estruturado. Por meio dessa política, foi possível realizar uma aliança entre executivo e legislativo. Na prática, essa política funcionava da seguinte maneira: o Governo Federal daria apoio à oligarquia mais poderosa de cada Estado. Em troca, o governo exigia que cada oligarquia apoiasse as propostas do Governo Federal no legislativo. Já a política do café com leite é estratégia política que ganhou força no Brasil, sobretudo a partir de 1913, com a assinatura do Pacto de Ouro Fino, entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Esse conceito refere-se ao revezamento dos candidatos lançados à presidência por essas duas oligarquias. O nome “café com leite” faz referência ao fato de que São Paulo era o maior produtor de café do Brasil, enquanto que Minas Gerais era o maior produtor de leite.

(FAUSTO, 2007; SILVA, 2019).

27. (CEBRASPE - 2017 - Instituto Rio Branco - Diplomata) A Primeira República caracterizou-se pelo regime oligárquico e pela economia agroexportadora. Com relação a esses assuntos, julgue (C ou E) o item a seguir.

Na década de 20 do século XX, o movimento tenentista contou com importante participação de oficiais tanto do Exército como da Marinha, tendo apontado os males causados pelo poder excessivo da oligarquia e defendido a descentralização do poder político, além de uma política econômica nacionalista.

Comentários

A **afirmativa está errada**, pois o movimento tenentista não defendia a descentralização do poder político, mas o contrário. O tenentismo, que promoveu uma intensa campanha de desestabilização do governo de Artur Bernardes, não foi capaz de fortalecer a participação dos grupos urbanos na política nacional. Defendia um programa reformista, calcado no nacionalismo e na purificação das instituições republicanas, com a diminuição do poder das oligarquias regionais e, se necessário, a implantação de uma ditadura para que o poder fosse centralizador. A regeneração da República, na visão desses militares, não deveria ampliar a participação política dos grupos desfavorecidos, por exemplo. Luís Carlos Prestes, conhecido como Cavaleiro da Esperança, por causa das suas andanças pelo Brasil de 1924 a 1927, manteve-se distante dos movimentos populares. Mesmo a elite militar mais rebelde não incluiria os grupos “subalternos” no seu projeto de tomada do poder. Durante a República Oligárquica, até mesmo a revolução era coisa para poucos.



FCC

28. (FCC - 2018 - Câmara Legislativa do Distrito Federal - Consultor Legislativo - Redação Parlamentar)

(...) entre o mandão de uma cidadezinha e o presidente da República, surgiu uma instância intermediária, que barganhava favores, empregos e verbas em troca de apoio político. Esse arranjo consistia no núcleo da política dos governadores que, entre 1898 e 1930, dominou a República Velha. Campos Sales, seu idealizador, é, por isso mesmo, considerado um político sagaz e de grande imaginação.

(DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil: do descobrimento à globalização*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 305)

A denominada política dos governadores

- A) desestabilizou o poder dos coronéis, principalmente no Nordeste, além de reduzir o chamado voto de cabresto e as fraudes nas eleições.
- B) garantiu aos governos estaduais desenvolver políticas sociais e econômicas voltadas à autonomia dos grupos locais,
- C) fortaleceu o poder Legislativo que passou a neutralizar as forças políticas hegemônicas dos estados mais ricos da federação.
- D) representou uma estratégia de troca de apoio político entre as oligarquias estaduais e o governo central, fortalecendo o poder executivo.
- E) promoveu o diálogo e as negociações entre grupos oligárquicos que, durante o período monárquico, promoveram sérios conflitos.

Comentários

A **alternativa A** é falsa, pois a República Velha foi marcada pelo coronelismo, que mostrava seu poder político através do tamanho do seu curral eleitoral, uma vez que os “vassalos” do coronel votavam em massa nos candidatos apoiados por ele. Essa prática ficou conhecida como voto de cabresto. Além disso, a chamada “eleição a bico de pena” também era amplamente utilizada. Essa prática consistia em incluir nas atas das eleições o nome de pessoas mortas ou mesmo inexistentes, para contabilizar maior número de votos.

A **alternativa B** também é falsa, os grupos locais utilizavam-se, na verdade, da prática da corrupção e do uso de cargos públicos para auferir privilégios como elemento fundamental de funcionamento do chamado coronelismo. Os coronéis eram os grandes fazendeiros locais que detinham prestígio e poder político, cultivando a prática política da troca de favores, mantendo uma série de “afilhados” sobre sua proteção, na condição de obediência total.

A **alternativa C** também é falsa, uma vez que durante a chamada política dos governadores quem se fortaleceu foi o poder Executivo e não o Judiciário, ao passo que apenas os deputados e senadores coniventes com a



política dominante eram legitimados para assumir cargos públicos, de modo que o Executivo podia contar com um Legislativo dócil, sempre disposto a aprovar os projetos do governo.

A **alternativa D** é a resposta certa. Tão logo chegaram ao poder, as oligarquias agrárias trataram de implementar mecanismos que garantissem o seu controle sobre os poderes Executivo e Legislativo. A arena pública passou a ser controlada pelos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais, graças a sua aliança e aos privilégios concedidos aos dirigentes de Estados de menor expressão. Essa articulação se expressou em iniciativas políticas como a política dos governadores e a política do café com leite. Com isso, as forças políticas visavam assegurar um amplo apoio do Congresso Nacional para aprovar a política financeira e os acordos com o capitalismo internacional. Campos Sales propôs uma espécie de pacto político aos governadores estaduais. Estes teriam o compromisso de eleger, para o Congresso Nacional, deputados e senadores fiéis ao governo federal; em contrapartida, o presidente da República assumiria o compromisso de não interferir nas eleições estaduais. A troca de favores com o governo federal possibilitou o aumento do poder das oligarquias, fortalecendo o poder executivo.

A **alternativa E** também é falsa, pois a República Velha foi dominada pelos coronéis, que eram os grandes fazendeiros que adquiriram ou herdaram seu poder e prestígio político ainda no período monárquico. Vale dizer que o título de coronel surgiu com a Guarda Nacional, criada no Período Regencial, em 1832. Era normalmente concedido aos grandes fazendeiros locais. Esses homens passaram a fazer parte da Guarda Nacional, uma milícia responsável pela manutenção da ordem interna, reprimindo as revoltas sociais. Com a proclamação da República e o fim da Guarda Nacional, os coronéis mantiveram o prestígio e o respeito políticos conquistados, atuando como chefes políticos locais. A atuação do coronelismo foi um mecanismo de fundamental importância para as articulações políticas durante a Primeira República.

(MOTA; BRAICK, 2005).

29. (FCC - 2018 - TRT - 15ª Região (SP) - Analista Judiciário - História) Entre as causas da Revolta da Vacina (1904), encontram-se

A) as medidas autoritárias tomadas pelo governo estadual no processo de higienização da cidade e as revoltas sociais causadas pelo “encilhamento”, política econômica que provocou inflação, falências e desemprego no começo da República.

B) a indignação popular causada pela repressão ao levante dos marinheiros negros contrários aos castigos corporais nos navios da Marinha de Guerra, e as barricadas urbanas decorrentes da intervenção policial nos morros cariocas, em perseguição aos capoeiras.

C) a imposição de regras de moradia popular, com base na política sanitária vigente, e a rebelião popular organizada pelo partido monarquista, que acusava a República emergente de anticonstitucionalismo e militarismo.

D) as tensões sociais urbanas causadas pelo deslocamento de populações pobres do centro por causa das reformas urbanísticas do Rio de Janeiro e as tensões políticas envolvendo grupos positivistas e liberais na Primeira República.

E) a insatisfação dos cariocas com a tentativa de golpe militar pelos partidários do Presidente Prudente de Moraes, e a reação popular causada pela obrigatoriedade da vacinação contra a Febre Amarela, extensiva a todos os bairros da cidade.



Comentários

A **alternativa A** é incorreta, pois a crise de “encilhamento” foi uma bolha econômica que ocorreu no Brasil, entre o final da Monarquia e início da República, e estourou durante a República da Espada, desencadeando então uma crise financeira e institucional. Ao passo que a Revolta da Vacina ocorreu em 1904, já no contexto da Política dos Governadores, isto é, após a República da Espada.

A **alternativa B** é falsa, uma vez que tal afirmativa diz respeito à Revolta da Chibata, que foi um motim naval no Rio de Janeiro, ocorrido no final de novembro de 1910. Foi o resultado direto do uso de chibatadas por oficiais navais brancos ao punir marinheiros afro-brasileiros e mulatos. Em 1888, o Brasil se tornou o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão, mas as práticas continuaram ignorando o poder da lei.

A **alternativa C** também é incorreta, pois não houve uma rebelião popular organizada pelo partido monarquista. Apesar disso, de fato o Presidente da República tinha em mente uma Capital Federal nos moldes europeus, o que não passava, porém, de uma idealização elitista que encontrava no projeto do Prefeito e Engenheiro Pereira Passos uma exclusão populacional sem precedentes, já que a maior parte da população do Rio de Janeiro era composta por sujeitos de renda baixa e que as más condições de habitação e higiene se alastravam pela cidade. A estruturação de uma capital ideal abrangia a derrubada de cortiços e casebres, que compunham inúmeros quarteirões dos bairros centrais, e deram lugar a grandes avenidas e ao alargamento das ruas, seguindo o modelo de urbanização dos grandes bulevares parisienses. Isso, todavia, para a camada atingida pela “bota abaixo” era um ato repulsivo, que os colocava em uma situação literalmente periférica da sociedade carioca, buscando refúgio nos morros da cidade e nas áreas afastadas.

A **alternativa D** está correta. O âmbito de uma manifestação de força popular como a Revolta da Vacina vai além da própria insatisfação com a vacinação obrigatória. A força do povo foi ao combate movida por ordem maior, quando grupos contrários à política republicana, estabelecida desde Prudente de Moraes, organizaram a movimentação social visando usufruir seus interesses de retomar uma efetiva República nos padrões positivistas. Aqueles que de armas e paus tomaram as ruas da Capital Federal foram talhados pela voz antipolítica presente, que usou recursos demagógicos para convencer a população da ineficiência do governo de Rodrigues Alves. Assim, seu ponto de partida foi atingir a população da forma mais prática, utilizando da revolta da população por causa da intromissão do governo no cotidiano das pessoas, como a vacinação forçada e a expulsão dos pobres da zona urbana para manifestarem contra as novas políticas.

A **alternativa E** também é incorreta, pois não houve tentativa de golpe militar pelos partidários do ex-Presidente Prudente de Moraes. Apesar disso, de fato houve uma explosão da reação popular ao fato da aprovação pelo Congresso da lei que definia obrigatória a vacinação contra a varíola. Por certo a violação dos meios populares já havia iniciado uma indignação social, uma violação que no âmbito governamental era a luz que abriria os olhos do mundo para o Brasil.

(PORTO, 2003).

30. (FCC - 2018 - TRT - 15ª Região (SP) - Analista Judiciário - História) O coronelismo na Primeira República era um sistema político baseado na

A) nomeação de patentes militares entre os potentados locais, subordinados aos generais superiores que ocupavam postos na política nacional.

B) troca de favores políticos entre mandatários locais e grupos oligárquicos dominantes em nível estadual e nacional, em cujo centro estava o controle do voto e dos cargos públicos nos municípios.



C) nomeação de Interventores Municipais pelo governo estadual, que ganhavam patentes militares para exercer funções de polícia.

D) troca de favores políticos entre o governo estadual e os latifundiários locais, formando um grupo oligárquico que era contrário às eleições municipais.

E) nomeação de interventores municipais, os coronéis, por tempo determinado, enquanto durassem as eleições estaduais e presidenciais.

Comentários

A **alternativa A** é incorreta, pois não se tratava de uma patente militar. Vale dizer, contudo, que as raízes do coronelismo provêm da tradição patriarcal brasileira e do arcaísmo da estrutura agropecuária no interior remoto do Brasil. Quando foi criada a Guarda Nacional, em 1831, pelo governo imperial, as milícias e ordenanças foram extintas e substituídas pela nova corporação. A Guarda Nacional passou a defender a integridade do Império e a Constituição. Como os quadros da corporação eram nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província, iniciou-se um longo processo de tráfico de influências e corrupção política.

Como o Brasil se baseava estruturalmente em oligarquias, esses líderes, ou seja, os grandes latifundiários e oligarcas, começaram a financiar campanhas políticas de seus afilhados, e ao mesmo tempo ganhar o poder de comandar a Guarda Nacional. Devido a esta estrutura, a patente de coronel da Guarda Nacional, passou a ser equivalente a um título nobiliárquico, concedida de preferência aos grandes proprietários de terras. Desta forma conseguiram adquirir autoridade para impor a ordem sobre o povo e os escravos. Mas com a Proclamação da República, a Guarda Nacional deixou de existir, ao passo que os coronéis não, mantendo o prestígio e o respeito político, atuando como chefes políticos.

A **alternativa B** está correta, uma vez que durante a Primeira República antigas questões permaneceram, de forma que não foi à toa que esse período ficou conhecido como República Velha, cultivando a prática política da troca de favores, os coronéis mantinham sob sua “proteção” uma série de afilhados em troca de obediência total. Esse mecanismo teve fundamental importância para as articulações políticas do período. Na época das eleições, os coronéis mostravam seu poder político, que era medido pelo tamanho do seu curral eleitoral. Os dependentes do coronel votavam em massa nos candidatos apoiados por ele, o que ficou conhecido como voto de cabresto.

As **alternativas C e E** são falsas, uma vez que a nomeação de Interventores Federais pelo governo Executivo Nacional é a denominação dos governadores nomeados pelo Presidente da República. Os casos mais emblemáticos de nomeação de Interventores ocorreram durante a Era Vargas (1930-1945) e o Regime Militar (1964-1985), mas vale dizer que Floriano Peixoto, entre 1891 e 1894, e Michel Temer, entre 2016 e 2018, também nomearam Interventores Federais.

A **alternativa D** também é incorreta, de modo que a prática que sustentava a política do coronelismo era o voto de cabresto, o qual tinha seu alicerce nas eleições municipais. O coronel era o chefe local, mas nem sempre ocupava um posto político, apesar da sua grande influência. Ele tinha seu curral eleitoral, que votava em quem ele mandasse. Em troca, recebia favores do político local, o prefeito. O prefeito, por intermédio do coronel, angariava votos para os governadores, deputados e presidente, em troca de verbas para os municípios, que se revertiam nos favores para o coronel. Os governadores, em troca dos votos que elegiam o presidente, não tinham intervenção nos seus Estados. Isso tudo só era possível porque o voto não era secreto.

(MOTA; BRAICK, 2005).



31. (FCC - 2018 - TRT - 15ª Região (SP) - Analista Judiciário - História) A constituição de 1891 EXCLUIU as seguintes categorias do corpo eleitoral: mendigos, analfabetos,

- A) militares de baixa patente e membros do clero regular.
- B) mulheres e soldados do exército republicano.
- C) cidadãos que não comprovassem renda de 100 mil réis anuais, e escravos.
- D) religiosos vinculados às diferentes crenças, e estrangeiros.
- E) imigrantes não naturalizados, e libertos.

Comentários

A **alternativa A** é a resposta correta. De acordo com a Constituição de 1891, a primeira Constituição da República brasileira e a segunda da história, os eleitores eram apenas os homens maiores de 21 anos que comprovassem alfabetização básica. Essa Constituição pôs fim a voto censitário ou por renda, excluindo mendigos, militares de baixa patente e membros de ordens religiosas.

A **alternativa B** está incorreta, pois a Constituição de 1891 não excluiu o voto feminino, uma vez que este não existia na Constituição Imperial de 1824. O voto feminino no Brasil só foi instaurado em 1932, durante a Era Vargas.

A **alternativa C** é falsa, de modo que a Constituição de 1891 pôs fim ao voto por renda, como era determinado pela Constituição Imperial de 1824. Além disso, a escravidão no Brasil acabou em 13 de maio de 1888, ao passo que a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889 e a Constituição republicana é de 1891.

As **alternativas D e E** são incorretas, pois a Constituição de 1891 não excluiu de estrangeiros, uma vez que este não existia na Constituição Imperial de 1824. Inclusive, até hoje, com a Constituição de 1988, é proibido o voto de estrangeiros, de acordo com o Art. 14, § 2º.

(SOUSA, 2019).

OUTRAS BANCAS

32. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019) Fazem parte da galeria de Presidentes da República Velha, exceto:

- A) Prudente de Moraes.
- B) Rodrigues Alves.
- C) Campos Salles.
- D) Juarez Távola.
- E) Delfim Moreira da Costa Ribeiro.



Comentários:

Os presidentes do período 1889-1930 foram:

1889 - Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Chefe do Governo Provisório e depois presidente eleito pela Assembleia constituinte.

1891 - Marechal Floriano Vieira Peixoto, assumiu com a renúncia de Deodoro.

1894 - Prudente José de Moraes e Barros

1898 - Manuel Ferraz de Campos Sales

1902 - Francisco de Paula Rodrigues Alves

1906 - Afonso Augusto Moreira Pena (morreu durante o mandato)

1909 - Nilo Procópio Peçanha (vice de Afonso Pena, assumiu em seu lugar)

1910 - Marechal Hermes da Fonseca

1914 - Venceslau Brás Pereira Gomes

1918 - Francisco de Paula Rodrigues Alves (eleito, morreu de gripe espanhola, sem ter assumido o cargo)

1918 - Delfim Moreira da Costa Ribeiro (vice de Rodrigues Alves, assumiu em seu lugar).

1919 - Epitácio da Silva Pessoa

1922 - Artur da Silva Bernardes

1926 - Washington Luís (deposto pela revolução de 1930)

1930 - Júlio Prestes de Albuquerque (eleito presidente em 1930, não tomou posse, impedido pela Revolução de 1930).

Com isso, a alternativa incorreta é a **letra D**.

33. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019) Leia o texto a seguir: “Como presidente da República [Arthur Bernardes] fui apenas um chefe de polícia. E, chefe de polícia ante as pressões revolucionárias, só sabia fazer uma coisa: prender, perseguir, conter pelo terror”

(DORIA, Pedro. Tenentes: a guerra civil brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2016.)

As pressões revolucionárias a que Arthur Bernardes se referia foram a(o):

A) Revolta da Chibata, a Revolução Constitucionalista e a Revolta da Vacina.

B) Levante do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes e a Revolução Paulista de 1924.



- C) Greve Geral de 1917, a Segunda Revolta da Armada e a Revolução Federalista.
- D) Sedição de Juazeiro, a Primeira Revolta da Armada e o Tenentismo
- E) Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado e a Revolução de 1930

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta, pois A Revolta da Chibata foi um motim naval no Rio de Janeiro, Brasil, ocorrido no final de novembro de 1910. Foi o resultado direto do uso de chibatadas por oficiais navais brancos ao punir marinheiros afro-brasileiros e mulatos. Revolução Constitucionalista de 1932, também conhecida como Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. A Revolta da Vacina foi um motim popular ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

A **alternativa B** é correta, pois conhecida como uma das primeiras manifestações do movimento tenentista, o Levante do Forte de Copacabana foi uma das mais significativas demonstrações de crise da hegemonia oligárquica. Esta revolta foi ambientada no ano de 1922, período em que acontecia a campanha de sucessão ao governo do presidente Epitácio Pessoa. A disputa eleitoral envolveu Artur Bernardes, representante da oligarquia paulista, e Nilo Peçanha, apoiado pelos militares e oligarcas dissidentes do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Derrotados na disputa eleitoral, os tenentes se sentiram profundamente frustrados com a perpetuação de mais um representante das oligarquias.

Foi nesse momento que uma série de cartas falsas, supostamente escritas por Artur Bernardes, dirigia várias críticas à ação política dos oficiais do exército. Ao mesmo tempo, havia um descontentamento geral contra o novo governo em uma época em que a população sentia profundamente as mazelas causadas pelo conservadorismo político-econômico dos oligarcas.

Também conhecida como Coluna Miguel Costa-Prestes, a Coluna foi um movimento revoltoso organizado por tenentistas que percorreu o Brasil entre 1925 e 1927 combatendo as tropas dos governos de Artur Bernardes e Washington Luís durante a Primeira República. Ao longo de sua trajetória, os membros da Coluna percorreram mais de 25 mil quilômetros em protesto contra os governos vigentes. A segunda revolta do movimento tenentista ocorreu em 5 de julho de 1924, dois anos após o fracasso da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. A Revolta Paulista de 1924 foi realizada sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes.

Os objetivos da Revolta Paulista eram os mesmos que da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana: voto secreto, reformas no ensino público, poder político ao exército, fim da corrupção e destituição do presidente, ou seja, lutavam pelo fim do governo vigente na República Velha. Em 10 de julho de 1924, os tenentistas divulgaram publicamente um manifesto para deposição imediata do presidente da república Artur Bernardes e o cumprimento de reformas governamentais. Bernardes respondeu à Revolta Paulista com a organização de outra parte do exército (leal ao governo) e ordenou que aviões bombardeassem a cidade.

A **alternativa C** é incorreta, pois a Greve Geral de 1917 foi uma greve da indústria e do comércio do Brasil, ocorrida em julho de 1917 em São Paulo, durante a Primeira Guerra Mundial, promovida por organizações operárias de inspiração anarquista aliadas à imprensa libertária. A Revolta da Armada foi um movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha brasileira contra os dois primeiros governos republicanos, que estavam tomando feições de uma ditadura militar. A revolta desenvolveu-se em dois momentos; uma no



governo de Deodoro da Fonseca e outra no governo que se seguiu, de Floriano Peixoto. A Revolução Federalista foi uma guerra civil que ocorreu no sul do Brasil, logo após a Proclamação da República. O conflito foi decorrente da crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor que pretendia libertar o Rio Grande do Sul da governança de Júlio de Castilhos, então presidente do Estado, conquistar maior autonomia e descentralizar o poder da então recém proclamada República.

A **alternativa D** é incorreta, pois a Revolta ou Sedição de Juazeiro foi um confronto ocorrido em 1914 entre as oligarquias cearense e o Governo Federal provocado pela interferência do poder central na política estadual nas primeiras décadas do século XX. A Revolta da Armada foi um movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha brasileira contra os dois primeiros governos republicanos, que estavam tomando feições de uma ditadura militar. A revolta desenvolveu-se em dois momentos; uma no governo de Deodoro da Fonseca e outra no governo que se seguiu, de Floriano Peixoto. O tenentismo foi um movimento político e militar realizado por jovens oficiais brasileiros durante o período da Primeira República. Esse corpo de oficiais era composto em geral por tenentes e capitães que estavam insatisfeitos com o sistema político brasileiro, sobretudo com as práticas do jogo político imposto pelas oligarquias.

A **alternativa E** é incorreta, pois a Guerra de Canudos ou Campanha de Canudos foi um conflito armado que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos ocorreram entre 1896 e 1897, com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25 000 habitantes de Canudos. A Guerra do Contestado foi um conflito armado que envolveu posseiros e pequenos proprietários de terras, de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal brasileiro, de outro, entre outubro de 1912 e agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira, disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. A região, marcada por muitos conflitos ligados a disputas de limites entre os dois estados, era conhecida como Contestado.

A Revolução de 1930 é considerada o acontecimento da história do período republicano brasileiro que pôs fim à chamada República Velha e, mais do que isso, foi o acontecimento que também deu fim às articulações políticas entre as oligarquias regionais do Brasil, que sobrepunham os seus interesses particulares aos interesses do Estado e da Nação como um todo. O principal protagonista da Revolução de 1930 foi Getúlio Dornelles Vargas, então presidente (nome que se dava aos governadores da época) do estado do Rio Grande do Sul.

(SOUSA. 2020; NEVES. 2020; VAZ, 2013; VELASCO. 2020)

34. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019) Leia e responda:

“O repórter do jornal A Tribuna, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um negro acapoeirado frases que bem expressam a natureza da revolta e esse sentimento de orgulho. Chamando o repórter de cidadão, o preto justificava a revolta: era ‘para não andarem dizendo que o povo é carneiro’. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem. (..) O mais importante ‘era mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo’”.

(CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados do poder: O Rio de Janeiro e a república que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987*)

Mesmo que a vitória na Revolta da Vacina não tenha sido traduzida em mudança política imediata além da interrupção da vacinação, podemos apontá-la como:

A) conflito de natureza social, pois a política higienista associava a população negra, recém liberta, aos males que impediam o desenvolvimento do Brasil e, assim, pretendiam embranquecer os grandes centros urbanos.



B) momento singular da política brasileira, pois não se restringiu aos grandes centros urbanos, mas alastrou-se para o interior que também sofria a política higienista do início do século XX.

C) modelo de revolta popular baseada na desinformação pois a oposição ao governo impedia a imunização da população e dava continuidade à disseminação de doenças infectocontagiosas.

D) um movimento de grandes proporções, mas comum ao final do século XIX, que opunha os governos republicanos nas cidades à população recém liberta da escravidão rural que migrava para os centros urbanos.

E) exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito do cidadão de não serem arbitrariamente tratados pelo governo.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta, pois a Revolta da Vacina foi uma rebelião popular contra a vacina anti-varíola, ocorrida no Rio de Janeiro, em novembro de 1904. Quando o presidente Rodrigues Alves assumiu o governo, em 1902, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro acumulavam-se toneladas de lixo. Desta maneira, o vírus da varíola se espalhava. Proliferavam ratos e mosquitos transmissores de doenças fatais como a peste bubônica e a febre amarela, que matavam milhares de pessoas anualmente.

A **alternativa B** é incorreta, pois, decidido a reurbanizar e sanear a cidade, Rodrigues Alves nomeou o engenheiro Pereira Passos para prefeito e o médico Oswaldo Cruz para Diretor da Saúde Pública. Com isso, iniciou a construção de grandes obras públicas, o alargamento das ruas e avenidas e o combate às doenças. A reurbanização do Rio de Janeiro, no entanto, sacrificou as camadas mais pobres da cidade, que foram desalojadas, pois tiveram seus casebres e cortiços demolidos.

A **alternativa C** é incorreta, pois a campanha de saneamento realizava-se com autoritarismo, onde as casas eram invadidas e vasculhadas. Não foi feito nenhum esclarecimento sobre a importância da vacina ou da higiene. Numa sociedade onde as pessoas se vestiam cobrindo todo o corpo, mostrar os seus braços para tomar a vacina foi visto como "imoral". Assim, a insatisfação da população contra o governo foi generalizada, desencadeando "A Revolta da Vacina".

A **alternativa D** é incorreta, pois o médico Oswaldo Cruz (1872-1917), contratado para combater as doenças, impôs vacinação obrigatória contra a varíola, para todo brasileiro com mais de seis meses de idade. Políticos, militares de oposição e a população da cidade se opuseram à vacina. A imprensa não perdoava Oswaldo Cruz dedicando-lhe charges cruéis ironizando a eficácia do remédio. Agitadores incitavam a massa urbana a enfrentar os funcionários da Saúde Pública que, protegidos pelos policiais, invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força. Os mais radicais pregavam a resistência à bala, alegando que o cidadão tinha o direito de preservar o próprio corpo e não aceitar aquele líquido desconhecido.

A **alternativa E** é correta, pois o descontentamento se generalizou, somando aos problemas de moradia e ao elevado custo de vida, resultando na Revolta da Vacina Obrigatória. Entre 10 e 16 de novembro de 1904, as camadas populares do Rio de Janeiro saíram às ruas para enfrentar os agentes da Saúde Pública e a polícia. O centro do Rio de Janeiro foi transformado numa praça de guerra com bondes derrubados, edifícios depredados e muita confusão na Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). A revolta popular teve o apoio de militares que tentaram usar a massa insatisfeita para derrubar, sem sucesso, o presidente Rodrigues Alves. O movimento rebelde foi dominado pelo governo, que prendeu e enviou algumas pessoas para o Acre. Em seguida, a Lei da Vacina Obrigatória foi modificada, tornando facultativo o seu uso.



35. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019) Em 1917, houve a primeira greve geral do Brasil, uma paralização que durou 30 dias e marcou o início da ação política do proletariado nacional.

Assinale a opção que indica corretamente quais grupos lideraram o movimento grevista e as reivindicações dos trabalhadores.

A) A liderança coube aos recém-criados partidos socialistas e reivindicavam aumento salarial e fim da exploração da mão de obra abaixo de 14 anos.

B) Foi liderada, em sua maioria por anarquistas e reivindicavam jornada de 8 horas de trabalho e proibição de mulheres nos turnos da noite.

C) Os socialistas utópicos estiveram a frente do movimento e reivindicavam a gestão coletiva das fábricas e divisão dos lucros.

D) O movimento foi organizado por lideranças católicas e reclamavam por melhores condições de vida e trabalho para os operários.

E) A greve foi liderada por socialistas libertários e reivindicavam férias anuais e seguridade social para os trabalhadores.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta, pois a Greve Geral de 1917 foi um movimento urbano de paralisações no trabalho iniciadas por empregados de fábricas do setor têxtil na cidade de São Paulo, em julho de 1917. Desde o início do ano de 1917, houve paralisações nas fábricas da cidade, reivindicando melhores condições de trabalho e aumento salarial que ao longo daquele ano difundiram-se até constituírem uma Greve Geral no mês de julho.

A **alternativa B** é correta, pois a carestia e o aumento da carga horária de trabalho foram os fatores materiais que levaram os trabalhadores a suspender dias de exercício das funções que realizavam. E a emergência dos ideais anarquistas e socialistas foram os fatores subjetivos necessários à expansão do movimento grevista. O cotonifício Crespi foi a primeira indústria na qual eclodiram paralisações. Os trabalhadores do cotonifício estavam insatisfeitos com a nova exigência do trabalho noturno e, por isso, entraram em greve para reivindicar, além da extinção da contribuição ao esforço bélico italiano, aumento salarial e a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças. Esse movimento grevista influenciou o desencadeamento de paralisações em outras fábricas. E as greves disseminaram-se rapidamente entre as pequenas oficinas e fábricas de grande porte como Crespi, Antarctica, Fábrica Mariangela de Matarazzo, Estamperia Matarazzo, Tecidos de Juta, Lanifício De Camillis.

A **alternativa C** é incorreta, pois o movimento grevista de 1917 foi composto, sobretudo, por imigrantes italianos. Esses imigrantes trouxeram do país de origem os ideais anarquistas e socialistas que embasaram a greve. E não somente os operários eram majoritariamente italianos, também predominavam entre os proprietários das fábricas os imigrantes dessa nacionalidade que já haviam entrado em contato anteriormente com a forma de organização dos trabalhadores na Itália. A participação da Itália na Primeira Guerra Mundial era outro elemento que se somava ao conflito entre patrões e empregados, pois havia quem era favorável à entrada do país na guerra e aqueles que eram contrários. Havia, inclusive, a obrigatoriedade de doação de



parcela do salário dos trabalhadores ao Comitê Italiano Pró-Pátria de São Paulo que enviava verbas para o empenho bélico da Itália na Grande Guerra. Entre as pautas da greve da fábrica Crespi estava a abolição dessa contribuição.

A **alternativa D** é incorreta, pois para coordenar as greves, foi criado o Comitê de Defesa Proletária, em 9 de julho, composto por lideranças sindicais anarquistas e socialistas. Além das paralisações, houve também em julho embates de rua com assaltos e com ataques à cavalaria da polícia. Nesses protestos de 11 e 13 de julho ocorreram as mortes de Nicola Salerno, José Gimenez Martinez e da menina Edoarda Bindo que causaram comoção popular e praticamente destituíram os poderes de governo na cidade.

A **alternativa E** é incorreta, pois a Greve Geral de 1917 foi o primeiro movimento grevista expressivo ocorrido até aquele momento no Brasil. Como punição aos grevistas, muitos foram expulsos do país com a aplicação da Lei Adolfo Gordo (de 1907) que tinha como foco desmobilizar o anarcossindicalismo. Os líderes sindicais Teodoro Monicelli e Luigi Damiani tiveram que retornar à Itália com a aplicação dessa lei. A legislação trabalhista da década de 1920 também foi criada a partir das necessidades de respostas ao movimento grevista e como forma de contenção de sublevações. Após a Greve Geral de 1917 ressurgiram ligas de ofício que existiam antes de 1914 e surgiram várias ligas operárias. O período ascensional do movimento operário perdurou de 1917 a 1920, irradiando-se para as regiões periféricas da cidade de São Paulo e para a cidade do Rio de Janeiro. Somente em 14 de julho, houve a assinatura de um acordo entre empresários, o secretário de segurança pública Eloi Chaves e o Comitê de Defesa Proletária. Nesse acordo, os empresários e os secretários comprometiam-se em não fazer retaliações aos operários grevistas, em aumentar os salários, em libertar os operários que foram detidos em manifestações e garantir o direito de reunião.

(RODRIGUES. 2020)

36. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019) Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, “civilidade”.

(HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 146-47)

A noção de “homem cordial” e o impacto de sua conduta no plano social e político levam à conclusão de que

A) não significando traço de civilidade, a cordialidade brasileira representa uma projeção ideológica que oculta a desigualdade e a violência das relações sociais e políticas.

B) o homem cordial representa um modelo ideal de sujeito, que contribui para definir, no cenário político brasileiro, a virtude pública da impessoalidade.

C) o homem cordial pode ser visto como o resultado de uma formação social marcada pelo predomínio da esfera pública e pelo primado das relações pessoais.

D) a definição apresentada por Sergio Buarque de Holanda para o homem cordial entra em contradição com a dimensão violenta da política, bem como com as relações sociais no Brasil.



E) as raízes do homem cordial vicejam na estabilidade do espaço público brasileiro, que admite tanto a moderação do comportamento como a adoção de regras impessoais.

Comentários:

A **alternativa A** está correta, visto que, as raízes do homem cordial estão na própria palavra “cordial”, de origem latina “cordis”, que significa coração. Ou seja, é o homem dado aos impulsos do coração, um homem passional, dominado pelas paixões. Isso porque, na explicação etimológica Sérgio Buarque demonstra que a palavra demonstra uma dualidade entre a forma como o brasileiro e, por extensão, as relações sociais no Brasil se apresentam, e a realidade de tudo. É nessa dualidade demonstrada que tudo esse problema se oculta.

A **alternativa B** é incorreta, de tal modo que, o modelo ideal de sujeito é altamente definido por um carácter pessoal e direto.

A **alternativa C** está incorreta, porque, o homem cordial é resultado de uma formação social marcada pelo primado das relações sociais e não pessoais.

A **alternativa D** está incorreta, sendo que, ela não entra em contradição direta, pois Sérgio Buarque na sua obra o verdadeiro significado de “cordial”, no qual ele apresenta a dualidade do apresentado para a realidade.

A **alternativa E** está incorreta, pois, a “cordialidade” do brasileiro não está fundada numa estabilidade no espaço público brasileiro, mas sim, na existência de uma dualidade nessas relações.

37. (NUCEPE/UESPI – Prof. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019) Tanto o episódio de Canudos quanto o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a hegemonia e vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “a qualquer custo.”

(SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil: República – da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 27)

Os objetivos pretendidos pelas revoltas de Canudos, da Vacina e pelo discurso modernizador da República mostram que

A) ambas as revoltas retrataram os objetivos de um projeto de expansão do discurso republicano modernizador, exigindo investimentos estatais na ampliação de serviços coletivos.

B) tendo sido de caráter pró-republicano, as revoltas de Canudos e da Vacina alinharam-se com uma ala mais radical do movimento, o qual questionava os limites impostos pelas elites ao novo regime e defendia uma república pautada na ampla promoção dos direitos sociais.

C) antirrepublicanas, as revoltas de Canudos e da Vacina foram motivadas pela reação de grupos urbanos ao processo de expansão da influência da empresa ferroviária Brazil Railway Company, respectivamente nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.



D) antirrepublicanas, as revoltas da Vacina e de Canudos representaram reações aos projetos de gestão social abstratos, absorvidos de modelos europeus e que se caracterizavam, principalmente, por iniciativas de modernização autoritária das grandes cidades do Brasil.

E) Canudos e a Revolta da Vacina representaram formas populares de reações a um modelo de república que se revelou incapaz de contemplar, homoganeamente, as populações rurais e urbanas.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta, pois, a Revolta de Canudos foi de carácter antirrepublicano, e por esse motivo não pretendeu retratar um discurso que expandisse o republicanismo modernizador.

A **alternativa B** está incorreta, de tal modo que, visto que a Revolta de Canudos foi explicitamente antirrepublicana.

A **alternativa C** também é incorreta, visto que, tais motivos pertencem ao contexto da Guerra do Contestado e não da Revolta da Vacina, nem da Guerra dos Canudos.

A **alternativa D** também está incorreta, exclusivamente porque a Revolta da Vacina não se enquadra como um movimento abertamente antirrepublicano, apesar de ter comovido um sentimento contrário à República, mas principalmente pelo fato deste movimento ter ocorrido na então capital do país.

A **alternativa E** é a resposta correta, sendo que, as revoltas populares se deram por conta de imposições de modernização nas grandes cidades, que foram realizadas de modo autoritária e apressada, resultando na insatisfação da população das grandes cidades. O processo de institucionalização da República no Brasil, a partir do ano de 1889, foi marcado por uma série de momentos conturbados.

Vale lembrar que a implantação da República, apesar do nome estar associado à garantia do interesse/bem público, não foi um movimento popular, mas um Golpe Militar. Com isso, estouraram diversas reações aos projetos de gestão social abstratos, absorvidos de modelos europeus e que se caracterizavam, principalmente, por iniciativas de modernização autoritária das grandes cidades do Brasil. Um dos exemplos mais notáveis foi o da Guerra de Canudos, que aconteceu no sertão baiano durante o governo de Prudente de Moraes.

Mas as revoltas de viés urbano, sobretudo aquelas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, evidenciaram o quanto o regime republicano ainda era frágil, permeado por controvérsias e confrontos tanto no plano das ideias quanto no plano político e social. O episódio da Revolta da Vacina, em 1904, foi um sintoma desses problemas. Tudo isso se deu, especialmente no Distrito Federal, que na época era o Rio de Janeiro, visto que a república desenvolveu diversas políticas e arranjos invasivos que pretendiam “revolucionar” as condições do recente país, pretendendo que ele se aproximasse o mais rápido possível aos padrões europeus, no entanto, tais mudanças deixaram um povo com um ressentimento perante a república.

38. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019) Ao tratar do processo eleitoral na Primeira República (1889-1930), um professor do 8º ano apresentou aos alunos a seguinte caricatura, publicada na Revista da Semana, de julho de 1909, além de destacar um trecho sobre as eleições de 1910:





“Para compreender a dramaticidade do período, o conceito de cultura política é fundamental porque, assim, pode se conferir inteligibilidade aos valores, às vontades, às preferências e aos ideais que fluíam naquela sociedade e que se agruparam e se dividiram em torno das duas candidaturas - militarista, com Hermes da Fonseca, e civilista, com Rui Barbosa. Ao longo da batalha pelos votos, duas culturas políticas se consolidam, aglutinam adeptos e se opõem eleitoralmente [...]. Nesse combate [...], A imprensa era tanto palco quanto personagem na trama política da Primeira República”.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicury, 2011. (Adaptado)

Sobre a disputa eleitoral de 1910, afirmação de que “a imprensa era tanto palco quanto personagem na trama política da Primeira República” pode ser explicada da seguinte forma:

- A) A imprensa foi palco, pois era o espaço do debate e da luta, e também personagem ao fazer-se, ela mesmo, participe de batalha eleitoral.
- B) A imprensa se fazia palco, pois dava voz aos dois lados da disputa presidencial, e também personagem por apresentar-se como uma terceira via.
- C) A imprensa foi personagem, ao tomar posição política, seja ao lado de civilistas ou militaristas, e palco, ao encenar, dramaticamente, a disputa.
- D) A imprensa transformou a disputa eleitoral em entretenimento devido ao teor dos textos publicados nos jornais, por isso foi ao mesmo tempo palco e personagem.

Comentários:



A **alternativa A** é correta, pois ao mesmo tempo em que oferecia o espaço para os debates e as divergências, se manifestava politicamente a favor de determinado candidato, como o cartaz mesmo menciona: “Anti-Hermestine”, se referindo ao candidato Hermes da Fonseca.

A **alternativa B** é incorreta, pois como o cartaz mesmo demonstra, havia parcialidade para um dos lados da eleição, ou seja, contra Hermes da Fonseca.

A **alternativa C** é incorreta, pois foi a primeira vez em que se viu uma eleição na qual o chamado corpo a corpo com o eleitor se tornou importante. Rui Barbosa, em especial, realizou uma campanha semelhante às que hoje vemos, tendo viajado para vários estados e realizado comícios que concentravam significativas audiências. Nas maiores cidades do país, a discussão política tomou conta de cafés e livrarias, espaços em que a elite eleitora dedicava tempo às questões de Estado. O resultado da eleição trouxe a vitória de Hermes da Fonseca. É importante lembrar que as eleições eram organizadas, em grande parte, pelo Poder Executivo, que delegava apenas algumas funções aos juizes. Como foi praxe na história da política até então, a eleição de Hermes ocorreu à custa de fraude – ajudava, nesse sentido, o fato de o eleito ser apoiado pelo então chefe do Executivo federal, Nilo Peçanha. Algumas das ideias postas naquela campanha, aliás, diziam respeito à facilidade com que os resultados eleitorais eram adulterados⁵, realidade que só seria enfrentada seriamente após a Revolução de 1930, com a criação da Justiça Eleitoral e do primeiro Código Eleitoral brasileiro.

A **alternativa D** é incorreta, pois não havia uma conotação clara de entretenimento no cartaz, mas sim uma clara e objetiva manifestação política, tendendo para um dos lados da disputa.

(GOMES, 2020)

39. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - História) Considerando a economia no Brasil durante a República Velha, assinale a afirmação verdadeira.

A) Foi caracterizada pela grande variedade de produtos fundamentais para a pauta de exportação do país, sobretudo a produção agropecuária de soja, algodão e carne.

B) Era baseada na grande produção de café, maior produto de exportação, que enriqueceu elites agrárias do sudeste do país, fazendo-as detentoras do poder político.

C) Estabelecida na industrialização praticada no Império a partir dos investimentos do Visconde Mauá, tinha na produção rural um sustentáculo para a indústria na região do Rio de Janeiro e de São Paulo.

D) Estava em crise desde o fim do Império com a queda da produção cafeeira após a Lei Áurea, o que causou desentendimentos entre os fazendeiros e o governo, tornando conturbado o início da república.

Comentários

A **alternativa A** é incorreta, pois o maior produto de exportação durante a Primeira República era, de longe, o café; enquanto que outros produtos ficavam em segundo plano.

A **alternativa B** é a resposta certa, uma vez que no campo econômico o Brasil era grande dependente da produção de café, o maior produto de exportação. Os grandes produtores de café no Brasil eram os estados de São Paulo e Minas Gerais. Além de economicamente dominantes, eles garantiram o maior número de cadeiras no Congresso Nacional. Durante toda a Primeira República, os presidentes empossados eram apoiados por São Paulo ou Minas Gerais, ficando conhecida como política do café-com-leite.



A **alternativa C** é falsa, uma vez que o Brasil era essencialmente agrário, de modo que os poucos investimentos industriais que foram feitos até a Revolução de 1930 eram destinados também à produção agrária do país, especialmente pelo setor cafeeiro.

A **alternativa D** também é falsa, uma vez que foi só no começo do século XX, quando os cultivadores começaram a aumentar a quantidade de café produzida, que ocorreu a queda do preço desse produto, uma vez que o mercado ficou abarrotado com a mercadoria. Visando a defender seus interesses, os cafeicultores reuniram-se no Convênio de Taubaté. Nesse convênio, decidiu-se que o governo brasileiro compraria o excedente de sacas de café com o objetivo de controlar o preço desse produto no mercado internacional. Isso garantiria os lucros dos fazendeiros e resolveria a questão do preço do café. Além disso, decidiu-se que o Estado realizaria um empréstimo de 15 milhões de libras para conseguir realizar a compra do excedente dessas sacas.

(MOTA; BRAICK, 2005; SILVA, 2019).

40. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - História) No que diz respeito à Guerra de Canudos, pode-se afirmar corretamente que

A) a oposição ao Estado laico da República, que instituiu o casamento civil e a secularização dos cemitérios, associada à miséria e ao abandono do povo, caracterizam a comunidade de Antônio Conselheiro.

B) ocorreu no sertão nordestino, mas o objetivo de Antônio Conselheiro era espalhar aquele modelo socialista de comunidade a todos os cantos do Brasil com apoio dos antimonarquistas.

C) o discurso messiânico e sebastianista de Conselheiro tinha guarida entre os donos de terra que criticavam a República, pois faziam parte da elite monarquista deposta pelo golpe de 1889.

D) apesar de alguma simpatia popular, Canudos não teve apoio das populações das cidades vizinhas, devido aos saques e às invasões promovidas pelos jagunços liderados por Conselheiro.

Comentários

A **alternativa A** está correta, pois Canudos (1893-1897) é talvez o melhor e mais trágico exemplo das manifestações que associaram conteúdo religioso e carência social, durante a Primeira República. O movimento, encabeçado por Antônio Conselheiro, ocorreu no interior da Bahia, numa região às margens do Rio Vaza-Barris. A miséria, a fome e o desemprego transformaram Canudos em uma possibilidade de vida melhor, que servia de alento para o grupo de miseráveis da região.

A **alternativa B** está incorreta, uma vez que Antônio Conselheiro, na verdade, era antirrepublicano, pois não concordava com as determinações laicas e seculares instituídas com a Proclamação da República. Além disso, não se pode afirmar com certeza que seu movimento era um modelo socialista, apesar na comunidade a terra, os rebanhos e o produto do trabalho coletivo eram propriedade comum; sendo que apenas os bens móveis e as residências constituíam propriedade pessoal.

A **alternativa C** também está incorreta, pois os latifundiários da região eram contra Canudos e Antônio Conselheiro, de modo que se preocupavam com a possível escassez de mão de obra e a elevação do preço da jornada de trabalho.



A **alternativa D** também está incorreta, pois no arraial de Canudos se cultivava produtos agrícolas, produzia artesanato, criava animais, que complementavam a alimentação e forneciam o couro utilizado como matéria prima.

(MOTA; BRAICK, 2005).

41. (CONSULPLAN - 2018 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros) A política do café com leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal

A) durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de café e leite.

B) durante a Nova República para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de café e leite.

C) durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de leite e café.

D) durante a Nova República para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de leite e café.

Comentários

A **alternativa A** está correta, pois a chamada política do café com leite ocorreu durante a República Velha (1889-1930). Na verdade, a institucionalização do regime oligárquico caracterizado pela política do café com leite ocorreu no mandato do presidente paulista Campos Sales, entre 1898 e 1902, com seu novo arranjo político, conhecido como Política dos Governadores, que ofereceu a estabilidade necessárias às oligarquias regionais. No decorrer da República Oligárquica, a maior parte dos presidentes da República era proveniente de Minas Gerais e São Paulo, grandes produtores de laticínios e café, respectivamente. Era a política do café com leite que complementava a Política dos Governadores, consolidando a República.

As **alternativas B e D** estão incorretas pelo mesmo motivo, pois a chamada Nova República é o período da História do Brasil que se seguiu ao fim da Ditadura Militar, até os dias atuais. É um período caracterizado pela promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a ampla democratização política do país e sua estabilização econômica.

As **alternativas C e D** também estão incorretas pelo mesmo motivo, porque a principal produção econômica de São Paulo era o café, não o leite, e de Minas Gerais o leite, não o café. Apesar disso, ambos os Estados produziam os dois artigos agrícolas, mas a prevalência era em Minas Gerais o leite e em São Paulo o café.

(MOTA; BRAICK, 2005).

42. (MPE-GO - 2018 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) Acerca da história de nosso país, assinale a alternativa incorreta:



A) a Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15/11/1889 até a Revolução de 1930;

B) a chamada República velha é dividida pelos historiadores em dois períodos: República da Espada e República Oligárquica;

C) Durante a República Velha, os coronéis tinham um domínio sobre suas terras e uma influência sobre algumas regiões. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores em seus currais eleitorais, que eram regiões controladas politicamente pelos coronéis, para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. Esse tipo de voto era conhecido como “voto de cabresto”.

D) a constituição de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e a primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a República;

E) O primeiro período da República velha, chamado de República da Espada, foi dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos, e vai da Proclamação da República do Brasil, em 15 de Novembro de 1889, até a posse do primeiro presidente civil, Washington Luís.

Comentários

A **alternativa A** não é a resposta certa, pois de fato a Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha, é a fase da republicana brasileira que se estendeu da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

A **alternativa B** também não é a resposta certa, pois de fato a chamada República Velha é dividida pelos historiadores em dois períodos: República da Espada e República Oligárquica. A República da Espada vai da Proclamação em 15 de novembro de 1889 à posse do primeiro presidente civil eleito, Prudente de Moraes, em 1894. Esse foi o período da Primeira República em que o Brasil esteve sob o comando do Exército: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Já a República Oligárquica é o período marcado pelas forças ruralistas de Minas Gerais e São Paulo, que vai de 1894 a 1930, quando Getúlio Vargas depõe o presidente Washington Luís e assume o cargo.

A **alternativa C** também não é a resposta certa, pois de fato durante a República Velha, os coronéis tinham um domínio sobre suas terras e uma influência sobre algumas regiões, o que marcou a chamada República Oligárquica. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores em seus currais eleitorais, que eram regiões controladas politicamente pelos coronéis, para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. Esse tipo de voto era conhecido como “voto de cabresto”. Essa prática marcou profundamente a política brasileira.

A **alternativa D** também não é a resposta certa, pois de fato a Constituição de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e a primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a República. A primeira Constituição brasileira é a Constituição Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I.

A **alternativa E** é a resposta certa, pois é incorreto afirmar que Washington Luís foi o primeiro presidente civil, uma vez que o primeiro presidente civil eleito no Brasil foi Prudente de Moraes, que exerceu seu cargo de 1894 a 1898. O primeiro período da República Velha, chamado República da Espada, foi instaurado com o golpe militar que expulsou a família real brasileira em 15 de novembro de 1889 e vai até a posse de Prudente de Moraes. Nesse período os presidentes brasileiros foram o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto, esse assumiu o cargo em 1891, após Deodoro da Fonseca renunciar à presidência.



43. (IBADE - 2017 - SEE -PB - Professor de Educação Básica 3 - História)



Disponível em:
<http://brasil.indymedia.org/images/2010/11/481046.jpg>. Acesso
em 13.10.2017.

Em 1910, o Almirante Negro João cândido abalou as estruturas da Marinha do Brasil quando, juntamente com outros marinheiros, tomou os navios e apontou os canhões para o Rio de Janeiro exigindo o fim dos maus tratos na Marinha. Esse movimento social foi a(o):

- A) Revolta da Chibata.
- B) Levante dos Quilombolas.
- C) Levante dos Encouraçados
- D) Revolta da Armada.
- E) Revolta da Esquadra.

Comentários

A **alternativa A** é a resposta certa. A Revolta da Chibata foi um motim organizado pelos soldados da Marinha brasileira de 22 a 27 de novembro de 1910. A revolta organizada pelos marinheiros ocorreu em embarcações da Marinha que estavam atracadas na Baía de Guanabara e foi motivada, principalmente, pela insatisfação dos marinheiros com os castigos físicos. O castigo físico em questão era a chibatada, praticada pela Marinha contra todos os marujos que violassem as regras da corporação. O uso da chibatada como forma de punição era uma característica que a Marinha brasileira havia herdado da Marinha portuguesa do período colonial a partir de um código conhecido como Artigos de Guerra. Essa forma de punição era dedicada somente aos postos mais baixos da Marinha, ocupados, em geral, por negros e mestiços.

Na ocasião, os marinheiros dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* revoltaram-se, chefiados pelo gaúcho João Cândido Felisberto, apelidado Almirante Negro, e reivindicavam o fim dos castigos corporais, folgas semanais e melhores salários. Os rebeldes enviaram um telegrama ao Presidente da República comunicando a decisão de bombardear a cidade do Rio de Janeiro, caso não fossem atendidas suas reivindicações. O Congresso, então, votou o fim dos castigos corporais na Marinha e anistiou os participantes da revolta.



Entretanto, o decreto de anistia foi descumprido e o governo passou a perseguir e prender os marujos envolvidos.

Uma suposta revolta na Ilha das Cobras foi o fato culminante para a perseguição e prisão dos rebeldes. O governo ordenou que o Exército atacasse a ilha e esmagasse os rebeldes. Os poucos sobreviventes foram deportados para a Amazônia, para trabalhos forçados nos seringais. Durante o trajeto, foi ordenado o fuzilamento de nove indivíduos. O Almirante Negro sobreviveu, mas foi encaminhado para um hospital para doentes mentais. Foi julgado em 1912 pela participação na revolta do Batalhão Naval. Inocentado, morreu na miséria, de tuberculose, no final da década de 1960.

A **alternativa B** é falsa, pois a escravidão no Brasil acabou em 13 de maio de 1888. Nesse sentido, dizer de um Levante dos Quilombolas é falso, uma vez que isso só ocorreu durante o regime escravocrata. Mas, a denominação de Quilombo permaneceu até os dias de hoje, inclusive com terras demarcadas e a cultura reconhecida.

A **alternativa C** também é falsa, pois não houve um Levante dos Encouraçados. Apesar disso, as embarcações *Minas Gerais* e *São Paulo* que os marinheiros usaram na revolta, apontando seus canhões para a cidade do Rio de Janeiro, eram dois encouraçados.

A **alternativa D** também é falsa, pois a Revolta da Armada foi um movimento de rebelião promovido por unidades da Marinha Imperial Brasileira contra os governos da recém-imposta República brasileira, após o Golpe de 1889, que havia sido consolidada através da Primeira Ditadura Militar do Brasil.

A **alternativa E** também é falsa, pois não houve uma Revolta da Esquadra na história do Brasil.

(MOTA; BRAICK, 2005; SILVA, 2019).

44. (IBADE - 2017 - SEE -PB - Professor de Educação Básica 3 - História) Observe a caricatura.



A imagem acima está relacionada:



- A) à prática do voto do cabresto.
- B) ao projeto de embelezamento das favelas de Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz.
- C) ao projeto de reforma da capital da República.
- D) às medidas saneadoras de Oswaldo Cruz.
- E) ao projeto de erradicação das favelas.

Comentários

A **alternativa A** é falsa, pois o voto de cabresto foi uma prática política baseada na influência dos coronéis que sustentou a política dos governadores durante a Primeira República.

A **alternativa B** é incorreta, uma vez que não se tratou de um projeto de embelezamento das favelas, mas sim do centro urbano da cidade do Rio de Janeiro, de modo que expulsaram os moradores pobres dos cortiços no centro da então capital federal para as favelas.

A **alternativa C** também é incorreta, ao passo que a charge não retrata o projeto de reforma da capital da República, comandado pelo prefeito e engenheiro Pereira Passos. Apesar disso, o período retratado na charge é o mesmo das reformas do Rio de Janeiro, mas ela diz respeito mais especificamente às medidas saneadoras de Oswaldo Cruz.

A **alternativa D** está correta. O combate às epidemias no Rio de Janeiro, durante o período de reforma e embelezamento do centro urbano, foi entregue ao médico sanitário Oswaldo Cruz, que passou a implementar uma série de medidas de higiene pública com o objetivo de combater a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Oswaldo Cruz foi acusado de implementar um “despotismo sanitário”, por causa dos seus projetos, principalmente o projeto de vacinação obrigatória para os brasileiros com mais de seis meses de idade.

A **alternativa E** também é falsa, de modo que não houve um projeto de erradicação das favelas, pois as reformas do prefeito e engenheiro Pereira Passos expulsaram muitos moradores de baixa renda do centro urbano para as favelas.

(MOTA; BRAICK, 2005).

45. (MPE-GO - 2017 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) O Coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem no Império, foi decorrente da:

- A) promulgação da Constituição Republicana que institui a centralização administrativa, favorecendo nos Estados as fraudes eleitorais.
- B) supremacia política dos Estados da região sul - possuidores de maior poder econômico - cuja força advinha da maior participação popular nas eleições.
- C) montagem de modernas instituições - autonomia estadual, voto universal - sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particulares.



D) instituição da Comissão Verificadora de Poderes que possuía autonomia para determinar quem deveria ser diplomado deputado - reconhecendo os vitoriosos nas eleições.

E) predominância do poder federal sobre o estadual, que possibilitava ao governo manipular a população local e garantir à oligarquia a elaboração das leis.

Comentários

A **alternativa A** é incorreta, pois a Constituição Republicana instituiu o modelo federalista que, teoricamente, garantia a autonomia dos Estados pertencentes à União.

A **alternativa B** também é incorreta, pois a política da Primeira República ficou conhecida como política do café-com-leite, porque os Estados de São Paulo e Minas Gerais, principais produtores de café e laticínios, respectivamente, encabeçaram a política nacional por causa da sua força econômica.

A **alternativa C** também é incorreta, pois o voto não era universal, sendo um direito apenas dos homens maiores de 21 anos que comprovassem escolaridade básica. Portanto, o voto era proibido para menores de 21 anos, analfabetos e mulheres, além de mendigos, militares de baixa patente, indígenas e membros de ordens religiosas.

A **alternativa D** é a resposta certa. Tão logo chegaram ao poder em 1894, as oligarquias agrárias trataram de implementar mecanismos que garantissem o seu controle sobre os poderes Executivo e Legislativo. Esse controle ficou conhecido como a política dos governadores, que foi uma sofisticada prática política baseada na hierarquia, que visava assegurar um amplo apoio do Congresso Nacional para aprovar a política financeira e os acordos com o capitalismo internacional. A proposta foi uma espécie de pacto político dos governadores estaduais. Estes teriam o compromisso de eleger, para o Congresso Nacional, deputados e senadores fiéis ao governo federal. Em contrapartida, o Presidente da República assumiria o compromisso de não interferir nas eleições estaduais. A troca de favores com o governo federal possibilitou o aumento do poder das oligarquias estaduais. Além disso, para viabilizar a política dos governadores, o governo federal criou a Comissão de Verificação de Poderes. Composta de cinco parlamentares, a Comissão ganhou o direito de diplomar os candidatos que interessavam ao governo federal e degolar os opositores, ou seja, impedir que eles tomassem posse. A justificativa era que esses candidatos haviam cometido irregularidades durante a campanha eleitoral. Desse modo, o Executivo podia contar com um Congresso dócil, sempre disposto a aprovar os projetos do governo.

A **alternativa E** também é incorreta, pois o coronelismo iniciava o estabelecimento do poder e da influência política nas regiões locais, nos chamados currais eleitorais, estabelecendo uma relação de ajuda nas eleições e troca de favores que ligava o mandatário local ao prefeito, este ao governador e aos deputados, e estes ao presidente. Tudo dentro de uma relação muito bem entrelaçada que dava suporte para um Congresso dócil, a autonomia dos Estados e a soberania eleitoral do presidente.

(MOTA; BRAICK, 2005).

46. (MPE-GO - 2017 - MPE-GO - Oficial de Promotoria) Acerca da história de nosso país, assinale a alternativa incorreta:

A) A Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15/11/1889 até a Revolução de 1930;



B) A chamada República velha é dividida pelos historiadores em dois períodos: República da Espada e República Oligárquica;

C) Durante a República Velha, os coronéis tinham um domínio sobre suas terras e uma influência sobre algumas regiões. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores em seus currais eleitorais, que eram regiões controladas politicamente pelos coronéis, para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. Esse tipo de voto era conhecido como "voto de cabresto".

D) A Constituição de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e a primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a República;

E) O primeiro período da República velha, chamado de República da Espada, foi dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos, e vai da Proclamação da República do Brasil, em 15 de Novembro de 1889, até a posse do primeiro presidente civil, Washington Luís.

Comentários

A **alternativa A** não é a resposta correta, pois as datas correspondem exatamente ao período mencionado. República Velha: 15 de novembro de 1889 a 24 de outubro de 1930.

A **alternativa B** também não é a resposta correta, pois de fato a chamada República velha é dividida pelos historiadores em dois períodos: República da Espada (1889 a 1894), que foi o período governado pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e República Oligárquica (1894 a 1930), que foi o período governado pelas elites agrárias do país.

A **alternativa C** também não é a resposta certa, pois de fato o coronelismo foi a prática política que imperou durante a República Velha. Os coronéis, que eram os chefes locais com grande poder econômico e político, tinham um domínio sobre algumas regiões, os chamados currais eleitorais. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores, para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. Esse tipo de voto era conhecido como "voto de cabresto".

A **alternativa D** também não é a resposta certa, pois de fato a Constituição de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e a primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a República. A primeira Constituição do Brasil foi de 1824, que vigorou durante todo o Império até a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

A **alternativa E** é a resposta certa, de modo que é incorreto afirmar que Washington Luís foi o primeiro presidente civil da República brasileira, ao passo que ele foi o último presidente da República Velha, deposto pela Revolução de 1930. O primeiro presidente civil eleito no Brasil foi Prudente de Moraes, líder da causa republicana e indicado pelo Partido Republicano Paulista.

(MOTA; BRAICK, 2005).

47. (MPE-GO - 2017 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) O Coronelismo, presente nos primórdios da República Brasileira, representou uma variante do fenômeno sociopolítico amplo denominado como clientelismo. O "Coronel" era responsável por controlar os votos em sua região de domínio, recebendo em troca privilégios e favores dos grandes grupos políticos da cena nacional, com o fim de manter seu poder e influência na região. Contribuíram para o surgimento do Coronelismo, EXCETO:



- A) A desigualdade social.
- B) A impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos.
- C) A precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado.
- D) Inexistência de uma carreira no serviço público.
- E) O fortalecimento das instituições estatais.

Comentários

A **alternativa A** não é a resposta certa, uma vez que a desigualdade social contribuiu muito para a manutenção do coronelismo, de modo que a sujeição dos menos favorecidos economicamente ao coronel, em troca de proteção e pequenos favores, garantia o aumento do curral eleitoral e, conseqüentemente, os votos ao candidato apoiado pelo coronel.

A **alternativa B** também não é a resposta certa, pois de fato a efetivação dos direitos dos cidadãos era medida muito mais pela força econômica do que a força da lei, de modo que a força econômica dos coronéis repousou tranquila no exercício de uma cidadania que, na verdade, dizia respeito ao interesse privado e não ao público.

A **alternativa C** também não é a resposta certa, pois o Estado não tinha infraestrutura assistencial alguma, ficando por conta dos coronéis a assistência diminuta e interesseira aos indivíduos de seu curral eleitoral.

A **alternativa D** também não é a resposta certa, ao passo que quem ocupava os serviços públicos eram principalmente os bacharéis indicados pelos coronéis, que usavam da sua influência política para empregar seus “afilhados”.

A **alternativa E** é a resposta correta, uma vez que é incorreto afirmar que o fortalecimento das instituições estatais contribuiu para o coronelismo na Primeira República, ora, as instituições estatais eram precárias e mal definidas, ligadas mais ao interesse privado dos oligarcas do que às questões públicas e cívicas. Isso marcou profundamente a cultura política brasileira, tanto pela desconfiança da postura de nossas instituições estatais, quando pelos interesses que estão em jogo na cena política brasileira.

(MOTA; BRAICK, 2005).

48. (IDECAN - 2016 - SEARH - RN - Professor de História) Trecho I

“O governo se encarregava de comprar os excedentes da exportação de café com financiamento de bancos estrangeiros, financiamento a ser pago através de um novo imposto, fixado em ouro, sobre a exportação do produto; paralelamente a isso, tratou-se de tomar medidas para desencorajar a expansão das plantações.” (Lopes, 1983.)

Trecho II

“Durante o mandato de Campos Sales, o governo federal, para fazer face ao extremo federalismo vigente, (...) resolveu estabelecer acordos políticos com outras instâncias de governo, a fim de garantir a formação de Congressos dóceis às diretrizes presidenciais.” (Lopes, 1983.)



Os trechos I e II abordam, especificamente, duas práticas políticas que fizeram parte do contexto da República Oligárquica no Brasil. Trata-se, respectivamente:

- A) Coronelismo e Patrimonialismo.
- B) Política do café-com-leite e Campanha Civilista.
- C) Socialização das perdas e Política dos governadores.
- D) Particularização das dívidas e Verificação de Poderes.

Comentários

A **alternativa A** é incorreta, pois os trechos não tratam nem do coronelismo e nem do patrimonialismo. O Coronelismo é um comportamento social e político prejudicial e recorrente na política brasileira, que se caracteriza pelo controle da política por um pequeno grupo de privilegiados que definem os rumos políticos de uma cidade ou região, utilizando-se muitas vezes de meios ilegais. Os coronéis exerciam, inclusive acima da lei, a autoridade de fato em seu “curral eleitoral, que podia ser um vilarejo, uma pequena cidade, ou mesmo toda uma região. Sua palavra não poderia ser questionada, e a sua vontade política deveria prevalecer sempre. Já o Patrimonialismo diz respeito a uma concepção de poder em que as esferas pública e privada confundem-se e, muitas vezes, tornam-se quase indistintas. Assim sendo, um líder político é qualificado como patrimonialista quando, ao assumir um cargo na esfera pública (o de governador, por exemplo), acaba “instrumentalizando”, isto é, criando mecanismos de controle, a estrutura estatal para satisfazer as suas necessidades pessoais, ou seja, privadas.

A **alternativa B** também é incorreta, pois os trechos não tratam nem da política do café-com-leite e nem da Campanha Civilista. A política do café com leite foi um grande acordo nacional, político e econômico que regulou a lógica de poder durante quase toda a Primeira República, também conhecida como República Velha (1889-1930). O acordo que envolvia as oligarquias estaduais e o governo federal funcionava para manter o controle e o poder nas mãos das elites, grandes proprietários de terras do Brasil. Na política do café-com-leite os políticos paulistas, grandes produtores de café, e mineiros, grandes produtores de produtos laticínios, alternavam-se na cadeira de Presidente da República, por isso o nome do acordo. Já a Campanha Civilista ocorreu no ano eleitoral de 1910, quando de um lado está o militar Marechal Hermes Fonseca e do outro um candidato civil, Rui Barbosa. A campanha tinha o objetivo de promover a candidatura de Rui Barbosa como presidente. Como ele era um civil, a campanha foi nomeada de Campanha Civilista.

A **alternativa C** está correta, uma vez que os trechos dizem respeito, respectivamente, à socialização das perdas durante a Primeira República e à política dos governadores. A socialização das perdas durante a Primeira República foi a compensação da lei da oferta e procura. Os governos de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se reuniram em Taubaté em 1906 com os principais cafeicultores dos Estados e elaboraram um plano: os governos comprariam os excedentes do café, estocariam e iam liberando de acordo com a procura do mercado. Se a procura era menor do que a oferta, todo o excedente era queimado. O objetivo era manter os preços sempre altos. Claro que isso gerou rombos nos cofres públicos e foi preciso recorrer a empréstimos estrangeiros, o que gerou mais dívidas. Porém, para os produtores, deu tudo muito certo, uma vez que o café se manteve num preço competitivo e evitou uma crise econômica ainda maior.

Já a Política dos Governadores foi um acordo político firmado durante o período da Primeira República com o intuito de unir os interesses dos políticos locais marcado pelas oligarquias estatais da época juntamente ao governo federal, para assim, garantir o controle do poder político. De certa forma esse respaldo aos governos



estaduais já ocorria tacitamente desde o Império, porém no governo presidencial de Campos Sales (1898 – 1902) essa prática foi institucionalizada. O recurso do “estadualismo” foi adotado em um período em que o regime presidencialista se encontrou debilitado devido a uma série de conflitos políticos. Assim, buscou-se a adoção de uma forma de sustentação do governo federal sem a imposição de interventores federais aos governos estaduais.

A **alternativa D** também é incorreta, pois os trechos citados não dizem respeito nem à particularização das dívidas e nem à Verificação de Poderes. A particularização das dívidas foi evitada justamente para que a economia do país, comandada pela exportação do café, não entrasse em colapso. Já a Comissão de Verificação de Poderes, ou Comissão dos Cinco, foi criada no Império, porém ganhou particular relevo no cenário político da Primeira República, principalmente a partir de 1899, com as modificações promovidas por Campos Sales no Regimento Interno da Câmara às vésperas das eleições marcadas para o ano seguinte. As modificações introduzidas em outubro de 1899 na prática converteram a Comissão em peça instrumental da “política dos Estados”, permitindo a chamada “depuração” de eleitos, ou “degola” de opositores, cujos diplomas obtidos em pleitos regionais poderiam ser rechaçados. Ao degolar candidatos da oposição, o governo central preservava a autonomia dos governadores e, em troca, assegurava o apoio destes.

(MOTA; BRAICK, 2005; FGV-CPDOC; NASSER, 2019).

49. (MPE-GO - 2015 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) No início da Primeira República (1889-1930), a oligarquia governante teve que enfrentar, no sertão baiano, um movimento social denominado:

- A) Cabanagem.
- B) Campanha Civilista.
- C) Levante do Contestado.
- D) Revolta de Canudos.
- E) Revolução Farroupilha.

Comentários

A **alternativa A** é falsa, pois a Cabanagem foi uma revolta popular do período regencial, que ocorreu entre os anos de 1835 e 1840 na província do Grão-Pará (hoje, estado do Pará, região Norte do Brasil), recebeu esse nome por causa dos muitos revoltados que moravam em cabanas às beiras de rios e eram chamados de cabanos.

A **alternativa B** também é falsa, pois a Campanha Civilista é o nome pelo qual ficou conhecida a participação do baiano Rui Barbosa na corrida presidencial de 1910, contra o marechal Hermes da Fonseca. A campanha civilista representou a primeira grande fissura na política do café-com-leite. Afinal, em 1910, ao contrário de boa parte das disputas que ocorreram durante a República Velha, Minas Gerais e São Paulo estiveram em lados opostos.

A **alternativa C** também é falsa, pois a Guerra do Contestado foi o conflito que surgiu entre 1912 e 1916, em uma área povoada por sertanejos, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina. Eram pessoas muito pobres, oprimidas, que não possuíam terras e também padeciam com a escassez de alimentos. Subsistiam sob a opressão dos grandes fazendeiros e de duas empreendedoras americanas que operavam ali, responsáveis pela implantação da via ferroviária que uniu o Rio Grande a São Paulo, e uma madeireira.



A **alternativa D** é a resposta certa. A Guerra de Canudos foi o maior movimento de resistência à opressão dos grandes proprietários rurais. Ele ocorreu entre 1893 e 1897, no arraial de Canudos, uma comunidade do Sertão da Bahia. Esse movimento refletia a extrema miséria em que viviam as populações marginalizadas do Sertão Nordeste. Esse episódio da história do Brasil foi relatado por Euclides da Cunha em *Os Sertões* e também foi tema constante do escritor Machado de Assis em suas crônicas semanais na *Gazeta de Notícias*. Canudos é o melhor e mais trágico exemplo das manifestações que associaram conteúdo religiosos e carência social durante a Primeira República.

A **alternativa E** também é falsa, pois a Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos ou Decênio Heróico (1835 – 1845), eclodiu no Rio Grande do Sul durante o Período Regencial e configurou-se na mais longa revolta brasileira. Durou 10 anos e foi liderada pela classe dominante gaúcha, formada por fazendeiros de gado, que usaram as camadas pobres da população como massa de apoio no processo de luta.

(*ARAUJO, 2016; ANGELO, 2019; BEZERRA, 2019; SANTANA, 2019*).

50. (MPE-GO - 2015 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) A República Brasileira começou com um Governo Provisório encabeçado por:

- A) Benjamin Constant.
- B) D. Pedro I.
- C) D. Pedro II.
- D) Marechal Deodoro da Fonseca.
- E) Marechal Floriano Peixoto.

Comentários

A **alternativa A** é falsa, pois Benjamin Constant não encabeçou a República brasileira durante o Governo Provisório. Apesar disso, proclamada a República, Benjamin Constant integrou o governo provisório na pasta da Guerra, e foi aclamado general-de-brigada em 1890, passou a dirigir o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no qual elaborou uma reforma de ensino de nítida orientação baseada nos ensinamentos de Auguste Comte, idealizador do positivismo, marcando a ditadura republicana dos cientistas e a educação como prática anuladora das tensões sociais.

A **alternativa B** também é falsa, pois D. Pedro I foi o primeiro Imperador do Brasil, exercendo o posto da data da Independência do Brasil, em 1822, até a sua abdicação do cargo em 1831.

A **alternativa C** também é falsa, pois D. Pedro II foi o segundo e último imperador do Império do Brasil durante 58 anos, de 1831 até sua deposição em 1889, data da Proclamação da República.

A **alternativa D** é a resposta certa. Com o título de marechal, Deodoro da Fonseca proclamou a república brasileira no dia 15 de novembro de 1889 e assumiu a chefia do governo provisório. A primeira constituição republicana estabelecia que as eleições no Brasil seriam diretas e que o presidente e seu vice seriam eleitos pelo voto popular. Entretanto, determinava também que, em caráter excepcional, o primeiro presidente e o primeiro vice seriam eleitos indiretamente, isto é, pelo Congresso Nacional. Foi o que aconteceu. No dia



seguinte à promulgação da Constituição, o Congresso elegeu de forma indireta os marechais Deodoro da Fonseca para presidente e Floriano Peixoto para vice-presidente, em 25 de fevereiro de 1891.

A **alternativa E** está incorreta, pois o marechal Floriano Peixoto foi o primeiro vice-presidente do Brasil e o segundo presidente, após a renúncia de marechal Deodoro da Fonseca, entre 1891 e 1894.

(MOTA; BRAICK, 2005).



LISTA DE QUESTÕES

FGV

1. (FGV/2022) Política do Café com Leite. A capa da Revista Careta de 1925 divulgou uma charge na qual, no cume de um monte havia uma cadeira dourada com a inscrição “Presidência da República”, ladeada por dois personagens em cujos chapéus havia a inscrição “São Paulo” e “Minas”. Ao pé do monte, um conjunto de outros personagens (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bahia, entre outros) tentava escalar o cume.



Fonte: Alfredo Storni (Storni). Revista Careta, ano XVIII, número 897, 29 de agosto de 1925, capa.

A charge representa um mecanismo político próprio da República Velha conhecido como

- A) coronelismo, ao caracterizar a presença de militares no governo brasileiro.
- B) clientelismo, pois enfatiza a dificuldade de os homens do campo participar da vida política pelas eleições.
- C) política do café com leite, ao mostrar a alternância de candidatos paulistas e mineiros na presidência da república.
- D) patrimonialismo, uma vez que representa o poder político nas mãos de grandes proprietários.
- E) federalismo, ao mostrar a disputa dos estados por maior autonomia em relação ao poder central.



2. (FGV - Pref. de Salvador-BA - Professor de História /2019) Analise a caricatura a seguir.



Fonte: *O Malho*, nº 247, 08/06/1907

Na caricatura, Oswaldo Cruz limpa a “sujeira” do Morro da Favela com o pente da “Delegacia de Higiene”. No alto se lê: “Uma limpeza indispensável. A Higiene vai limpar o Morro da Favela, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias”. Sobre as políticas sanitaristas durante a Primeira República, assinale a afirmativa correta.

- A) Encontraram grande resistência por parte da população.
 - B) Foram objeto de crítica da comunidade científica.
 - C) Caracterizavam-se por práticas segregacionistas.
 - D) Fundamentavam-se em critérios raciais.
 - E) Organizavam-se a partir de princípios classistas.
3. (FGV - 2016 - SME - SP - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - História) Com relação ao quadro geral das relações sociais características da Primeira República, assinale V para a afirmação verdadeira e F para a falsa.

() A organização do movimento operário em torno dos ideais anarquistas, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, teve como efeito a aprovação de uma legislação trabalhista mínima, que garantia jornada de oito horas semanais e férias remuneradas.

() Os movimentos sociais como Canudos, na Bahia, e Contestado, em Santa Catarina, resultaram da combinação de conteúdo religioso e carência social, na medida em que seus líderes pregavam ideais ascéticos de vida combinados com o desprendimento de bens materiais como a posse da terra.

() O clientelismo representou a forma geral das relações sociopolíticas na Primeira República, tendo como exemplo a influência dos coronéis, que eram a base local de poder no âmbito dos municípios.

As afirmativas são, respectivamente,



A) F, V e F.

B) F, V e V.

C) V, F e F.

D) V, V e F.

E) F, F e V.

4. (FGV - 2016 - SME - SP - Professor de Ensino Fundamental II e Médio - História)



Com relação ao contexto intelectual próprio da passagem do Império para a República, com base na imagem, analise as afirmativas a seguir.

I. Os republicanos brasileiros, de orientação francesa, se inspiraram no uso de alegorias femininas para veicular ideais liberais, como a Marianne, vestida à romana, com túnica, sandálias e barrete frígio jacobino.

II. A figura feminina possuía um aspecto belicoso, indicado pelas armas que empunha e pelos louros da vitória encimados na bandeira do novo regime, em homenagem aos vitoriosos do 15 de novembro.

III. O visconde de Ouro Preto foi representado ajoelhado no ato de entrega do poder à República (a coroa), sustentada pelos militares, indicando que a nação brasileira alcançará o progresso sem guerra, em sintonia com a ideologia positivista.



Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

5. (FGV 2013) O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890.*

(Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*)

No contexto do Brasil da passagem do século XIX para o XX, acerca das relações entre a produção cafeeira e a indústria, é correto considerar que:

- A) o avanço da produção industrial foi inversamente proporcional ao crescimento da produção cafeeira, uma vez que a entrada de recursos derivada da exportação de café era reaplicada apenas na produção cafeeira.
 - B) a ampliação do trabalho livre permitiu que parcelas dos capitais acumulados fossem investidas nas atividades industriais, desse modo, a economia cafeeira e a indústria fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento.
 - C) os empresários ligados à produção e exportação do café tinham representação política hegemônica e seus interesses eram defendidos pelo Estado brasileiro, que impedia a inversão de capitais cafeeiros na indústria.
 - D) os interesses dos cafeicultores e os dos industriais eram excludentes, visto que, com a expansão cafeeira, as maciças exportações desse produto atrapalharam os investimentos na indústria.
 - E) a exportação cafeeira atrelou o comércio externo brasileiro às importações de produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos, impedido o desenvolvimento da indústria no Brasil antes de 1930.
6. (FGV 2013) Em 1939, atendendo ao apelo do Papa Pio XII, o Conselho de Imigração e Colonização do Ministério das Relações Exteriores do Brasil resolveu autorizar a entrada de 3 000 imigrantes de origem “semita”. Condição *sinequa non* para obter “o visto da salvação”: *a conversão ao catolicismo*. Pressionados pelos acontecimentos que marcavam a história do III Reich, os judeus, mais uma vez, foram obrigados a abandonar seus valores culturais em troca do título de cristão.

[Maria Luíza Tucci Carneiro, *O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)*]

A situação apresentada tem semelhança com o processo histórico da:



- A) permissão apenas do culto católico no Brasil, conforme preceito presente na primeira Constituição, de 1891.
- B) repressão ao arraial de Canudos, no sertão baiano, pois recaiu sobre os sertanejos a acusação de ateísmo.
- C) obrigatoriedade, conforme costume colonial, dos negros alforriados de conversão ao catolicismo para a obtenção da efetiva liberdade.
- D) conversão obrigatória dos judeus na Espanha e em Portugal, a partir do final do século XV, o que gerou a denominação cristão-novo.
- E) separação entre Estado e Igreja no Brasil, determinada pelo Governo Provisório da República, comandada por Deodoro da Fonseca.

VUNESP

7. **(VUNESP/2023) Proclamação da República. Em 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bocaiúva, Glicério e o coronel Solon reuniram-se na casa de Deodoro com o fito de convencê-lo a tomar partido. Mais uma vez, civis e militares conspiravam juntos contra o Trono. Em 15 de novembro de 1889 a Monarquia era derrubada por golpe militar e proclamava-se a República.**

(Emília Viotti da Costa, Da monarquia à república: momentos decisivos, p. 489.)

Para Viotti da Costa, o movimento vitorioso de 1889

- A) representou a prevalência dos interesses econômicos e políticos dos industriais de São Paulo, que rapidamente conquistaram espaços de poder no Governo Provisório, o que lhes garantiu a isenção tributária para a importação de maquinário.
 - B) precisou das capacidades política e logística da Marinha, porque essa instituição construiu um amplo arco de aliança, composto pelos seus oficiais mais graduados e por variados setores sociais, como os trabalhadores urbanos e os produtores de açúcar.
 - C) resultou da conjugação de três forças, que estiveram momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, mas tinham profundas divergências: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas.
 - D) derivou da frágil articulação política das classes médias urbanas, que não se mostravam capazes de construir uma unidade de ação com outros setores sociais e, dessa forma, houve a necessidade da intervenção de setores do Exército.
 - E) contou com a decisiva ação de organizações de ex-escravos, que acusavam a Monarquia de protelar a extinção do escravismo, e dos cafeicultores do Vale do Paraíba, interessados em receber indenizações pelos escravos perdidos com a Lei Áurea.
8. **(VUNESP/2022) Oligarquia Cafeeira. A oligarquia cafeeira, como detentora dos maiores poderes políticos no período republicano, é responsável por algumas das deformações mais profundas da**



sociedade brasileira. Toda participação democrática na vida política se reduz aos grupos de pressão oligárquicos em disputa pelo controle das matérias que afetam os seus interesses.

(Darcy Ribeiro. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, 2008. Adaptado.)

A situação abordada no excerto remete a questões políticas presentes na Primeira República brasileira, tal como

- A) o estado de bem-estar social, que concentra as riquezas no governo federal.
 - B) a política coronelista, que confere privilégios à vontade popular.
 - C) o voto secreto, que inclui analfabetos e mulheres na política.
 - D) o neocolonialismo, que reforça o controle político do país pelas potências econômicas.
 - E) o patrimonialismo, que confunde as esferas de poder públicas e privadas.
9. **(VUNESP - PM-SP 2022 - Soldado) No texto da Constituição aprovado finalmente a 24 de fevereiro de 1891 [...], a Igreja foi forçada a resignar-se: casamento civil, ensino leigo, secularização de cemitérios, recusa de direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência (exime-se, portanto, o clero secular da cláusula restritiva).**

(Sérgio Lobo de Moura e José Maria Gouveia de Almeida. "A Igreja na Primeira República. In: Boris Fausto (org.). História geral da civilização brasileira, tomo III, 2º vol., 1990, p. 327-328)

Esses tópicos da primeira Constituição republicana

- A) impediram a participação política da hierarquia católica ao longo da República.
 - B) foram suspensos pela Constituição de 1934 com a adoção do regime do padroado.
 - C) impuseram o beneplácito do poder executivo federal às Bulas papais.
 - D) sujeitaram legalmente os bens dos mosteiros aos interesses do Estado.
 - E) referiam-se às relações entre o Estado e as instituições religiosas.
10. **(VUNESP – PM-SP – Soldado / 2021) A primeira Constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, inspirou-se no modelo norte-americano [...].**

(Boris Fausto, História concisa do Brasil, p. 141)

Esta Constituição

- A) concentrou as atribuições tributárias no governo central, e cabia aos municípios, a partir de recursos transferidos pela presidência da República, a organização da segurança, da saúde e da educação.
- B) decidiu que o Poder Executivo deveria ser exercido pelo presidente da República, com mandato de cinco anos e com direito à reeleição, desde que o candidato fosse escolhido em uma convenção partidária.



C) ampliou a participação política dos cidadãos, com o direito ao voto para todos os homens e mulheres maiores de 21 anos, com exceção dos cidadãos que não estudassem ou exercessem alguma atividade profissional remunerada.

D) permitiu, ao menos implicitamente, aos estados exercerem diversas atribuições, como contrair empréstimos externos e organizar forças militares próprias, além do direito expresso de decretar imposto sobre a exportação de suas mercadorias.

E) criou a Justiça Eleitoral, responsável pelo processo eleitoral em todos os estados brasileiros, e a Justiça do Trabalho, a quem cabia conciliar os interesses dos setores empresariais e os trabalhadores organizados em sindicatos por categoria.

11. (VUNESP - 2020 – EsFCEEx) **“Do ponto de vista político, o período da chamada ‘República Velha’ caracterizou-se pelo predomínio incontestado dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas.”**

(Maria Yedda Linhares (org). História Geral do Brasil)

Na prática, essa política oligárquica resultou

A) num movimento social marcado pelas ideologias sociais do século XX, sendo a intencional comunista sua manifestação mais latente.

B) num regime político de amplitude democrática diversa e sufragista, sendo um evento marcante as eleições de 1930.

C) numa relação intrínseca entre sociedade civil e vida política, sendo os comerciantes urbanos o principal exemplo dessa unidade.

D) num regime político apoiado no poder local, sendo o coronelismo uma de suas expressões mais presentes.

E) num conglomerado político centrado no sudeste brasileiro, sua maior expressão foi a revolução de 1930.

12. (VUNESP - 2020 – EsFCEEx) **“A primeira constituição da república se inspirou no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa Liberal. A chave da autonomia dos Estados – designação dada às antigas províncias – estava no artigo 65 § 2º da Constituição (de 1891). Aí se dizia caber aos Estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Desse modo os Estados ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias.”**

(Boris Fausto. História do Brasil)

A decorrência mais impactante do artigo da Constituição de 1891, citado no excerto, foi:

A) a criação de divisões regionais que se fortaleceriam para combater ações federais que ferissem seus interesses, gerando uma verdadeira anarquia entre os governos provinciais.

B) a organização de grupos separatistas das províncias, principalmente as mais ricas, que se fortaleceram para que o movimento ganhasse força e projeção nacional.



C) a formação de milícias estaduais capazes de se oporem às Forças Nacionais, sendo São Paulo a província que mais investiu no armamento de grupos submissos ao governo estadual.

D) o lucro das empresas provincianas que ocasionou a necessidade de intervenção Federal nas economias estaduais, além da quebra de acordos com o poder da União.

E) a possibilidade de contrair empréstimos no exterior, que seriam vitais para o governo paulista criar planos de valorização do café e decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias.

13. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2017) Observe a imagem a seguir:



A charge faz referência:

A) à Revolta da Chibata.

B) à Guerra do Contestado.

C) à comunidade de Canudos.

D) à Revolta da Vacina.

E) à Revolta Tenentista.

14. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014) Considere as imagens a seguir.





As duas bandeiras nacionais brasileiras representam, respectivamente,

- A) (1) os princípios do federalismo, que defendiam a descentralização política e a autonomia das unidades da federação; (2) os princípios do positivismo, que defendia a centralização política e a ditadura republicana.
- B) (1) o projeto americanófilo, que defendia que o Brasil se inspirasse no modelo de sociedade dos EUA; (2) o projeto nativista, que defendia o parlamentarismo em uma monarquia constitucional.
- C) (1) os interesses da elite liberal e ilustrada, habitante das grandes cidades; (2) os interesses da oligarquia paulista cafeeira aliada ao exército, responsável pelo golpe da República de 1889.
- D) (1) a perspectiva jacobina, mais radical e democrática, identificada com os lemas da Revolução Americana; (2) a perspectiva oligárquica, mais autoritária, identificada com as ideias de ordem e progresso.
- E) (1) o liberalismo econômico, de acordo com os interesses da nascente burguesia industrial; (2) o intervencionismo, de acordo com os interesses dos cafeicultores e grandes proprietários em geral.

15. (VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Sobre a Missão Francesa na Força Pública de São Paulo entre 1906 e 1914, assinale a alternativa correta.

- A) Foi o principal fator que exigiu o aumento do efetivo da Força Pública com homens bem treinados para garantir a segurança da província.
- B) Foi interrompida em 1914 devido aos problemas econômicos enfrentados por São Paulo relativos à queda no preço do café.
- C) Teve o apoio do Exército e da imprensa brasileira, o que garantiu seu retorno após a Primeira Guerra Mundial.
- D) Atuou ao mesmo tempo na instrução militar de tropas mineiras e paranaenses que vinham para São Paulo no período.
- E) Formada por integrantes do Exército francês, atuou na instrução militar da Força para atuação em movimentos grevistas e defesa territorial.



16. (VUNESP/PM-SP/2014 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Sobre a Força Pública na Primeira República brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) Constituiu uma força despreparada e destreinada contando com menos de 2 000 homens.
- B) Nesse período, deixou de participar de grandes campanhas, dada a nova organização política pós - 1889.
- C) Sofreu inúmeras alterações em seu nome, chegando a Força Pública somente no final da década de 1920.
- D) Constituiu-se ao longo do período num pequeno exército, dando força ao poder político de São Paulo no plano nacional.
- E) Manteve-se ligada institucionalmente ao Exército brasileiro, o que explica sua força e constantes reforços de efetivo.

17. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013) A partir de 1890, quando a capoeira foi criminalizada, através do artigo 402 do Código Penal, como atividade proibida (com pena que poderia levar de dois a seis meses de reclusão), a repressão policial abateu-se duramente sobre seus praticantes. Os capoeiristas eram considerados por muitos como “mendigos ou vagabundos”. Outras práticas afro-brasileiras, como o samba e os candomblés, foram igualmente perseguidas.

(Revista de História da Biblioteca Nacional, 21 jul.08).

A criminalização descrita no trecho pode ser associada:

- A) à política de valorização da diversidade promovida pela República, desde que não fossem práticas imorais.
- B) à dificuldade das autoridades da época de combaterem a malandragem e a prostituição sem o apoio da lei.
- C) à intenção da elite da República Velha de civilizar o país, reprimindo aspectos de uma cultura selvagem e primitiva.
- D) à iniciativa do poder público de proteger a população de práticas historicamente ligadas à vadiagem e à criminalidade.
- E) às marcas do racismo e da discriminação da cultura afro-brasileira, mesmo após a abolição da escravidão.

18. (VUNESP/PM-SP/2013 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Desde a sua criação, em 1831, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) recebeu inúmeras denominações. Assinale a alternativa que apresenta o nome que a PMESP já ostentou no século XX.

- A) Corpo de Municipais Permanentes.
- B) Guarda de Polícia.
- C) Força Pública.
- D) Corpo de Municipais Provisórios.



E) Brigada Policial.

19. (VUNESP/PM-SP/2013 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Após a Proclamação da República no Brasil, houve uma necessidade crescente de fortalecimento das forças regionais no contexto federativo. Nesse cenário, a então Província de São Paulo contratou uma Missão de instrução militar francesa no período de 1906 a 1914. Tal missão:

A) foi constituída por oficiais da Polícia francesa instruídos nas mais eficazes técnicas de emprego de forças de segurança na época.

B) havia instruído, em anos anteriores e com grande sucesso, as forças de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

C) constituída por mais de 100 (cem) oficiais franceses, foi determinante na organização da frota da Polícia de São Paulo.

D) contou com o apoio do Exército brasileiro e da Imprensa, devendo a isso seu enorme prestígio popular.

E) foi comandada inicialmente pelo oficial francês Paul Balagny, que, entre outros feitos, organizou a criação da futura Escola de Educação Física da PMESP.

20. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011) Em 1890 a população geral do estado de São Paulo era de 1384753 e já em 1900 quase dobrou o número de habitantes, com a estimativa de um total de 2279608. No período relacionado, do total de 1 351459 imigrantes entrados no país, temos 690365 italianos (de 1890 a 1899), equivalente a 51%. Somente o estado de São Paulo absorveu mais da metade dos imigrantes, num total de 430 243 italianos no mesmo período. (...) A entrada de trabalhadores europeus e seus familiares estava além da atração exercida pela cafeicultura, o artesanato e a indústria. Ao lado do estímulo oferecido pelo subsídio e o trabalho na lavoura, havia na Europa mudanças significativas e generalizadas que impulsionaram a liberação de habitantes dos setores agrícolas e também das cidades. O desejo por trabalho e uma vida melhor na América colocou os imigrantes italianos entre as principais etnias preferidas pela política imigratória paulista.

(Rosana Aparecida Cintra. In Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca, 2010.)

A partir do texto, é correto reconhecer que o grande fluxo de imigrantes para São Paulo relaciona-se com

A) a determinação do governo imperial em subsidiar a vinda de imigrantes, que recebiam na província de São Paulo pequenas propriedades, conforme estabelecia a Lei de Terras, aprovada em 1850.

B) a insistência do parlamento brasileiro – dominado pela elite escravocrata – em instituir cotas nacionais de imigração para a província de São Paulo, privilegiando italianos e japoneses.

C) o enorme crescimento da atividade industrial em todas as regiões brasileiras, associado ao interesse do governo italiano em mandar para a América militantes políticos radicais, como os fascistas.

D) a exigência dos proprietários rurais brasileiros em aceitar a abolição da escravatura apenas diante da elaboração de um projeto de imigração exclusivamente de italianos, por serem brancos e cristãos.



E) a necessidade de mão de obra para várias atividades econômicas, assim como as condições desfavoráveis para que as pessoas permanecessem em algumas regiões da Europa.

21. (VUNESP 2008 – Soldado PM 2ª Classe) Após a Proclamação da República, o Congresso Constituinte brasileiro aprovou a Constituição de 1891, que teve como uma de suas características

A) o estabelecimento de quatro poderes harmônicos e independentes entre si, sendo um deles o poder moderador do Presidente da República.

B) o direito de voto aos cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias como, por exemplo, os analfabetos e os mendigos.

C) o dever de todos os cidadãos brasileiros praticarem o culto ao catolicismo, considerado religião oficial por determinação do governo.

D) a garantia do direito de qualquer cidadão brasileiro, maior de 21 anos, poder candidatar-se ao mandato de Senador vitalício da República.

E) a instauração do sistema parlamentarista, no qual o primeiro ministro possuía mais poderes políticos do que o Presidente da República.

CEBRASPE

22. (CEBRASPE/2024) República Velha. Tendo em vista a dinâmica, as relações, as rupturas e transformações da organização sociopolítica, econômica e cultural no Brasil República, assinale a opção correta.

A) Com a Proclamação da República, as antigas províncias foram transformadas em estados federativos.

B) Durante o período da República Velha, a maior parte dos presidentes foram militares.

C) O chamado Movimento Tenentista promoveu a Revolução de 1937.

D) Durante a República Velha, os industriais foram os principais influentes e dirigentes políticos.

E) Na República Velha, Minas Gerais era o estado brasileiro com a maior concentração industrial do país.

23. (CEBRASPE/2024) Movimentos Sociais. A Primeira República (1889-1930) foi marcada pela presença de fortes movimentos sociais que expuseram a desigualdade social no Brasil. Com referência a esses movimentos, assinale a opção correta.

A) Os movimentos restringiram-se ao meio rural, visto que as primeiras greves operárias ocorreriam posteriormente, na Era Vargas.

B) O movimento do Contestado teve forte teor republicano, rejeitando o messianismo em prol da laicidade do Estado.

C) O arraial de Canudos estabeleceu um regime de igualdade social anárquico, nem republicano nem imperial.



- D) O cangaço pode ser interpretado como resultado da opressão do coronelismo e da pobreza da população do semiárido.
- E) A atuação do Padre Cícero caracterizou-se pelo seu envolvimento na política, rechaçando o movimento do cangaço.

Acerca do período republicano no Brasil, julgue os próximos itens.

24. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019) A pouca delimitação constitucional das atribuições entre poderes e entidades federativas levou a conflitos políticos na Primeira República. Apenas com a chamada Política dos Governadores, pautada por Campos Sales, o Brasil alcançou maior grau de estabilidade política.
25. (CEBRASPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata) Considerando a célebre frase de Karl Clausewitz: “A guerra é a continuação da política por outros meios”, julgue (C ou E) o item a seguir, a respeito da participação brasileira no Teatro da Guerra ao longo de sua história.

Aliado comercial das principais potências beligerantes, o Brasil declarou neutralidade na Primeira Guerra Mundial e enfrentou represálias impostas pelos ingleses às nações que mantiveram relações comerciais com a Alemanha. O país manteve essa posição até o final do conflito, a despeito da pressão exercida pelo governo dos Estados Unidos da América para o estabelecimento de um bloco americano contrário aos germânicos.

26. (CEBRASPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata) A história da República brasileira foi marcada por rupturas institucionais. Com relação às crises na República, julgue (C ou E) o seguinte item.

A governabilidade do Brasil durante a chamada República Oligárquica foi alcançada com o que a historiografia convencionou chamar de Política dos Governadores, instituída por Campos Sales. Essa medida tornou possível a articulação entre os interesses das oligarquias estaduais e os do governo federal. O frágil equilíbrio então alcançado teve fim com a crise da década de 20 do século passado, que levou a disputas entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais e resultou no início do Governo Vargas em 1930.

27. (CEBRASPE - 2017 - Instituto Rio Branco - Diplomata) A Primeira República caracterizou-se pelo regime oligárquico e pela economia agroexportadora. Com relação a esses assuntos, julgue (C ou E) o item a seguir.

Na década de 20 do século XX, o movimento tenentista contou com importante participação de oficiais tanto do Exército como da Marinha, tendo apontado os males causados pelo poder excessivo da oligarquia e defendido a descentralização do poder político, além de uma política econômica nacionalista.

FCC

28. (FCC - 2018 - Câmara Legislativa do Distrito Federal - Consultor Legislativo - Redação Parlamentar)

(...) entre o mandão de uma cidadezinha e o presidente da República, surgiu uma instância intermediária, que barganhava favores, empregos e verbas em troca de apoio político. Esse arranjo



consistia no núcleo da política dos governadores que, entre 1898 e 1930, dominou a República Velha. Campos Sales, seu idealizador, é, por isso mesmo, considerado um político sagaz e de grande imaginação.

(DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil: do descobrimento à globalização*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 305)

A denominada política dos governadores

- A) desestabilizou o poder dos coronéis, principalmente no Nordeste, além de reduzir o chamado voto de cabresto e as fraudes nas eleições.
- B) garantiu aos governos estaduais desenvolver políticas sociais e econômicas voltadas à autonomia dos grupos locais,
- C) fortaleceu o poder Legislativo que passou a neutralizar as forças políticas hegemônicas dos estados mais ricos da federação.
- D) representou uma estratégia de troca de apoio político entre as oligarquias estaduais e o governo central, fortalecendo o poder executivo.
- E) promoveu o diálogo e as negociações entre grupos oligárquicos que, durante o período monárquico, promoveram sérios conflitos.

29. (FCC - 2018 - TRT - 15ª Região (SP) - Analista Judiciário - História) Entre as causas da Revolta da Vacina (1904), encontram-se

- A) as medidas autoritárias tomadas pelo governo estadual no processo de higienização da cidade e as revoltas sociais causadas pelo “encilhamento”, política econômica que provocou inflação, falências e desemprego no começo da República.
- B) a indignação popular causada pela repressão ao levante dos marinheiros negros contrários aos castigos corporais nos navios da Marinha de Guerra, e as barricadas urbanas decorrentes da intervenção policial nos morros cariocas, em perseguição aos capoeiras.
- C) a imposição de regras de moradia popular, com base na política sanitária vigente, e a rebelião popular organizada pelo partido monarquista, que acusava a República emergente de anticonstitucionalismo e militarismo.
- D) as tensões sociais urbanas causadas pelo deslocamento de populações pobres do centro por causa das reformas urbanísticas do Rio de Janeiro e as tensões políticas envolvendo grupos positivistas e liberais na Primeira República.
- E) a insatisfação dos cariocas com a tentativa de golpe militar pelos partidários do Presidente Prudente de Moraes, e a reação popular causada pela obrigatoriedade da vacinação contra a Febre Amarela, extensiva a todos os bairros da cidade.

30. (FCC - 2018 - TRT - 15ª Região (SP) - Analista Judiciário - História) O coronelismo na Primeira República era um sistema político baseado na



- A) nomeação de patentes militares entre os potentados locais, subordinados aos generais superiores que ocupavam postos na política nacional.
- B) troca de favores políticos entre mandatários locais e grupos oligárquicos dominantes em nível estadual e nacional, em cujo centro estava o controle do voto e dos cargos públicos nos municípios.
- C) nomeação de Interventores Municipais pelo governo estadual, que ganhavam patentes militares para exercer funções de polícia.
- D) troca de favores políticos entre o governo estadual e os latifundiários locais, formando um grupo oligárquico que era contrário às eleições municipais.
- E) nomeação de interventores municipais, os coronéis, por tempo determinado, enquanto durassem as eleições estaduais e presidenciais.

31. **(FCC - 2018 - TRT - 15ª Região (SP) - Analista Judiciário - História) A constituição de 1891 EXCLUIU as seguintes categorias do corpo eleitoral: mendigos, analfabetos,**

- A) militares de baixa patente e membros do clero regular.
- B) mulheres e soldados do exército republicano.
- C) cidadãos que não comprovassem renda de 100 mil réis anuais, e escravos.
- D) religiosos vinculados às diferentes crenças, e estrangeiros.
- E) imigrantes não naturalizados, e libertos.

OUTRAS BANCAS

32. **(IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019) Fazem parte da galeria de Presidentes da República Velha, exceto:**

- A) Prudente de Moraes.
- B) Rodrigues Alves.
- C) Campos Salles.
- D) Juarez Távola.
- E) Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

33. **(IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019) Leia o texto a seguir: “Como presidente da República [Arthur Bernardes] fui apenas um chefe de polícia. E, chefe de polícia ante as pressões revolucionárias, só sabia fazer uma coisa: prender, perseguir, conter pelo terror”**

(DORIA, Pedro. Tenentes: a guerra civil brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2016.)



As pressões revolucionárias a que Arthur Bernardes se referia foram a(o):

- A) Revolta da Chibata, a Revolução Constitucionalista e a Revolta da Vacina.
- B) Levante do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes e a Revolução Paulista de 1924.
- C) Greve Geral de 1917, a Segunda Revolta da Armada e a Revolução Federalista.
- D) Sedição de Juazeiro, a Primeira Revolta da Armada e o Tenentismo
- E) Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado e a Revolução de 1930

34. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019) Leia e responda:

“O repórter do jornal A Tribuna, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um negro acapoeirado frases que bem expressam a natureza da revolta e esse sentimento de orgulho. Chamando o repórter de cidadão, o preto justificava a revolta: era ‘para não andarem dizendo que o povo é carneiro’. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem. (..) O mais importante ‘era mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo’”.

(CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados do poder: O Rio de Janeiro e a república que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987*)

Mesmo que a vitória na Revolta da Vacina não tenha sido traduzida em mudança política imediata além da interrupção da vacinação, podemos apontá-la como:

- A) conflito de natureza social, pois a política higienista associava a população negra, recém liberta, aos males que impediam o desenvolvimento do Brasil e, assim, pretendiam embranquecer os grandes centros urbanos.
- B) momento singular da política brasileira, pois não se restringiu aos grandes centros urbanos, mas alastrou-se para o interior que também sofria a política higienista do início do século XX.
- C) modelo de revolta popular baseada na desinformação pois a oposição ao governo impedia a imunização da população e dava continuidade à disseminação de doenças infectocontagiosas.
- D) um movimento de grandes proporções, mas comum ao final do século XIX, que opunha os governos republicanos nas cidades à população recém liberta da escravidão rural que migrava para os centros urbanos.
- E) exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito do cidadão de não serem arbitrariamente tratados pelo governo.

35. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019) Em 1917, houve a primeira greve geral do Brasil, uma paralização que durou 30 dias e marcou o início da ação política do proletariado nacional.

Assinale a opção que indica corretamente quais grupos lideraram o movimento grevista e as reivindicações dos trabalhadores.

- A) A liderança coube aos recém-criados partidos socialistas e reivindicavam aumento salarial e fim da exploração da mão de obra abaixo de 14 anos.



- B) Foi liderada, em sua maioria por anarquistas e reivindicavam jornada de 8 horas de trabalho e proibição de mulheres nos turnos da noite.
- C) Os socialistas utópicos estiveram a frente do movimento e reivindicavam a gestão coletiva das fábricas e divisão dos lucros.
- D) O movimento foi organizado por lideranças católicas e reclamavam por melhores condições de vida e trabalho para os operários.
- E) A greve foi liderada por socialistas libertários e reivindicavam férias anuais e seguridade social para os trabalhadores.

36. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019) Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, “civilidade”.

(HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 146-47)

A noção de “homem cordial” e o impacto de sua conduta no plano social e político levam à conclusão de que

- A) não significando traço de civilidade, a cordialidade brasileira representa uma projeção ideológica que oculta a desigualdade e a violência das relações sociais e políticas.
- B) o homem cordial representa um modelo ideal de sujeito, que contribui para definir, no cenário político brasileiro, a virtude pública da impessoalidade.
- C) o homem cordial pode ser visto como o resultado de uma formação social marcada pelo predomínio da esfera pública e pelo primado das relações pessoais.
- D) a definição apresentada por Sergio Buarque de Holanda para o homem cordial entra em contradição com a dimensão violenta da política, bem como com as relações sociais no Brasil.
- E) as raízes do homem cordial vicejam na estabilidade do espaço público brasileiro, que admite tanto a moderação do comportamento como a adoção de regras pessoais.

37. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019) Tanto o episódio de Canudos quanto o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a hegemonia e vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “a qualquer custo.”

(SEVCENKO, Nicolau. *Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. IN: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil: República – da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 27)



Os objetivos pretendidos pelas revoltas de Canudos, da Vacina e pelo discurso modernizador da República mostram que

- A) ambas as revoltas retrataram os objetivos de um projeto de expansão do discurso republicano modernizador, exigindo investimentos estatais na ampliação de serviços coletivos.
- B) tendo sido de caráter pró-republicano, as revoltas de Canudos e da Vacina alinharam-se com uma ala mais radical do movimento, o qual questionava os limites impostos pelas elites ao novo regime e defendia uma república pautada na ampla promoção dos direitos sociais.
- C) antirrepublicanas, as revoltas de Canudos e da Vacina foram motivadas pela reação de grupos urbanos ao processo de expansão da influência da empresa ferroviária Brazil Railway Company, respectivamente nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.
- D) antirrepublicanas, as revoltas da Vacina e de Canudos representaram reações aos projetos de gestão social abstratos, absorvidos de modelos europeus e que se caracterizavam, principalmente, por iniciativas de modernização autoritária das grandes cidades do Brasil.
- E) Canudos e a Revolta da Vacina representaram formas populares de reações a um modelo de república que se revelou incapaz de contemplar, homoganeamente, as populações rurais e urbanas.

38. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019) Ao tratar do processo eleitoral na Primeira República (1889-1930), um professor do 8º ano apresentou aos alunos a seguinte caricatura, publicada na Revista da Semana, de julho de 1909, além de destacar um trecho sobre as eleições de 1910:



“Para compreender a dramaticidade do período, o conceito de cultura política é fundamental porque, assim, pode se conferir inteligibilidade aos valores, às vontades, às preferências e aos ideais que fluíam naquela sociedade e que se agruparam e se dividiram em torno das duas candidaturas - militarista, com Hermes da Fonseca, e civilista, com Rui Barbosa. Ao longo da batalha pelos votos, duas culturas políticas se consolidam, aglutinam adeptos e se opõe eleitoralmente [...]. Nesse combate [...], A imprensa era tanto palco quanto personagem na trama política da Primeira República”.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicury, 2011. (Adaptado)

Sobre a disputa eleitoral de 1910, afirmação de que “a imprensa era tanto palco quanto personagem na trama política da Primeira República” pode ser explicada da seguinte forma:

- A) A imprensa foi palco, pois era o espaço do debate e da luta, e também personagem ao fazer-se, ela mesmo, participe de batalha eleitoral.
- B) A imprensa se fazia palco, pois dava voz aos dois lados da disputa presidencial, e também personagem por apresentar-se como uma terceira via.
- C) A imprensa foi personagem, ao tomar posição política, seja ao lado de civilistas ou militaristas, e palco, ao encenar, dramaticamente, a disputa.
- D) A imprensa transformou a disputa eleitoral em entretenimento devido ao teor dos textos publicados nos jornais, por isso foi ao mesmo tempo palco e personagem.

39. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - História) Considerando a economia no Brasil durante a República Velha, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Foi caracterizada pela grande variedade de produtos fundamentais para a pauta de exportação do país, sobretudo a produção agropecuária de soja, algodão e carne.
- B) Era baseada na grande produção de café, maior produto de exportação, que enriqueceu elites agrárias do sudeste do país, fazendo-as detentoras do poder político.
- C) Estabelecida na industrialização praticada no Império a partir dos investimentos do Visconde Mauá, tinha na produção rural um sustentáculo para a indústria na região do Rio de Janeiro e de São Paulo.
- D) Estava em crise desde o fim do Império com a queda da produção cafeeira após a Lei Áurea, o que causou desentendimentos entre os fazendeiros e o governo, tornando conturbado o início da república.

40. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - História) No que diz respeito à Guerra de Canudos, pode-se afirmar corretamente que

- A) a oposição ao Estado laico da República, que instituiu o casamento civil e a secularização dos cemitérios, associada à miséria e ao abandono do povo, caracterizam a comunidade de Antônio Conselheiro.
- B) ocorreu no sertão nordestino, mas o objetivo de Antônio Conselheiro era espalhar aquele modelo socialista de comunidade a todos os cantos do Brasil com apoio dos antimonarquistas.



C) o discurso messiânico e sebastianista de Conselheiro tinha guarida entre os donos de terra que criticavam a República, pois faziam parte da elite monarquista deposta pelo golpe de 1889.

D) apesar de alguma simpatia popular, Canudos não teve apoio das populações das cidades vizinhas, devido aos saques e às invasões promovidas pelos jagunços liderados por Conselheiro.

41. (CONSULPLAN - 2018 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros) A política do café com leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal

A) durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de café e leite.

B) durante a Nova República para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de café e leite.

C) durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de leite e café.

D) durante a Nova República para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de leite e café.

42. (MPE-GO - 2018 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) Acerca da história de nosso país, assinale a alternativa incorreta:

A) a Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15/11/1889 até a Revolução de 1930;

B) a chamada República velha é dividida pelos historiadores em dois períodos: República da Espada e República Oligárquica;

C) Durante a República Velha, os coronéis tinham um domínio sobre suas terras e uma influência sobre algumas regiões. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores em seus currais eleitorais, que eram regiões controladas politicamente pelos coronéis, para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. Esse tipo de voto era conhecido como “voto de cabresto”.

D) a constituição de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e a primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a República;

E) O primeiro período da República velha, chamado de República da Espada, foi dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos, e vai da Proclamação da República do Brasil, em 15 de Novembro de 1889, até a posse do primeiro presidente civil, Washington Luís.

43. (IBADE - 2017 - SEE -PB - Professor de Educação Básica 3 - História)





Disponível em:
<http://brasil.indymedia.org/images/2010/11/481046.jpg>. Acesso em 13.10.2017.

Em 1910, o Almirante Negro João cândido abalou as estruturas da Marinha do Brasil quando, juntamente com outros marinheiros, tomou os navios e apontou os canhões para o Rio de Janeiro exigindo o fim dos maus tratos na Marinha. Esse movimento social foi a(o):

- A) Revolta da Chibata.
- B) Levante dos Quilombolas.
- C) Levante dos Encouraçados
- D) Revolta da Armada.
- E) Revolta da Esquadra.

44. (IBADE - 2017 - SEE -PB - Professor de Educação Básica 3 - História) Observe a caricatura.



Caricatura de Oswaldo Cruz limpando o Morro da Favela (O Malho, nº 247, 08/06/1907).

Disponível em:
http://www.buala.org/sites/default/files/imagecache/full/2014/01/imagem_1.jpg. Acesso em 13.10.2017.



A imagem acima está relacionada:

- A) à prática do voto do cabresto.
- B) ao projeto de embelezamento das favelas de Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz.
- C) ao projeto de reforma da capital da República.
- D) às medidas saneadoras de Oswaldo Cruz.
- E) ao projeto de erradicação das favelas.

45. (MPE-GO - 2017 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) O Coronelismo, fenômeno social e político típico da República Velha, embora suas raízes se encontrem no Império, foi decorrente da:

- A) promulgação da Constituição Republicana que institui a centralização administrativa, favorecendo nos Estados as fraudes eleitorais.
- B) supremacia política dos Estados da região sul - possuidores de maior poder econômico - cuja força advinha da maior participação popular nas eleições.
- C) montagem de modernas instituições - autonomia estadual, voto universal - sobre estruturas arcaicas, baseadas na grande propriedade rural e nos interesses particulares.
- D) instituição da Comissão Verificadora de Poderes que possuía autonomia para determinar quem deveria ser diplomado deputado - reconhecendo os vitoriosos nas eleições.
- E) predominância do poder federal sobre o estadual, que possibilitava ao governo manipular a população local e garantir à oligarquia a elaboração das leis.

46. (MPE-GO - 2017 - MPE-GO - Oficial de Promotoria) Acerca da história de nosso país, assinale a alternativa incorreta:

- A) A Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15/11/1889 até a Revolução de 1930;
- B) A chamada República velha é dividida pelos historiadores em dois períodos: República da Espada e República Oligárquica;
- C) Durante a República Velha, os coronéis tinham um domínio sobre suas terras e uma influência sobre algumas regiões. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores em seus currais eleitorais, que eram regiões controladas politicamente pelos coronéis, para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. Esse tipo de voto era conhecido como "voto de cabresto".
- D) A Constituição de 1891 foi a segunda constituição do Brasil e a primeira no sistema republicano de governo, marcando a transição da monarquia para a República;



E) O primeiro período da República velha, chamado de República da Espada, foi dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos, e vai da Proclamação da República do Brasil, em 15 de Novembro de 1889, até a posse do primeiro presidente civil, Washington Luís.

47. (MPE-GO - 2017 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) O Coronelismo, presente nos primórdios da República Brasileira, representou uma variante do fenômeno sociopolítico amplo denominado como clientelismo. O “Coronel” era responsável por controlar os votos em sua região de domínio, recebendo em troca privilégios e favores dos grandes grupos políticos da cena nacional, com o fim de manter seu poder e influência na região. Contribuíram para o surgimento do Coronelismo, EXCETO:

- A) A desigualdade social.
- B) A impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos.
- C) A precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado.
- D) Inexistência de uma carreira no serviço público.
- E) O fortalecimento das instituições estatais.

48. (IDECAN - 2016 - SEARH - RN - Professor de História) Trecho I

“O governo se encarregava de comprar os excedentes da exportação de café com financiamento de bancos estrangeiros, financiamento a ser pago através de um novo imposto, fixado em ouro, sobre a exportação do produto; paralelamente a isso, tratou-se de tomar medidas para desencorajar a expansão das plantações.” (Lopes, 1983.)

Trecho II

“Durante o mandato de Campos Sales, o governo federal, para fazer face ao extremo federalismo vigente, (...) resolveu estabelecer acordos políticos com outras instâncias de governo, a fim de garantir a formação de Congressos dóceis às diretrizes presidenciais.” (Lopes, 1983.)

Os trechos I e II abordam, especificamente, duas práticas políticas que fizeram parte do contexto da República Oligárquica no Brasil. Trata-se, respectivamente:

- A) Coronelismo e Patrimonialismo.
- B) Política do café-com-leite e Campanha Civilista.
- C) Socialização das perdas e Política dos governadores.
- D) Particularização das dívidas e Verificação de Poderes.

49. (MPE-GO - 2015 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) No início da Primeira República (1889-1930), a oligarquia governante teve que enfrentar, no sertão baiano, um movimento social denominado:

- A) Cabanagem.



B) Campanha Civilista.

C) Levante do Contestado.

D) Revolta de Canudos.

E) Revolução Farroupilha.

50. **(MPE-GO - 2015 - MPE-GO - Secretário Auxiliar) A República Brasileira começou com um Governo Provisório encabeçado por:**

A) Benjamin Constant.

B) D. Pedro I.

C) D. Pedro II.

D) Marechal Deodoro da Fonseca.

E) Marechal Floriano Peixoto.



GABARITO

GABARITO



- | | | |
|-------|---------------|-------|
| 1. C | 18. C | 35. B |
| 2. A | 19. E | 36. A |
| 3. E | 20. E | 37. E |
| 4. E | 21. B | 38. A |
| 5. B | 22. A | 39. B |
| 6. D | 23. D | 40. A |
| 7. C | 24. CORRETO | 41. A |
| 8. E | 25. INCORRETO | 42. E |
| 9. E | 26. CORRETO | 43. A |
| 10. D | 27. INCORRETO | 44. D |
| 11. D | 28. D | 45. D |
| 12. E | 29. D | 46. E |
| 13. D | 30. B | 47. E |
| 14. A | 31. A | 48. C |
| 15. E | 32. D | 49. D |
| 16. D | 33. B | 50. D |
| 17. E | 34. E | |



RESUMO

Primeira República.

Proclamação da República (1889) e República da Espada (1889-1894)

- ✓ Em 15 de novembro de 1889, formou-se o governo provisório republicano, responsável por dirigir o país com o fim da monarquia. Esse governo foi organizado por militares, cafeicultores e profissionais liberais, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.
- ✓ As primeiras medidas adotadas por Deodoro foram: instituição do **federalismo** (as províncias foram transformadas em estados com maior autonomia administrativa); localizada no Rio de Janeiro, a sede do governo federal recebeu o nome de **Distrito Federal** e passou a ser a capital da República; ocorreu a separação entre o Estado e a Igreja (fim do regime do **padroado**, por meio do qual o Estado controlava a Igreja Católica); criação do **regime civil de nascimento** e do **casamento civil** (até então, existia somente a certidão de batismo e o casamento só poderia acontecer na Igreja); criação de novos símbolos nacionais (nova bandeira em substituição à bandeira monárquica, com o lema **positivista** “Ordem e Progresso”) e a promulgação da lei da grande naturalização (estabelecida em 1890, declarava cidadãos brasileiros os estrangeiros residentes no Brasil).
- ✓ Durante o Governo Provisório, instituiu-se a chamada **Política do Encilhamento** pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, a partir de janeiro de 1890. O nome se deve, possivelmente, porque tal reforma produziu um movimento intenso na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o qual lembrava o Jockey Club em dias de corrida. Seus investidores eram comparados a apostadores.
- ✓ A reforma procurava estimular o crescimento econômico e desenvolver a indústria, para isso, o governo permitiu que os bancos da Bahia, SP, RJ e Rio Grande do Sul emitissem grande quantidade de moeda, cujas garantias (**lastro**) eram os títulos de dívida pública.
- ✓ Contudo, a grande quantidade de dinheiro que passou a circular não representava a produção real da economia, o que gerou uma intensa **inflação** (aumento generalizado dos preços). Além disso, com o grande volume de dinheiro emitido (também chamado de **crédito**), surgiram as chamadas “empresas-fantasmas”, as quais apareceram somente para conseguir o crédito facilitado e, posteriormente, declarar falência.
- ✓ Nesse cenário, muitos cafeicultores protestaram contra a política econômica, uma vez que tais medidas não os interessavam por darem maior atenção à indústria do que ao café. Pressionado, Rui Barbosa se demitiu em janeiro de 1891.
- ✓ A partir de 15 de novembro de 1890, reuniu-se no RJ a Assembleia Constituinte, com o intuito de elaborar uma nova Constituição, dessa vez republicana, que foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Dentre suas principais características, temos: Governo **Presidencialista** e Estado **Federalista**; **divisão dos poderes** (Executivo, Legislativo e Judiciário independentes, com a exclusão do Poder Moderador, presente na Constituição de 1824); direito de voto aos brasileiros maiores de 21 anos, **exceto** os analfabetos, mendigos, soldados, religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e mulheres. O voto era **aberto**, ou seja, os eleitores deveriam revelar em quem estavam votando, sofrendo pressões de grandes fazendeiros no momento do voto.
- ✓ Após a elaboração da Constituição, a Assembleia Constituinte foi transformada em Congresso Nacional, responsável por eleger o primeiro presidente e o vice-presidente da República. Nas eleições de 1891, concorreram Prudente de Moraes para presidente e Floriano Peixoto para vice, com o apoio da oligarquia cafeeira paulista, e os setores militares insistiram na candidatura de Deodoro da Fonseca e do almirante Eduardo Wandenkolk, como presidente e vice, respectivamente.



- ✓ A vitória ficou com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, de chapas distintas. Contudo, Deodoro não possuía apoio político suficiente para governar o país. Decidiu, em novembro de 1891, fechar o Congresso e prender seus principais líderes, mas a oposição política se organizou e protestou contra o autoritarismo do presidente. Membros da Marinha, sob a liderança do almirante Custódio José de Melo, ameaçavam bombardear o RJ com os navios de guerra ancorados no porto. Esse fato ficou conhecido como a **Primeira Revolta da Armada**. Em meio a isso, Deodoro renunciou à presidência em 23 de novembro de 1891, e o cargo foi ocupado pelo seu vice, Floriano Peixoto.
- ✓ Com o apoio das forças políticas de São Paulo e por influentes setores das forças armadas, Floriano chegou ao poder e instituiu, entre suas primeiras medidas, o afastamento de chefes de governo estadual indicados por Deodoro e a reabertura do Congresso Nacional. Ademais, estimulou a industrialização do Brasil por meio da facilitação da importação de equipamentos industriais e de financiamento para empresários da indústria. Tal medida ocasionou uma reação negativa dos fazendeiros tradicionais do país.
- ✓ Floriano possuía atitudes autoritárias em seu governo, dessa forma, seu governo passou a sofrer oposição política, a qual alegava que novas eleições deveriam ser convocadas, como previa a Constituição. Porém, Floriano permaneceu no mandato até o seu final, em 1894. Ele ficou conhecido, por conta de sua forma enérgica de lidar com os adversários, como **Marechal de Ferro**. O governo que iniciou com Deodoro e terminou com Floriano é conhecido como **República da Espada** (em razão do governo militar).
- ✓ A oposição ao governo de Floriano continuou existindo, o que ocasionou a **Segunda Revolta da Armada**. Em março de 1892, 13 generais enviaram uma carta-manifesto ao presidente, exigindo a convocação de novas eleições. Ao receber o documento, Floriano puniu os militares, afastando-os das forças armadas. No RJ, Custódio José de Melo liderou o segundo levante, em setembro de 1893, quando 15 navios bombardearam o RJ. Com o apoio do Partido Republicano Paulista (liderado pelos cafeicultores de SP) e do exército, o governo dominou os revoltosos.
- ✓ Floriano também enfrentou, no mesmo ano, um conflito entre dois grupos políticos: o Partido Republicano Rio-Grandense (apelidados de **pica-paus**) e o Partido Federalista (apelidados de **maragatos**). O primeiro defendia um governo republicano com sistema presidencialista; o segundo partido também defendia um governo republicano, mas com sistema parlamentarista.
- ✓ Os federalistas estavam insatisfeitos com o governo (após a renúncia de Deodoro) e se mostravam contrários ao sistema **presidencialista**. Dessa forma, desejavam a deposição do republicano Júlio de Castilho (eleito Presidente do Estado do RS) e ansiavam por um governo **parlamentarista**, sobretudo, para a descentralização do poder. Os federalistas, por sua vez, estavam do lado de **Floriano** e acreditavam no nacionalismo, na consolidação do sistema republicano (desde a Proclamação da República em 1889), na centralização do poder e na modernização do país.
- ✓ Esse episódio ficou conhecido como **Revolução Federalista** e terminou somente em 1895, já na presidência de Prudente de Moraes, deixando um saldo de mais de 10 mil mortos. Ao contrário de Floriano, Prudente ficou conhecido como “Pacificador” e assinou um tratado de paz com os maragatos, em 23 de agosto de 1895, estabelecendo a derrota definitiva dos maragatos pelos pica-paus.

República Velha (1894-1930)

- ✓ Esse período também é conhecido como **República das Oligarquias** (por conta de o poder estar centrado nas mãos de grandes proprietários de terras, os fazendeiros, também conhecidos como **coronéis**: oligarquia = governo de poucos), **Primeira República** (denominação utilizada por Boris Fausto) e **República do Café com Leite** (em referência ao predomínio de políticos de SP e MG, grandes produtores de café e leite). Esse sistema de dominação nas mãos dos coronéis ficou conhecido como **coronelismo**.



- ✓ A força dos coronéis era tamanha que chegava, também, às cidades, e os principais empregos e cargos estavam submetidos à sua influência pessoal. A maioria das pessoas procurava se aproximar dos coronéis para conseguir favores, o que caracterizava uma relação de **clientelismo** (prática de premiar, com favores, o grupo de pessoas que demonstrava fidelidade política aos coronéis).
- ✓ Durante a Primeira República, a política funcionava em um sistema de troca de favores. A economia, por sua vez, era composta pela agricultura exportadora, sobretudo cafeeira; nesse período também ocorreu o desenvolvimento da indústria.
- ✓ Nesse sistema de favores, os coronéis também exigiam que os eleitores votassem naqueles candidatos que eles indicassem (para governador, prefeito, vereador, presidente da república, deputados e senadores). As pessoas que se negassem estavam sujeitas à violência dos **jagunços** (capangas que trabalhavam nas fazendas e perseguiam os inimigos do coronel).
- ✓ Durante as eleições, que eram abertas, os jagunços controlavam os votos de cada pessoa. Tal prática, do voto aberto dado sob pressão, ficou conhecida como **voto de cabresto**. Além dessa prática, existia também as fraudes eleitorais: documentos falsificados para menores de idade e analfabetos votarem, pessoas que haviam falecido eram inscritas como eleitoras (o chamado **eleitorado fantasma**), urnas eram violadas e votos eram adulterados.
- ✓ O coronel mais poderoso em cada município ou região firmava alianças com outros fazendeiros para eleger o governador do estado. Em troca, o governador retribuía o apoio destinando verbas para a construção de obras nos municípios por eles controlados. Em razão de tais alianças, o poder político dos estados permanecia nas mãos de um mesmo grupo político. Ao final de cada mandato, o governador passava o poder para um parente ou correligionário.
- ✓ Campos Sales, fazendeiro e político paulista, foi o segundo presidente civil e um dos principais responsáveis pelas alianças entre governadores de estado e governo federal. Tal sistema de alianças é conhecido como **política dos governadores**, que consistia na troca de favores entre os governadores de estado, que apoiavam o governo federal elegendo deputados federais e senadores favoráveis ao presidente. Em troca, o presidente apoiava os governadores concedendo verbas, empregos e favores para seus aliados políticos.
- ✓ Nesse período, não existia a justiça eleitoral independente. Contudo, no Congresso existia a **Comissão Verificadora** das eleições, responsável pelo julgamento eleitoral. Embora fosse um órgão do Poder Legislativo, a Comissão trabalhava a serviço do presidente da República e distorcia, na prática, resultados das urnas, aprovando nomes de deputados e senadores que apoiavam o governo. Além disso, era comum colocar obstáculos ao reconhecimento da vitória de candidatos opositores, sendo assim, muitos desses nomes eram eliminados do cenário político, prática esta que ficou conhecida como a **degola**.
- ✓ Por meio dessas alianças e fraudes, as oligarquias rurais se mantiveram no poder durante grande parte da Primeira República. Quase todos os presidentes desse período foram eleitos com o apoio dos paulistas ligados ao PRP (Partido Republicano Paulista) e dos mineiros ligados ao PRM (Partido Republicano Mineiro). Neste sentido, SP era o primeiro estado que mais produzia café, enquanto MG era o segundo em café e se destacava, também, pela produção de leite. Daí vem o nome **Política do Café com Leite**.
- ✓ Nesse período, tivemos como presidentes: Prudente de Moraes (1894-1898, paulista); Campos Sales (1898-1902, paulista); Rodrigues Alves (1902-1906, paulista); Afonso Pena (1906-1909, mineiro, faleceu antes de terminar o mandato); Nilo Peçanha (1909-1910, fluminense); Hermes da Fonseca (1910-1914, gaúcho); Venceslau Brás (1914-1918, mineiro); Rodrigues Alves (1918, paulista, faleceu antes de tomar posse); Delfim Moreira (1918-1919, mineiro, governou interinamente até a realização de novas eleições); Epitácio Pessoa (1919-1922, paraibano); Artur Bernardes (1922-1926, mineiro); Washington Luís (1926-1930, nasceu no RJ, mas foi político paulista de carreira).
- ✓ Ao longo desses anos, o produto mais vendido para o exterior foi o café (mais de 50% dos lucros nas exportações). Diante dessa euforia com os lucros, os cafeicultores aumentaram desmedidamente as



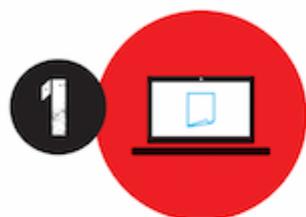
plantações. Contudo, tal medida ultrapassou a necessidade de consumo do produto e a economia passou a enfrentar crises de **superprodução**, dado que a oferta de café era maior do que a procura. Como resultado, os preços do produto caíram e muitos estoques da mercadoria foram acumulados.

- ✓ Para tentar solucionar tal problema, em 1906, ocorreu o **Convênio de Taubaté**, com a finalidade de solucionar a crise de superprodução. Nessa reunião, os fazendeiros propuseram que o governo federal comprasse o excedente de café produzido, que seria estocado para ser vendido quando os preços normalizassem. Para realizar a compra, o governo federal faria empréstimos no exterior. Isso garantia que o preço do café não iria cair e os cafeicultores não teriam prejuízos. Os estoques do governo federal, por sua vez, só aumentavam e nunca aparecia a oportunidade de vendê-los ao mercado externo.
- ✓ Outro produto que alcançou grande prestígio foi a borracha, obtida por meio do látex extraído de seringueiras da Amazônia. Era a matéria-prima para a confecção de pneus. Contudo, tal esplendor durou cerca de três décadas, entre 1891 e 1918. A dificuldade de acesso aos seringais aumentava os custos de transporte, e os preços da borracha, por conseguinte, também aumentavam. Diante disso, a demanda do produto era maior do que a oferta, o que estimulou países como a Inglaterra e a Holanda a investirem no cultivo de seringais na Malásia e Indonésia, por exemplo. A partir da década de 1920, a borracha brasileira quase não tinha lugar no mercado internacional.
- ✓ Durante a Primeira República, o Brasil foi um dos países que mais recebeu imigrantes (tanto europeus quanto asiáticos). Estima-se que vieram mais de 3,5 milhões de imigrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida, sendo a maioria de italianos, portugueses e espanhóis. Além desses, grupos menores, compostos por japoneses, alemães, russos, lituanos e austríacos, também desembarcaram no Brasil, sendo o estado de SP o que recebeu a maior quantidade, cerca de 57% do total. Em partes, isso se explica devido à propaganda no exterior, que divulgava a concessão de passagens e alojamento aos imigrantes, além da expansão cafeeira.
- ✓ Muitos produtores de café passaram a investir na indústria, a qual cresceu significativamente entre 1889 e 1920. Isso se deu em virtude da busca pela substituição das importações ao Brasil, sobretudo durante a Primeira Guerra (1914-1918), que dificultou a exportação, fazendo com que a indústria brasileira se desenvolvesse. De início, ela se inseriu na fabricação de tecidos, calçados, materiais de construção, alimentos e móveis. O setor industrial empregava um número elevado de operários, o que mudou a configuração social do Brasil, sobretudo a das cidades e centros urbanos.
- ✓ Diante das condições de trabalho desgastantes (jornada de 15h por dia, de segunda a sábado; baixos salários; não existia o salário mínimo, o direito a férias, o pagamento de horas extras ou uma legislação trabalhista; condições físicas ruins das indústrias, com pouco espaço e ambientes mal arejados; acidentes de trabalho, dentre outros), os operários passaram a se organizar por meio de sindicatos pela luta por direitos trabalhistas e sociais.
- ✓ Dentre as principais correntes políticas que influenciavam os trabalhadores, havia a **anarquista** (ausência de poder centralizado nas mãos de uma pessoa, defesa de uma sociedade que funcione pela cooperação e solidariedade), a **corrente católica** (procurava afastar os trabalhadores da influência anarquista e socialista) e o **sindicalismo** (defendia a greve como principal instrumento de luta dos operários).
- ✓ Nesse sentido, ficou famosa a **Greve Geral de 1917**, organizada no mês de julho, na cidade de São Paulo. Ocorreu em razão do descontentamento dos operários com as condições de trabalho. Ocorreram passeatas e conflitos com a polícia, um sapateiro anarquista, José Martinez, morreu baleado em 09 de julho de 1917. Tal evento ampliou as manifestações, paralisando as fábricas de SP e de outras regiões do Brasil. Diante de tal amplitude, o governo e os industriais resolveram negociar melhores condições de trabalho, além de não punirem os grevistas, o que não foi cumprido. Para o governo, os protestos deveriam ser reprimidos por meio de violência policial. Em 1922, com o apoio de operários, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), colocado na ilegalidade após sua fundação, mas continuou a existir de forma clandestina.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.